

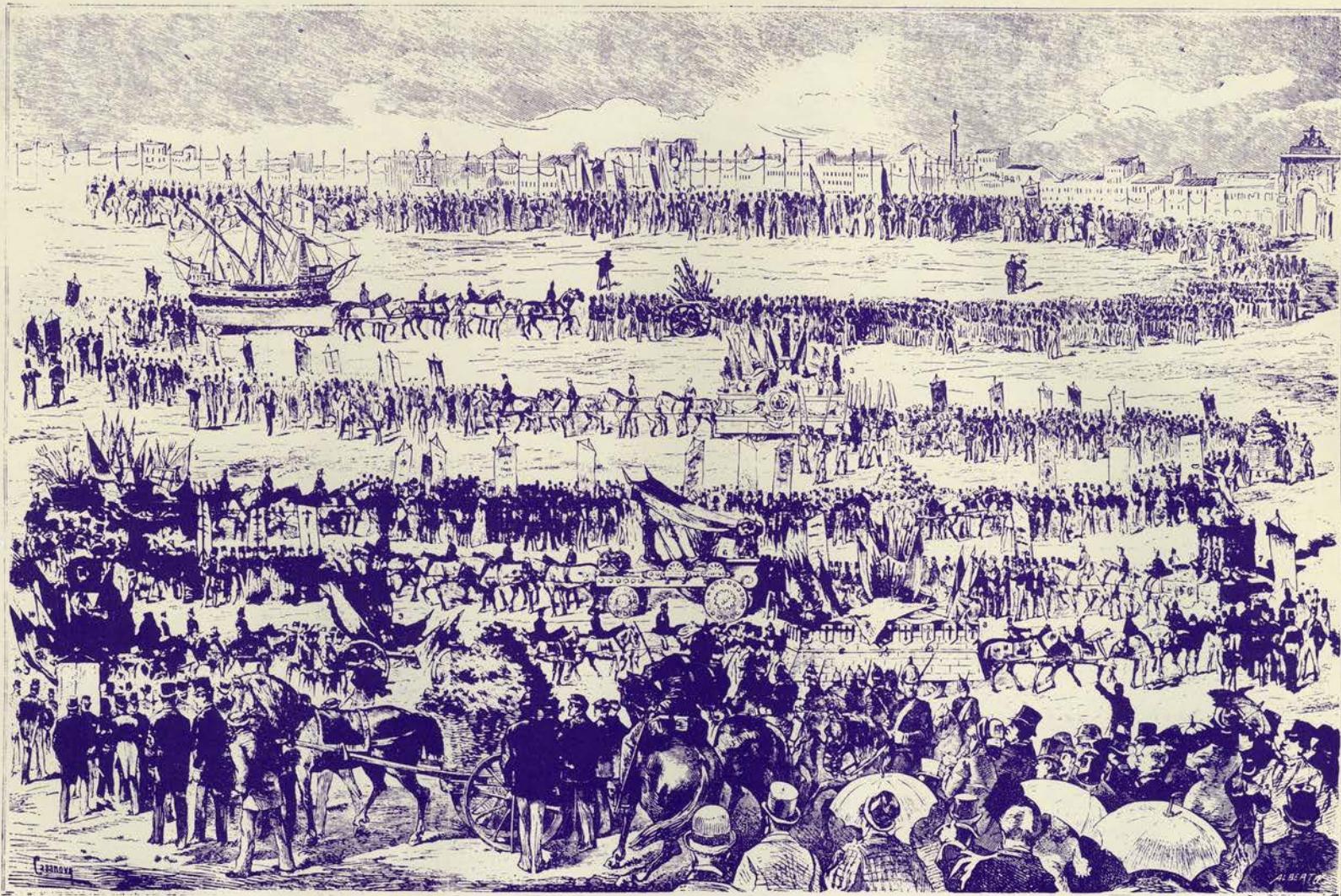
25
de Abril

COMUNIDADES PORTUGUESAS



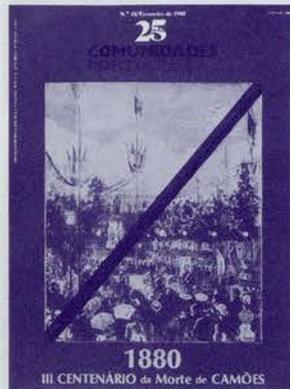
1880

III CENTENÁRIO da Morte de CAMÕES



A PROCISSÃO CÍVICA EM LISBOA NO CENTENÁRIO DE CAMÕES, NO DIA 10 DE JUNHO DE 1880. 1 — CARRO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS. 2 — GALEÃO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI. 3 — CARRO TRIUNFAL DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA. 4 — CARRO DE FLÔRES E CORÓAS. 5 — CARRO TRIUNFAL DA AGRICULTURA. 6 — CARRO TRIUNFAL DAS COLÓNIAS. 7 — CARRO TRIUNFAL DA ARTE. 8 — CARRO TRIUNFAL MILITAR. 9 — CARRO DOS ESTUDANTES DE INFANTERIA E CAVALARIA. 10 — CARRO TRIUNFAL DA IMPRENSA. PÁGINA PUBLICADA NO SUPLEMENTO AO N.º 61 DA REVISTA «O OCIDENTE» DE 1 DE JULHO DE 1880

DEPÓSITO LEGAL
-0. MAI 1980



**PUBLICAÇÃO MENSAL
DA SECRETARIA DE ESTADO
DA EMIGRAÇÃO
E DAS COMUNIDADES
PORTUGUESAS**

Ano VI — 3.ª Série

Director
Manuel Arias

Edição
Divisão de Publicações
do Instituto de Emigração

Sede
Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
1354 Lisboa CODEX — Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão
Mirandela & C.ª
Trav. Condessa do Rio, 7-9
1200 Lisboa — Portugal
Telef. 36 61 61

EDIÇÃO EUROPA
Commission paritaire n.º 3331 P

Representante
Embaixada de Portugal
Serviço de Programação e Apoio
6, Passage Dombaste
75015 — Paris — França
Telefs. 533 95 95

Distribuição
França, R. F. A., Bélgica, Lux.,
Holanda, Suíça, Inglaterra

Preços
França — 4 FF
R. F. A. — 2 DM
Bélgica — 35 FB
Luxemburgo — 33 FL
Holanda — 2 FLS
Suíça — 2 FS
Inglaterra — 50 P

A edição da Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» foi suspensa, tendo como objectivo a substituição desta publicação mensal da SEECF por uma alternativa mais eficaz e de menores custos — tipográficos e de difusão, nomeadamente —, no âmbito de uma nova política global de informação. Após a distribuição do presente número, todos os assinantes serão contactados, para pagamento das respectivas indemnizações.

Capa e verso da capa:

Reprodução de duas gravuras — publicadas pela revista «Occidente», segundo desenhos de A. Cazanova — alusivas ao grandioso cortejo cívico realizado em 10 de Junho de 1880, em Lisboa, no âmbito das comemorações do tricentenário de Camões. Na capa, recorda-se a chegada do cortejo à Praça Luís de Camões: ao passar em frente à estátua do poeta, as coroas — algumas riquíssimas — conduzidas pelas inúmeras corporações que participaram no acto, iam sendo depositadas no pedestal do monumento, por entre as saudações da multidão que vitoriava o imponente préstito, saído do Terreiro do Paço.

No verso da capa, evoca-se um aspecto do desfile, vendo-se, em destaque, sucessivamente, os carros alegóricos mencionados na legenda que também reproduzimos.

Contracapa:

As comemorações do tricentenário da morte do autor de «Os Lusíadas» foram enaltecidas e elogiadas por diversos órgãos

da imprensa estrangeira, para além de terem contribuído para a reedição e divulgação das obras do poeta e para a publicação de romances, livros históricos, biografias, peças de teatro e poesias que tinham como tema central a figura de Luís de Camões.

Entre as diversas mensagens recebidas em Lisboa a propósito da efeméride, destacamos uma carta do grande escritor francês



Vitor Hugo — a qual reproduzimos em «fac-símile» —, datada de 2 de Junho de 1880 e dirigida ao livreiro J. Carrilho Videira, proprietário da Livraria Internacional. A tradução da carta de Vitor Hugo é a seguinte:

«Camões é o poeta de Portugal. Camões é a mais alta expressão deste povo extraordinário que, mal aparecendo no globo, conseguiu fazer-se mencionar na História, que soube dominar a terra como a Espanha e o mar como a Inglaterra, que não

recuou ante nenhum acontecimento nem se curvou ante nenhum obstáculo, e que saído do pouco, soube conquistar tudo.

Nós saudamos Camões.

Victor Hugo»

Verso da contracapa:

Na cidade do Porto e no Brasil — especialmente no Rio de Janeiro — as festas do tricentenário de Camões revestiram-se igualmente de particular relevância. A primeira gravura que reproduzimos — originalmente publicada na revista «Occidente» —, mostra-nos um aspecto do Palácio de Cristal do Porto, festivamente iluminado, na altura do lançamento do fogo de artifício, na noite de 13 de Junho de 1880.

De entre as celebrações levadas a efeito no Rio de Janeiro, na mesma data, sobressaiu a grandiosa regata realizada na Baía de Botafogo, da qual podemos ver um aspecto na segunda gravura, igualmente extraída da revista «Occidente» e elaborada a partir de uma fotografia obtida no local.

Colaboração fotográfica: Agência ANOP, «A Capital», «Diário de Notícias». Direcção-Geral da Divulgação, Gabinete para a Pesquisa e Prospeccção de Petróleo, Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal, Mário de Oliveira e António Manuel.



O Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, ao intervir na Assembleia da República, durante o debate parlamentar sobre o Programa governamental. Na bancada do Governo, estão presentes diversos membros do Executivo.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA APROVOU O PROGRAMA DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL

Por 128 votos contra 113, a Assembleia da República aprovou a moção de confiança apresentada pelo IV Governo Constitucional, reconhecendo, assim, expressamente, que «ele tem as condições necessárias para executar as medidas políticas e legislativas constantes do seu Programa».

Em sessão anterior os parlamentares haviam já votado, maioritariamente, contra as moções de rejeição ao Programa do Executivo apresentadas à Assembleia,

separadamente, pelo PS e pelo PCP. Assim, contra a moção de rejeição patrocinada pelo PS, votaram 75 deputados do PSD, 43 do CDS, 5 do

PPM e 5 independentes reformadores, num total de 128 parlamentares, todos quantos constituem a maioria parlamentar da Aliança Democrática.

A favor desta moção votariam 72 deputados do PS, 44 do PCP, 3 do MDP e o deputado da UDP, num total de 120 votos.

A moção de rejeição do PCP foi apoiada pelos seus proponentes, pelo MDP e pela UDP, com abstenção do PS.

A derrota das duas moções de rejeição, que era já tida como certa mesmo antes do final dos debates, foi possível graças à maioria absoluta que a Aliança Democrática — coligação dos partidos que apoiam o Governo — tem na Assembleia da República.

O final dos debates foi assinalado pelas intervenções dos secretários-gerais dos dois principais partidos da Oposição (PS e PCP), do representante da Aliança Democrática e do Primeiro-Ministro.



Mário Soares, secretário-geral do PS, afirmou que o seu partido, embora na Oposição, não fará obstrução sistemática ao Governo, mas permanecerá vigilante, advertindo contra os «perigos» de uma tentativa de revisão da Lei Eleitoral, o que, segundo ele, pode conduzir a um «confronto institucional».

Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, acusou o Executivo de, com o seu

Programa, pretender violar a Constituição, nomeadamente no que respeita às nacionalizações, à reforma agrária, à banca



e aos seguros, lembrando, a propósito, que não basta dizer que se respeita a Lei Fundamental, quando por actos se faz o contrário.

Carlos Macedo, falando em nome da Aliança Democrática, acentuou que o Governo, apoiado por esta, não irá realizar uma mera administração do «statu quo»,



pois o mandato que recebeu do povo português, através do voto, foi no sentido de operar mudanças.

O Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, depois de refutar as acusações da Oposição de que o seu Executivo

irá fazer pairar «ameaças e cataclismos sobre o regime democrático», assegurou que irá, sim, trabalhar honestamente «para realizar aquilo que os Governos anteriores não foram capazes». Os argumentos da Oposição — observou Sá Carneiro — «não são obstáculo para um Governo que é forte graças à maioria e só pode sentir-se frágil perante a enormidade dos problemas a enfrentar».

ASPECTOS MARCANTES DO PROGRAMA GOVERNATIVO



O Programa do Governo, apresentado pelo Primeiro-Ministro à Assembleia da República, contempla as opções governativas referentes, nomeadamente, à Organização do Estado Democrático, Política Económica e Social, Educação e Qualidade de Vida.

Ao longo das 86 páginas do Programa, um dos aspectos de maior impacto diz respeito à nova delimitação dos sectores público e privado. Outro aspecto marcante relaciona-se com o desenvolvimento da autonomia dos Açores e da Madeira, o novo estatuto orgânico para Macau e a defesa da autodeterminação de Timor.

No âmbito da Administração Interna, por exemplo, «serão propostas pelo Governo novas formas de participação democrática e alterações às leis em vigor», visando a «elaboração do regime jurídico do referendo como processo directo de consulta ao eleitorado sobre questões fundamentais da vida colectiva ou da organização do Estado e a revisão das leis eleitorais e da lei dos partidos políticos».

Quanto à política definida para a Agricultura e Pescas, «o Governo irá ultimar os processos de devolução de terras e alterar a lei de bases gerais da reforma agrária».



O dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, advogado e membro fundador do PSD, é o novo presidente da Assembleia da República, cargo para o qual foi eleito por 129 votos, contra 119 registados pelo outro candidato, o dr. Teófilo Carvalho dos Santos, presidente cessante, que foi proposto pelo PS. Paralelamente, os deputados elegeram também os quatro vice-presidentes propostos: Nuno Rodrigues dos Santos (PSD), António Arnaut (PS), José Vitoriano (PCP) e Martins Canavêde (CDS).

4 «UMA POLÍTICA EXTERNA CLARA E SEM AMBIGUIDADES»

No sector da política externa, o Programa aponta para uma política «claramente pró-europeia e pró-occidental» que terá, no plano imediato e como «prioridade das prioridades», a rápida e plena integração de Portugal na CEE. Por outro lado, o Governo procederá a um reexame

no exterior e perturba o funcionamento interno do Estado».

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Reportando-se à adesão de Portugal ao Mercado Comum, que insistiu ser «o principal objectivo internacional» do actual Governo, Freitas do Amaral disse que ela não significa uma «aceitação

Com essa atitude, pretende-se complementarmente proceder a um reexame global das relações com a União Soviética nos planos diplomático, cultural e comercial. Quanto às futuras relações com os países africanos de expressão portuguesa, o ministro declarou que elas se irão processar no sentido de «manter e aprofundar as relações especiais de amizade e cooperação apontadas na Constituição».



O Vice-Primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, defendeu, na sua intervenção, o desenvolvimento de uma política externa «claramente pró-europeia e pró-occidental», tendo como «prioridade das prioridades» a plena integração do nosso país na CEE.

global das relações com os países do Pacto de Varsóvia e apoiará, sem reservas, «o reforço da NATO» e a promoção da língua e cultura portuguesas. Estas coordenadas fundamentais da política externa portuguesa foram sublinhadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, na intervenção que fez perante a Assembleia da República, no início do debate sobre o Programa.

Freitas do Amaral acentuaria, no seu discurso, que é propósito do Governo «conduzir uma política externa clara e sem ambiguidades», sem «qualquer traço de terceiro-mundismo, de não alinhamento, de reserva ou distanciamento face às nossas solidariedades atlânticas, conscientemente aceites e livremente mantidas». Acrescentou, a propósito, que «nesta ordem de ideias, o Governo assumirá plenamente a direcção da política externa do País, como estipula o texto constitucional, e opor-se-á à política de diplomacias paralelas, que desprestigia o País

resignada de uma única saída possível, mas a escolha livre e esclarecida da melhor solução entre várias por que poderíamos optar». Daí que, pela primeira vez no nosso país, tenha sido criado no elenco governativo o cargo de secretário de Estado da Integração Europeia e se tenham concentrado nas mãos de um ministro as responsabilidades da política externa e da integração europeia.

O titular da pasta dos Negócios Estrangeiros referiu-se, mais adiante, à situação internacional, que considerou «muito delicada e preocupante», sobretudo pela intervenção soviética no Afeganistão, «autêntico golpe de Estado exógeno», que constituiu uma «frontal violação da Carta das Nações Unidas e das demais normas internacionais». Sobre este assunto, Freitas do Amaral concluiu que foi, pois, para «testemunhar a reprovação pública das autoridades portuguesas» à política soviética que o Governo chamou a Lisboa o embaixador de Portugal em Moscovo.

mas que aquelas assentarão «na base de relações entre Estados e não em qualquer outra base — pessoal, partidária ou ideológica». Com os países árabes, a política será no sentido de ampliar as relações existentes e procurar estabelecer-las onde actualmente não existam. Isto não apenas por imperativos de ordem económica, mas também em atenção aos laços históricos que Portugal tem para com as nações árabes.

O prof. Freitas do Amaral referiu-se também à política que, ao nível do seu Ministério, se propõe seguir para garantir um efectivo apoio às comunidades de emigrantes portugueses, e pediu ao Parlamento que introduza as modificações necessárias com vista a transferir os poderes legais relativos ao «Dia das Comunidades» da competência do Conselho da Revolução ou de alguns dos seus membros para a competência do Governo. ■



A plataforma «Penrod-64», tipo «Jack-Up», que executou a primeira sondagem (2144 metros) no «offshore» português, em 1974.

A PROSPECÇÃO PETROLÍFERA NO NOSSO PAÍS

A Petrogal e várias companhias estrangeiras têm vindo a realizar trabalhos de prospecção petrolífera nalgumas áreas do território nacional. Paralelamente, têm sido feitas experiências de prospecção em zonas da plataforma continental. Na sequência destas pesquisas, tanto no mar como em terra firme, foram detectados elementos que permitem aos técnicos referir a possibilidade de existência de petróleo em Portugal, em quantidades que poderão justificar a sua exploração, em termos comerciais. Este optimismo é confirmado pelos resultados das prospecções executadas na área de Torres Vedras, onde se recolheram algumas toneladas de petróleo.

5
A procura de petróleo em Portugal, que se iniciou na segunda metade do século passado, foi desencadeada pela existência de substâncias betuminosas, sobretudo asfalto, em vários locais, especialmente na costa ocidental portuguesa. Neste domínio, a primeira concessão que foi atribuída destinava-se à exploração do asfalto, num local junto ao mar, denominado Canto do Azeche, na freguesia de Patijas. Desde então, muitas sondagens e pesquisas petrolíferas se efectuaram no nosso país.

Ultimamente, porém, com a diminuição das reservas de petróleo a nível mundial, o precioso líquido tornou-se cada vez mais caro e a sua procura intensificou-se grandemente em todo o mundo e também em Portugal.

EXPERIÊNCIAS DE PROSPECÇÃO

Nos últimos anos, a **Petrogal** e várias empresas estrangeiras intensificaram a

PETROGAL

actividade de prospecção petrolífera, pelo método sísmológico, em oito zonas distintas e em diversos pontos da costa portuguesa, através de uma plataforma semi-submergível. No que respeita à Petrogal, os trabalhos mais importantes de prospecção sísmica efectuaram-se na margem sul do rio Tejo, desde Vila Franca de Xira até ao Barreiro, prevenindo-se que os resultados só venham a ser conhecidos depois de concluída a fase de sondagem, prevista para 1981.

A missão de procurar petróleo nos lodos milenares das águas do estuário do Tejo, esteve a cargo do batelão «Serrado», do porto de Lisboa, que para o efeito foi equipado com o mais sofisticado material de prospecção petrolífera, pertencente à empresa Shell, com grande experiência neste sector.

Os trabalhos, abrangendo uma zona de 200 quilómetros quadrados, consistiram na prospecção sísmica do subsolo, feita com o apoio de dois computadores instalados a bordo para registar os efeitos dos tiros de ar comprimido na estrutura geológica do leito do rio.

Paralelamente, uma companhia francesa, também contratada pela Petrogal, efectuou prospecções geofísicas ao sul da Moita, nas quais os técnicos portugueses depositam grandes esperanças.



Equipamento de sondagem «Vibroseis» que operou em 1978 na margem sul do Tejo.

A sondagem geofísica consiste basicamente em provocar vibrações no solo, as quais se transmitem depois ao sub-solo, através das camadas da rocha. Essas vibrações, que se repercutem como uma pedrada na superfície de um lago, mudam de direcção quando encontram uma superfície rochosa diferente daquela em que se propagam, podendo atingir a superfície terrestre e ser captadas por aparelhos especiais. Posteriormente, os gráficos obtidos determinarão se há lugares favoráveis a uma implantação de sondagens de pesquisa.

A PESQUISA NO MAR (OFFSHORE)

Também no mar se têm efectuado prospecções de petróleo, designadamente ao largo da Arrábida (a 13 quilómetros do porto de Setúbal), na costa de Viana do Castelo e em Ofir-Barcelos (a 18 milhas da costa).

Estas pesquisas foram levadas a cabo utilizando uma plataforma que veio expressamente da Noruega e que permite a execução de sondagens até aos 2500 metros de profundidade. O trabalho de uma plataforma de petróleo custa, em média, três mil contos por dia. Na totalidade, o preço de um «furo» eleva-se a 135 mil contos, porque, normalmente, as experiências se prolongam por 45 dias.

Acrescente-se, por fim, que se vier a ser encontrado petróleo em quantidades que justifiquem a sua exploração comercial, as condições de utilização desse «ouro negro» estão já definidas. Assim, o Estado Português terá direito a 12,5 por cento do volume descoberto e participará em metade (50 por cento) dos direitos e obrigações inerentes à fase de exploração, que possivelmente, será entregue a uma sociedade de capitais mistos. Acrescente-se ainda que, à partida, metade dos lucros obtidos pertencem ao Estado e que as companhias envolvidas em actividades de prospecção não podem prolongar indefinidamente o tempo de sondagem e de obtenção de resultados.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DE PETRÓLEO EM PORTUGAL



Entrevista com o Eng.º Jorge Faria

A possibilidade de existência de petróleo em Portugal constitui tema de flagrante actualidade, num momento em que os sucessivos aumentos dos preços do precioso «ouro negro», aliados à diminuição das reservas petrolíferas em todo o mundo, vieram criar novas condições — e redobradas expectativas — para o prosseguimento das sondagens que têm vindo a ser efectuadas no nosso país, tanto em terra firme como na área marítima.

Nesta entrevista com o eng.º Jorge Faria, director do Gabinete para a Pesquisa e Prospecção de Petróleo, abordamos uma série de questões relacionadas com o assunto.

— Em síntese, como se tem processado, nos últimos anos, o trabalho de pesquisa de petróleo no nosso país?

— Como sabe, a pesquisa de petróleo em Portugal é mais do que centenária, embora, na prática, tenha havido longos períodos (anos) sem qualquer actividade de pesquisa.

Estas grandes interrupções têm sido sobretudo consequência da pouca atenção que os poderes públicos conferiram a este problema, talvez influenciados pelo baixo custo do petróleo e pela falta de vocação do departamento então oficialmente competente na matéria.

Se excluirmos a actividade pioneira verificada na segunda metade do século XIX, em que um punhado de entusiastas se «aventurou» numa pes-

quisa que sucumbiu à míngua de meios, toda a pesquisa ulteriormente verificada só foi possível graças ao interesse de entidades estrangeiras, quedando-se a administração portuguesa numa situação estática de mero controlo com os reduzidos meios que possuía e que nunca procurou desenvolver.

Assim é que se desenvolveu a pesquisa de petróleo em terra no período correspondente à vigência do alvará n.º 2138 (7 de Abril de 1938 até 29 de Maio de 1969). Paralisada em 1963, por falta de recursos, só em 1969, isto é, seis anos depois, é que o Governo declarou caduco o alvará n.º 2138 e libertou as áreas potencialmente petrolíferas para outros pesquisadores!

Não obstante, algum trabalho útil foi realizado, em especial durante o período em

os obstáculos que o departamento de Estado então competente na matéria tem posto à sua integral transferência.

Resumidamente, a parte mais importante desse espólio provém da seguinte actividade que se desenvolveu até 1963:

— 59 meses/equipa de prospecção gravimétrica; 1,2 meses/equipa de prospecção magnética; 88 meses/equipa de prospecção sísmica; 0,6 meses/equipa de prospecção radioactiva aérea; 19 meses/equipa de prospecção radioactiva terrestre.

Quando da declaração de caducidade do alvará n.º 2138 (29 de Maio de 1969) já se verificava um elevado interesse por parte de várias dezenas de empresas petrolíferas em pesquisar petróleo em Portugal, tanto na área emersa (onshore) como na imersa (offshore). Todavia, nessa altura, a administração portuguesa não se encontrava dotada nem de estrutura organizativa, nem legal, nem mesmo de meios humanos para poder actuar!

O espólio resultante deste trabalho constitui importante base de estudo que o Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo procura reaver, como a lei determina, mas nem sempre com êxito, dado

PRIMEIRAS CONCESSÕES NO «OFFSHORE»

Finalmente, perante a pressão das empresas candidatas face à inoperância do departamento então competente na matéria, o Secretário de Estado da Indústria houve que proferir um despacho, em 30 de Maio de 1973, criando um Grupo de Trabalho que, sob a sua supervisão directa, concluiu todas as negociações em 30 dias, apresentando, em resultado, propostas para outorga de concessões no «offshore».

O dinamismo então imprimido resultou na assinatura dos primeiros contratos em 31 de Agosto do mesmo ano.

Assim, não considerando uma prospecção geofísica prévia à outorga de concessões, concretizada em 1969, arrancou-se com a prospecção e pesquisa de petróleo na área marinha portuguesa, em que estiveram envolvidas, até 31 de Dezembro de 1979, 13 empresas petrolíferas (das quais três portuguesas) que actuaram em 30 áreas de concessão, totalizando 22 709 km².

Os principais trabalhos efectuados na área totalizaram 21 336 km de perfis sísmicos e 22 sondagens (três foram sucessivamente abandonadas por motivos mecânicos antes de atingirem os objectivos), num total de 53 803 metros de prospecção.

Presentemente não há qualquer actividade de pesquisa de petróleo no «offshore» português, sendo de prever, contudo, que dentro em breve se iniciem negociações para outorga de novas concessões no «offshore» algarvio, área de renovado interesse após a descoberta de gás, em 1978, na vizinha baía de Cadiz.

Pelo que respeita à área terrestre (onshore), não obstante o interesse manifestado por várias empresas já em 1969, o certo é que só foi possível iniciar negociações em 11 de Novembro de 1974, e isto porque só no último trimestre desse mesmo ano foi possível ao Grupo de Trabalho preparar legislação adequada que foi promulgada em 16 de Outubro sob a forma de Decreto-Lei n.º 543/74.

Assim, em Fevereiro de 1975, foram apresentadas ao Governo propostas para outorga de concessões na área «onshore», em que passavam a estar envolvidas sete empresas, das quais duas portuguesas, a operar em cinco áreas de concessão num total de 4284 km². Esta proposta, apresentada em período conturbado de política portuguesa, nunca chegou a ser apreciada, gorando-se uma oportunidade de retoma da pesquisa «onshore» em condições excepcionais.

Nova proposta apresentada em Outubro de 1976, agora sob a forma de contrato de prestação de serviços, acabou por não ter seguimento.

Perto do final do ano seguinte deu-se início a novo processo de negociações que conduziu à outorga de seis áreas de concessão, num total de 4979 km², à PETROGAL, por contratos assinados em 26 de Julho de 1978 e 10 de Janeiro de 1979, e uma área de concessão, com 3143 km², ao grupo canadiano formado

ANOS	N.º DE SONDAJENS/METROS FURADOS					TOTAL	
	500 m.	500/1000 m.	1000/2000 m.	2000/3000 m.	3000/4000 m.	Sondagens	Metros
1939/1947	12	—	1	—	—	13	3 356 m.
A.P.O.C.	2 192 m.	—	1 164 m.	—	—		
1947/1955	24	4	6	1	—	35	19 963 m.
C.P.P.	6 300 m.	2 995 m.	8 328 m.	2 340 m.	—		
1955/1959	3	1	6	4	3	17	30 854 m.
C.P.P. + M.E.P.I.	1 430 m.	693 m.	9 048 m.	9 159 m.	10 524 m.		
1960/1961	10	1	1	—	—	12	2 686 m.
C.P.P.	710 m.	623 m.	1 363 m.	—	—		
1962/1963	—	—	3	2	—	5	9 886 m.
C.P.P. + COPEFA	—	—	4 395 m.	5 491 m.	—		
TOTAL	49	6	17	7	3	82	66 755 m.
	10 632 m.	4 311 m.	24 298 m.	16 990 m.	10 524 m.		

A.P.O.C. = ANGLO PORTUGUESE OIL COMPANY M.E.P.I. = MOBIL EXPLORATION PORTUGAL INC.
C.P.P. = COMPANHIA DOS PETRÓLEOS DE PORTUGAL C.O.P.F.A. = COMPAGNIE DES PÉTROLES FRANCE-AFRIQUE

8 pelas empresas SCEPTRE-BOW VALLEY e SIEBENS, por contrato assinado em 3 de Novembro de 1978.

Até ao presente, a empresa PETROGAL, para o efeito associada à SHELL PROSPEX PORTUGUESA, S.A.R.L., realizou uma campanha de 193,8 km de linhas sísmicas no estuário do rio Tejo, utilizando os serviços da empreiteira alemã PRAKLA, e outra de 165 km na margem sul do mesmo rio, utilizando os serviços da GÉOPHYSIQUE que utilizou o método VIBROSEIS; o grupo canadiano executou uma campanha de prospecção sísmica de 103 km utilizando os serviços da empreiteira QUEST EXPLORATION LTD.

A fase de sondagens deverá ter início no segundo semestre de 1980 estando previsto um mínimo de quatro sondagens.

Novas negociações para outorga de concessões em áreas livres do «onshore», deverão ter início proximamente.

RESULTADOS CONCRETOS



— **Quais têm sido os resultados concretos obtidos? Poder-se-á dizer que existem, em Portugal, reservas de petróleo comercialmente rentáveis?**

— A pesquisa petrolífera tem características muito próprias que a distinguem da restante pesquisa mineira, e de tal forma distintas que, por vezes, as próprias autoridades mineiras, desconhecedoras desta especificidade, chegam até a emitir juízos errados quando se aventuram a penetrar num campo que lhes é, de facto, desconhecido.

É o caso, por exemplo, de se pretender extrair conclusões do volume de trabalho já efectuado, tomando-o apenas no seu todo e sem ponderar o seu significado específico nem as

características próprias da pesquisa petrolífera.

Feita esta advertência pode dizer-se agora que em Portugal existem as condições essenciais para que o petróleo possa vir a ocorrer em condições economicamente exploráveis. Mas se é assim, dir-se-á, por que é que ele ainda não foi descoberto em condições de ser explorado?

Antes de mais importa afirmar-se a complexidade do problema e, paralelamente, a insuficiência, ainda hoje, da informação obtida com a prospecção geofísica em algumas das áreas investigadas. Estas duas circunstâncias se por um lado dificultam a rápida descoberta de petróleo, por outro não tem evidenciado a impossibilidade da sua existência, permanecendo pois inalterável o interesse pela sua pesquisa.

Sendo assim, perguntar-se-á, também, por que é que no decorrer dos anos se volta, muitas vezes, a trabalhar em áreas já anteriormente pesquisadas?

Além do avanço verificado no conhecimento da geologia e, sobretudo, dos substanciais progressos tecnológicos obtidos no domínio da prospecção geofísica, que vão revelando novos aspectos e perspectivas antes desconhecidas, há que ter presente uma característica que, sobretudo nos últimos anos, vem condicionando a pesquisa petrolífera: o interesse económico.

Vejamus como:

Quando após os indispensáveis estudos feitos em área promissora se decide fazer uma ou mais sondagens, desde logo se põe um limite à pesquisa que é fixado pelas dimensões dos objectivos existentes e que poderão conter petróleo. Isto é, ponderados os custos dos trabalhos de pesquisa, desenvolvimento e de futura exploração, por um lado é, por outro, o valor do volume de petróleo que eventualmente pode ser extraído desse objectivo, apenas serão pesquisados aqueles que, face aos valores obtidos nesta análise, sejam compensadores em termos de investimento, custo de capital envolvido, compensação para o investimento feito e para o risco incorrido; os restantes objectivos,

que pela sua menor dimensão não ofereçam interesse económico evidente, terão de aguardar que conjuntura mais favorável os torne atractivos.

É assim que se desenvolve a pesquisa de petróleo e não, como se poderia imaginar, perfurando indiscriminadamente todas as possíveis retenções de uma dada área.

Julgo que agora já nos encontramos em posição para poder dizer que, verificada a existência das condições essenciais pode levar mais ou menos tempo a saber se efectivamente existem acumulações de petróleo comercialmente explorável, mas do que não duvidamos é que se justifica inteiramente o prosseguimento da pesquisa.

E que assim é, pensam do mesmo modo as empresas que aqui têm vindo a investir milhões e continuam a interessar-se, naturalmente com carácter cíclico, por esse investimento.



— **Actualmente, quais são as várias frentes de pesquisa na área marítima e em terra?**

— O primeiro ciclo de pesquisa na área marítima, iniciado em 1973, encerrou-se em 31 de Dezembro de 1979. Todas as áreas marítimas se encontram hoje livres, aguardando nova conjuntura favorável.

Em terra, como antes se disse, foi retomada a actividade numa área que totaliza 8122 km².

Os trabalhos têm vindo a decorrer de harmonia com o previamente programado e assim só no segundo semestre de 1980 se deverá dar início à fase de sondagem.

Novos trabalhos na área terrestre poderão vir a ser realizados em 1980, se se vierem a concretizar em concessões as negociações que em breve terão lugar.

PROSPECÇÃO DE GÁS NA ÁREA MARÍTIMA ALGARVIA



— **Por último, que perspectivas se oferecem quanto à exploração de gás na região marítima algarvia, tema ultimamente em destaque na imprensa?**

— O problema da eventual ocorrência de gás na área marítima algarvia, em especial depois da descoberta feita pela empresa espanhola CAMPSA na baía de Cadiz, tem constituído preocupação prioritária do Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo. Pode dizer-se mesmo que talvez tenha sido a área onde mais estudos vieram e estão a ser feitos com esse objectivo específico.

Assim, todos os dados relativos às antigas (1974-1977) concessões atribuídas aos grupos CHEVRON-GEOSUL-PETROGARBE e CHALLENGER-EREX (posteriormente esta empresa cedeu a sua posição na área n.º 33 à empresa CAROPE) foram reinterpretados, concentrando-se especial atenção naqueles objectivos que na área marítima espanhola haviam revelado a ocorrência de gás.

Além destes trabalhos de análise e reinterpretação, outros estão em curso, sendo de esperar que, em futuro próximo, possam vir a realizar-se negociações com as empresas que maior empenhamento têm mostrado.

Deve, porém, desde já dizer-se que alguns problemas, pelo menos a curto prazo, dificultam a pronta pesquisa da área, em particular os que respeitam à profundidade de água onde será possível encontrar os objectivos que em Espanha produziram gás (em lâmina de água à volta dos 100 metros) e que, do lado português, se devem localizar sob cerca de 550 a 600 m de água. ■

APICULTURA E PRODUÇÃO DE MEL

Para aumentar a produção de mel no nosso país e satisfazer o consumo directo e indirecto, torna-se indispensável difundir a apicultura e aplicar novas técnicas, segundo foi revelado na «XIV Feira do Mel» que a Sociedade dos Apicultores de Portugal organizou em Lisboa.

Dispondo muito embora de condições particularmente favoráveis para a prática da apicultura, actividade em que participam actualmente entre 50 a 70 mil apicultores, Portugal tem uma produção de mel bastante inferior ao que seria desejável e necessário. De facto, a produção nacional, em 1978, não chegou a atingir as três mil toneladas, o que obrigou, nesse ano, a uma importação da ordem das 1500 toneladas de mel, que é, normalmente de sofrível qualidade.

Estes números revelam bem como se torna necessário intensificar a produção de mel para consumo normal e para o consumo indirecto da indústria alimentar, que nos últimos anos atingiu valores nunca anteriormente registados. Por esse motivo torna-se urgente divulgar e fomentar a apicultura que, em muitas zonas do País, depara com óptimas condições de clima e de flora, necessárias para uma boa actividade dos enxames de abelhas e, conseqüentemente, para o aumento da produção de mel.

VARIEDADES DE MEL E ZONAS DE PRODUÇÃO

Embora nem todas as flores sirvam às abelhas melíferas, várias regiões portuguesas oferecem o terreno ideal para a prática da apicultura, destacando-se, entre outras, com boa aptidão, o Baixo Alentejo, o Algarve, a Beiras e a região do Douro.

Por seu lado, o Parque Natural da Serra da Arrábida, com mais de três mil colmeias, constitui também uma área bastante produtiva.

Deve ainda referir-se a Região Autónoma dos Açores, onde existem plantas em floração durante todo o ano e onde as culturas forrageiras ocupam a maior parte dos terrenos.

No sentido de aproveitar as imensas possibilidades das ilhas açoreanas para a apicultura, foram ultimamente tomadas diversas medidas que vão desde o fornecimento, a preços acessíveis, do material necessário ao desenvolvimento da actividade (colmeias, ceras, máscaras, etc.) até à importação de enxames de abelhas do

continente, que foram colocados à disposição dos apicultores interessados.

Entretanto, as variedades de mel produzidas e que dependem da flora mais característica ou mais abundante nas regiões citadas, são basicamente as seguintes: rosmaninho, eucalipto, girassol, lanjeira, queiró (urze) e multiflora.

Neste capítulo, torna-se necessário, porém, demarcar zonas com flora adequada, de modo fixo ou temporário, para que a produção das 70 variedades nacionais de mel possa ser intensificada de modo racional. Assim, ao mesmo tempo que se defende a flora da degradação natural, desenvolve-se a sua valorização, e torna-se possível aumentar a produção de mel sobretudo nas reservas naturais já demarcadas ou a demarcar e ainda nos perímetros florestais em que se reconheça existirem condições favoráveis para a prática da apicultura a nível intensivo.

AS ABELHAS E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Um outro aspecto importante que deve ser recordado, é o contributo das abelhas para o aumento da produção agrícola, através da polinização das culturas. Realmente, elas desempenham um papel decisivo na transferência do pólen dos órgãos femininos para os órgãos masculinos das flores, acção que técnicos e cientistas reconhecem como indispensável a uma boa formação e desenvolvimento dos frutos e das sementes das plantas cultivadas ou mesmo das plantas silvestres.

Por este motivo, os maus resultados agrícolas não podem ser invariavelmente atribuídos às más condições meteorológicas, ou às pragas de insectos, ou às técnicas de cultivo. No caso das amendoeiras, meloeiros, pereiras e macieiras, por exemplo, o que normalmente acontece é que o elemento masculino não teve possibilidades de fertilizar o elemento feminino, o que depende em grande parte da intervenção dos insectos polinizadores, principalmente das abelhas. Em Portugal, é possível ultrapassar a tradicional afirmação de que «as árvores são

aneiras» (ou seja, que produzem bem ano sim, ano não), e aumentar significativamente as suas produções e rentabilidade, se as abelhas forem usadas racionalmente durante o tempo da polinização. O fruticultor poderá recorrer às abelhas melíferas, colocando colmeias junto dos seus pomares. É conhecido o caso da Califórnia, primeira região amendoeira mundial, cujas produções abundantes e regulares de amêndoas são devidas, em boa parte, à utilização de colónias de abelhas (na proporção de quatro a seis colmeias por hectare) que, com a sua conhecida «fidelidade às flores», asseguram a polinização destas. Recordar-se que as colmeias, com uma rainha, chegam a atingir oitenta a cem mil abelhas.

FOMENTAR A APICULTURA

Para conseguir um aumento de produtividade simultâneo no sector da fruta e no sector do mel, é, pois, necessário fomentar uma nova apicultura em Portugal.

As medidas mais urgentes relacionam-se com a legislação, com o ensino da apicultura nas escolas e com a organização comercial do sector. Neste sentido e em apoio dos apicultores, torna-se necessário criar estruturas colectivas que permitam a concentração e a tipificação das colheitas de mel, e ainda criar postos de recolha que possam canalizar o mel para uma central meleira, com recursos financeiros suficientes para pagar as produções que receba.

Mas, para que uma apicultura se torne efectivamente viável a nível nacional, será preciso desenvolver entre outras, as seguintes acções: fomentar o aparecimento de um grupo permanente de fornecedores de enxames de abelhas, que disponha de condições adequadas (a nível técnico e financeiro) à sua actividade; apoiar os fornecedores de material apícola, para que estes possam responder à procura dos mercados e se ultrapasse o nível artesanal de produção; instituir o crédito aos apicultores, individuais ou colectivos, de modo a incentivar a produção e permitir-lhes melhorar as técnicas que utilizam.

10 RESERVAS DO CARVALHO PORTUGUÊS

Ao longo dos séculos, as alterações que se deram na paisagem e no ambiente florestal do nosso país traduziram-se, em particular, na redução da área arborizada e na substituição do arvoredo mais característico — o carvalho, o castanheiro e a alfarrobeira, nomeadamente — por outras espécies como o pinheiro e o eucalipto. Actualmente, torna-se urgente salvaguardar, por exemplo, as diferentes espécies de carvalho que hoje se encontram apenas em alguns bosques dispersos pelo território nacional.

Nas últimas décadas, à medida que se foram alargando as plantações do pinheiro bravo e do eucalipto, tornaram-se cada vez mais raras as florestas de carvalho português e das suas espécies, outrora ricas em exemplares e que se situavam, principalmente, na Estremadura, na Beira (o carvalho negral) e no Minho (o alvarinho). Em épocas remotas, estas espécies, eram das mais ricas e mais características da vegetação florestal do País.

Os estudos mais importantes sobre o carvalho português, que

ainda hoje continuam a ser uma fonte segura e completa sobre este tema, ficaram a dever-se ao prof. Vieira Natividade («O Carvalho Português nas Matas do Vimeiro») e «Talhados do Carvalho Português», obras publicadas em 1929).

MATAS DO VIMEIRO

No caso concreto das Matas do Vimeiro, que fazem parte do património do Estado e constituem a maior área florestal de carvalho português, torna-se cada vez mais urgente cuidar da sua salvaguarda e continuidade.

Há outras zonas, porém, que devem também ser declaradas «reservas florestais» e defendidas como tal. É o caso das manchas de carvalho que se situam no Monte de S. Bartolomeu (Nazaré), em Minde (Porto de Mós), em Montemor-o-Velho e na Arrábida, e de uma outra pequena mancha nos arredores de Alcobaça, que tem vindo a ser protegida, por constituir uma valiosa amostra de vegetação florestal espontânea.

MATA DA MARGAÇA

Conhecida desde o século XIII e ignorada actualmente pela maioria dos portugueses, a Mata



É urgente salvaguardar as diferentes espécies de carvalho português que hoje apenas se encontram nalguns bosques dispersos pelo território nacional, constituindo um riquíssimo património natural.

da Margaça, no concelho de Arganil, embora esteja reduzida a uns escassos 60 hectares que se espalham pelas encostas e serranias vizinhas da Serra da Estrela, é uma das reservas típicas do carvalho. Pertencendo antigamente a instituições religiosas e agora propriedade de particulares, a referida Mata conserva ainda a sua originalidade e constitui uma amostra representativa do passado florestal do País, dado que reúne um grande conjunto de carvalhos e castanheiros. Por este motivo, e uma vez que se reveste

de grande interesse nacional e internacional, urge defender e salvaguardar a Mata da Margaça, tornando-a uma «reserva» florestal e turística.

Esses cuidados, porém, devem alargar-se às várias áreas do carvalho português, em que se inclui, designadamente, a de Ancião, e à zona do carvalho negral da Serra da Nogueira, cuja raridade exige a tomada de medidas de protecção que possibilitem a sua preservação, tendo em conta o seu interesse científico e técnico e o seu valor paisagístico. ■



Uma vista geral das Dunas de S. Jacinto.

RESERVA NATURAL DAS DUNAS DE S. JACINTO

Em cerimónia realizada no salão cultural da Câmara Municipal de Aveiro, foram empossados os responsáveis pela Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto.

A Direcção da Reserva é presidida pelo eng. Nuno Leccq — que chefiará igualmente a respectiva Comissão Científica — e integra representantes do município de Aveiro, Serviços Florestais, Capitania e Junta Autónoma do Porto de Aveiro, Universidade de Aveiro, Junta de Freguesia de S. Jacinto e Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem.

Na ocasião, foi salientado que, mercê de um eficiente trabalho de estabilização iniciado há anos

pelos Serviços Florestais, as Dunas de S. Jacinto são hoje das mais consolidadas da Europa, desempenhando papel de relevo na protecção da costa contra o assalto do mar.

Por outro lado, e conforme tivemos já oportunidade de referir em número anterior, no suplemento que dedicámos aos Parques e Reservas Naturais do nosso país, as Dunas de S. Jacinto integram um outro património muito importante, que urge proteger e incrementar: uma formação vegetal equilibrada, rica em espécies, e uma fauna diversificada do mais alto interesse, em que se destaca uma valiosa colónia de garças brancas. ■

ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

11

O nosso país tem, ainda hoje, uma elevada taxa de analfabetos entre a população adulta, apesar das diversas acções levadas a efeito no decurso das últimas décadas — e, sobretudo, nos últimos seis anos — com o intuito de, a nível nacional, promover a gradual eliminação do analfabetismo. Neste domínio, novas iniciativas estão em curso, especialmente após a criação do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (CNAEBA) e a conclusão do projecto relativo ao Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA).

Entre as várias acções e campanhas de educação de adultos que, no passado, tiveram lugar no nosso país, destaca-se aquela que foi promovida logo após a implantação do regime republicano. De facto, a «Reforma Geral do Ensino», decretada em 1911, ao mesmo tempo que instituiu a instrução geral gratuita, integrava também uma primeira iniciativa global de luta contra o analfabetismo. Nessa data, segundo estimativas feitas, a taxa de analfabetismo rondava os 70 por cento da população, descendo para 66 por cento em 1920, para 62 por cento em 1930 e para 50 por cento em 1940. Em 1970, havia ainda 30 por cento de pessoas analfabetas, entre a população com mais de 14 anos.

O PLANO DE EDUCAÇÃO POPULAR

A luta contra o analfabetismo foi especialmente incentivada há quase três décadas (em 1952), com o lançamento do Plano de Educação Popular, pela antiga Direcção-Geral da Educação Permanente.

Esse Plano que tinha por objectivo desenvolver uma campanha, a nível nacional, de promoção de cursos de educação de adultos, prolongou-se, com algum êxito, até 1957, mas veio posteriormente a perder a sua importância inicial. Aliás, como não se previa, no referido Plano, qualquer acção de acompanhamento de adultos que incentivasse uma verdadeira educação permanente, os seus resultados não foram muito eficazes, verificando-se, mais tarde, que a percentagem de analfabetos se mantinha elevada.

Os cursos promovidos ao abrigo desse Plano de Educação Popular eram criados pelo então Ministério de Educação Nacional (MEN), ou a requerimento de qualquer entidade pública ou privada (autarquias, estabe-

lecimentos prisionais ou hospitalares), entidades patronais e Escolas Regimentais das Forças Armadas.

No que diz respeito ao número de cursos promovidos em todo o País, poderemos recordar que tendo-se iniciado 3715 no ano lectivo de 1952/53, esse número apenas aumentou no ano seguinte (passaram a 5413), decrescendo logo a seguir, lentamente, de tal modo que, a partir de 1962/63, os cursos passam a ser praticamente promovidos apenas pelas Escolas Regimentais. Em 1971/72, já se registariam somente 654 cursos.

Quanto a alunos inscritos, passou-se de 102 171 (no ano de lançamento) para 134 349 em 1953/54, e para apenas 17 479 alunos em 1971/72. Refira-se, por outro lado, que as mulheres frequentavam pouco esses cursos e que a eficácia dos mesmos era reduzida, pois as taxas de aprovação não ultrapassam os 34,8 por cento.

1 MILHÃO E 800 MIL ANALFABETOS EM 1970

Apesar de todo este esforço, que foi considerável, segundo resultados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e referentes ao último recenseamento, o de 1970, o nosso país tinha ainda, nesse ano, cerca de um milhão e 800 mil analfabetos entre a população com mais de 14 anos de idade. Essa taxa de analfabetismo, uma das mais altas da Europa (Portugal vem logo a seguir à Turquia) neste domínio, abrange particularmente as pessoas com mais de 50 anos, em especial as mulheres, as quais, no conjunto, representavam um milhão e 150 mil, entre o referido total de analfabetos.

Os distritos do interior são, naturalmente, aqueles em que mais se faz sentir o peso do analfabetismo. Assim, segundo os citados dados estatísticos de 1970, em Castelo

Branco, por exemplo, a taxa era de 61,4 por cento relativamente à população residente com mais de 14 anos (calculada em cerca de 190 mil pessoas), na Guarda era de 59,8 por cento e em Viseu de 58,3 por cento.

Entretanto, a seguir ao 25 de Abril de 1974, as iniciativas de educação popular intensificaram-se por todo o País, contando com o apoio da Direcção-Geral da Educação Permanente (DGEP), criada em 1972, que optou por não apresentar um programa nem lançar uma «Campanha de Alfabetização», decidindo antes promover actividades dirigidas às colectividades e às populações, e assegurar colaboração às associações que se dedicavam à alfabetização e educação de adultos.

«ELIMINAR O ANALFABETISMO»

Com a promulgação da Constituição da República, em 1976, a luta contra o analfabetismo tornou-se um objectivo nacional, pois, segundo o artigo 71.º da nossa Lei Fundamental, compete ao Estado «assegurar o ensino básico universal» e «eliminar o analfabetismo».

Posteriormente, com a chamada «Lei da Eliminação do Analfabetismo» (Lei 3/79) — aprovada pela Assembleia da República a 14 de Novembro de 1978 e publicada no «Diário da República» em 14 de Janeiro de 1979 — entra-se numa fase decisiva no que respeita à alfabetização e educação de base de adultos. Essa lei, que prevê a criação do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (CNAEBA) e o lançamento do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA), privilegiando, muito embora, o esquema escolar oficial, reconhece que o Estado deve apoiar as iniciativas existentes no domínio da alfabetização e educação de base dos adultos, designadamente,

12 nas de associações de educação popular, de colectividades de cultura e recreio, de cooperativas de cultura, de organizações de base territorial, de organizações sindicais, de comissões de trabalhadores e de organizações profissionais».

OBJECTIVOS DO PNAEBA

Neste momento, está já concluído o projecto do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA). De acordo com o que a Lei 3/79 determina, o PNAEBA, visando mais longe que o simples «ensinar a ler e a escrever», tem por objectivo a eliminação sistemática e gradual do analfabetismo e o progressivo acesso de todos os adultos aos vários graus da escolaridade obrigatória. Fundamentalmente, o PNAEBA pretende desencadear e incentivar um movimento de alfabetização que articulando-se com um plano de actividades culturais permita «a valorização pessoal dos adultos e a sua progressiva participação na vida cultural, social e política».

Para preparar este projecto, foi necessário promover um estudo de actualização estatística sobre a disseminação nacional do analfabetismo, acompanhado de uma sondagem destinada a identificar as motivações e necessidades educativas das populações e, paralelamente, realizar um levantamento e avaliação de todas as iniciativas e experiências de alfabetização levadas a cabo no nosso país.

Acrescente-se que, em finais do ano transacto, foi publicado um despacho conjunto dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Investigação Científica (MNE e MEIC), com vista a uma aplicação do PNAEBA aos trabalhadores portugueses residentes no estrangeiro. Para tal, e atendendo à situação específica em que vivem os emigrantes e aos seus diversos níveis culturais, decidiu-se criar um grupo de trabalho especialmente destinado a preparar a concretização das iniciativas necessárias neste âmbito.

Importa referir ainda que, segundo afirmações de alguns técnicos, o financiamento deste projecto de alfabetização poderá provir de uma taxa especial sobre apostas mútuas e lotarias (tal como no Brasil) ou até de apoios externos, para além de «as verbas necessárias à sua efectivação» deverem ser incluídas no Orçamento Geral do Estado, como se lê na citada Lei 3/79.

P.N.A.E.B.A./UM PLANO DE ACÇÃO

Entrevista com a Dr.^a Márcia Trigo

A evolução da taxa de analfabetismo em Portugal, as iniciativas e experiências relacionadas com a educação de adultos, e os objectivos genéricos do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA), são os principais temas abordados na entrevista que nos foi concedida pela dr.^a Maria Márcia Trigo, coordenadora do Sector de Formação da Direcção-Geral da Educação Permanente (DGEP).

— Qual é, actualmente, a taxa de analfabetismo no nosso país e quais são as áreas onde se localizam as maiores percentagens de analfabetos?

— Antes de responder a essa questão — qual a taxa de analfabetismo — conviria certamente entendermo-nos sobre o que se deve, ou não deve, entender por «analfabeto». E talvez pudéssemos até chegar à fácil conclusão de que analfabetos somos todos nós: analfabetos em alguma área do *saber*, ou do *saber fazer*.

Importa também aqui esclarecer que nas estatísticas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) se entende por *analfabeto* o indivíduo que declarou *não saber ler e escrever*. Nesta estatística não se inclui, portanto, aquela população que, embora tenha aprendido a ler, perdeu por completo essa faculdade por não ter tido, ao longo da vida, oportunidade de exercer essa capacidade adquirida. São os chamados *analfabetos funcionais*, por oposição aos analfabetos reais.

Assim, poderei dizer que, em relação ao censo de 1970, a população adulta (maior de 14 anos) que declarou *não saber ler e escrever* (analfabetos reais) é cerca de 29%. Agrava-se, porém, para as mulheres que apresentam uma taxa de 34,7% contra 22,4% para os homens. Estes dados são confirmados por um recente inquérito lançado pela Direcção-Geral da Educação Per-



manente (DGEP) em 1979, no âmbito dos Estudos de Fundamentação do PNAEBA. Por outro lado, metade da população adulta portuguesa, em 1970, não dispunha de habilitação conferida pelo ensino primário.

Se a esses analfabetos juntássemos todos os que tendo aprendido a ler, são hoje, por um fenómeno de regressão, também analfabetos, teríamos um quadro muito mais negro ainda, como, aliás, o inquérito já referido, confirma.

As maiores taxas de analfabetismo situam-se nas zonas menos urbanizadas e menos industrializadas: Beja (47,6%), Portalegre (41,4%), Castelo Branco (41,5%), Bragança (37,8%), Évora e Guarda (37,3%) e Faro (37,6%).

As zonas mais favorecidas são precisamente Lisboa e Setúbal (com 17,7% e 25,4%), por um lado, e as de Porto e Aveiro (21,3% e 23,6%), por outro. As grandes cidades de Lisboa e Porto, apresentam uma taxa de analfabetismo de 12,7% e de 14,5% respectivamente.

Por outro lado, é de referir que o analfabetismo:

a — Afecta mais as mulheres que os homens; fenómeno a que não será estranho um certo modelo de sociedade que subalterniza a mulher;

b — Afecta mais as classes mais idosas;

c — É um fenómeno mais rural que urbano e apresenta uma estreita relação com formas arcaicas (e mesmo de subsistência) de economia agrária, as quais absorvem todas as disponi-



Dr.^a Márcia Trigo, coordenadora do Sector de Formação da D.G.E.P.

bilidade familiares de trabalho, incluindo o das crianças.

d — Apresenta uma estreita dependência em relação ao nível socio-económico familiar e também em relação à situação escolar dos progenitores. A taxa de analfabetismo entre filhos de pais iletrados é de longe superior à dos filhos de pais letrados (40% contra 8%, segundo o mesmo inquérito realizado pela DGEP em 1979).

INICIATIVAS E EXPERIÊNCIAS REALIZADAS

— Nos últimos anos têm-se multiplicado as iniciativas e as experiências de alfabetização e de educação de base de adultos. Quais os resultados dessas realizações?

— São de facto múltiplas e muitos diversificadas as actividades de alfabetização e educação básica de adultos, tanto no que refere ao seu conteúdo, como à sua distribuição geográfica e ao tipo de instituição que as leva à prática.

Assim, o PNAEBA, na caracterização que fez da situação da educação de adultos em Portugal em 1979, detectou sobretudo como mais significativas:

a — Acções educativas extra-escolares;

b — Ensino de nível primário e preparatório para adultos;

c — Acções de animação e divulgação sócio-cultural, desenvolvidas ou apoiadas pelo Estado através, designadamente, da Secretaria de Estado da Cultura,

do FAOJ, da Junta Central das Casas do Povo e do INATEL;

d — Acções de formação profissional.

Referir-nos-emos, em especial, às acções educativas extra-escolares, por se apresentarem como as mais características do período post-25 de Abril. As demais, com ligeiras adaptações, qualitativas ou quantitativas, reproduzem o que se fazia antes do 25 de Abril. São sobretudo significativas as actividades de educação popular, levadas a efeito pelas organizações comunitárias de base e em que a alfabetização e post-alfabetização aparecem estreitamente ligadas a outras práticas sociais e culturais, designadamente o teatro, o desporto, o cinema, a música, a leitura, as festas e as exposições.

Em 1977 existiam no País 2510 grupos: culturais (442), recreativos (824) e desportivos (1244). Mantêm protocolos de colaboração com a DGEP cerca de 500 entidades, incluindo Casas do Povo, Autarquias, Sindicatos, Cooperativas, Associações Culturais, Comissões de Moradores e Associações humanitárias, de assistência e musicais. Destas entidades, cerca de 50% desenvolvem acções de alfabetização e 44% preparam também alunos para o exame do Ensino Primário.

Um estudo realizado em 1979 pela DGEP, no âmbito dos estudos de fundamentação do PNAEBA, permite-nos identificar três tipos fundamentais de acções, estruturas e práticas de educação de adultos:

a — Acções lançadas pelo próprio meio dos participantes, geralmente por movimentos de base (comissões de moradores, associações, etc.), as quais geram estruturas de educação popular permanentes, criam uma dinâmica de base viva que permite fazer face a diversas situações sociais e congregam pessoas com necessidades educativas, culturais e sociais variadas.

Partem, em geral, da mobilização da população para satisfazer necessidades básicas de equipamentos colectivos, mas, em breve, a dinâmica criada mobiliza esforços para satisfação de aspirações e necessidades educativas e sócio-culturais através de actividades variadas: teatro, cinema, música, colóquios, alfabetização, etc.

Caracterizam-se, pois, pelo seu carácter *permanente* e *contínuo*, e pela *diversidade* e *maleabilidade* da sua actuação. A sua inserção no meio constitui uma garantia de êxito para as acções de educação de adultos;

b — Acções lançadas por grupos exteriores ao meio dos participantes e a que correspondem, em certos casos, actividades múltiplas e, noutros, uma actividade específica e isolada de alfabetização.

Estas acções podem permanecer como pontuais ou gerarem estruturas de educação popular permanentes, sempre que os objectivos da acção inicial se alargam, acabando, neste caso, por criar uma dinâmica de base e ter uma acção de dinamização do meio;

c — Finalmente, as acções de educação de adultos com origem

numa iniciativa institucional (Empresas, Sindicatos, Autarquias, movimentos institucionalizados) que geram estruturas que se definem pelo seu carácter pontual, com actividades específicas dentro de um horário e de um espaço definido. Isoladas de qualquer comunidade de residência e de convivência e sem qualquer efeito desencadeador de cooperação ou promoção sócio-cultural, respondem geralmente a exigências exteriores de habilitações escolares e estão, em geral, expressamente relacionadas com objectivos utilitários e/ou funcionais.

OBJECTIVOS DO PLANO

— Como vai funcionar o PNAEBA e quais são os seus principais objectivos?

— Começarei por referir as grandes linhas de estratégia para que aponta o Relatório Síntese apresentado pelo IV Governo à Assembleia da República, o qual ainda não foi, entretanto, aprovado, como se sabe.

Quanto a nós, essas linhas, a serem aprovadas, determinarão o modo de funcionamento do PNAEBA. São elas:

1.º — Consideração global e integral das situações e obtenção de situações diversificadas e flexíveis;

2.º — Mobilização, dinamização, organização e articulação das acções;

3.º — Promoção das acções experimentais que assegurem a melhoria dos conhecimentos científicos e técnicos sobre edu-



cação de adultos e a correcta implementação sucessiva do PLANO.

4.º — Descentralização e regionalização da actuação;

5.º — Mobilização e aproveitamento integral dos recursos disponíveis.

As linhas de *descentralização e regionalização*, o aproveitamento *integral dos recursos disponíveis* (institucionais e humanos) e a *linha da experimentação*, parecem-me a mim fundamentais não só porque elas atravessam todo o PLANO, como pelo que elas poderão representar de uma alteração qualitativa na nossa maneira de fazer as coisas.

Quanto ao modo de funcionamento, o PNAEBA formula sete programas que correspondem totalmente à sua execução, durante um período de dez anos, em duas fases:

Programa 01 — Criação e instalação de um Instituto Nacional para a Educação de Adultos;

Programa 02 — Organização de uma rede de centros de cultura e educação permanente.

Programa 03 — Implementação regional e gradual de esquemas globais e integrados de educação básica de adultos e de desenvolvimento cultural (programas regionais integrados).

Programa 04 — Alfabetização e educação básica elementar.

Programa 05 — Melhoria e incremento do ensino preparatório para adultos.

Programa 06 — Apoio à educação popular.

Programa 07 — Acções na emigração.

Quanto ao Instituto, pessoalmente entendo que ele deverá designar-se, antes, por *Instituto para o Desenvolvimento e a Educação Permanente* já que me parece que a expressão *educação de adultos* é restritiva em relação aos próprios objectivos e estratégia do PLANO.

Mas com um ou outro nome, a sua criação e implementação é condicionante de toda a execução.

A *Rede de Centros de Cultura e Educação Permanente* a implementar por todo o País, é um programa de grande alcance na linha do *desenvolvimento local*, já que não se trata de criar prolongamentos do poder central ou mesmo regional. Deverão ser centros, diz o PLANO, com autonomia, abertos a toda a população e geridos por direcções eleitas, os quais articularão o seu funcionamento com os programas das respectivas autarquias locais.

Não se trata obviamente de criar de raiz uma nova rede física de equipamentos culturais e educativos; trata-se sobretudo de organizar e racionalizar a utilização dos meios dispersos, de modo a servirem de suporte a *práticas de desenvolvimento local integrado*. Aponta-se, entre outras soluções, para a reconversão das Casas do Povo.

Os *Programas Regionais Integrados* desenvolver-se-ão experimentalmente durante os dois primeiros anos, findo o que serão avaliados e reformulados.

O 1.º programa será lançado a partir de 1981 na Região Norte e o 2.º programa em 1982, na Região Sul (Alentejo). O lançamento dos demais será progressivo.

Durante o ano de 1980 decorrerão os estudos preparatórios para o lançamento do 1.º programa.

É de salientar que este programa vai na linha da regionalização e do desenvolvimento local integrado, propondo-se pois obter não só a participação de todos os serviços regionais ligados ao desenvolvimento socio-económico e cultural, mas sobretudo a participação das populações, através designadamente das Autarquias, das associações e grupos culturais e dos organismos representativos dos trabalhadores e das entidades patronais.

O programa designado por *«Alfabetização e Educação Básica Elementar»* pretende, no

imediate, responder, a nível de todo o País, às solicitações existentes de alfabetização e de educação de base, correspondendo a motivações já existentes ou mesmo a imposições de ordem legal.

O programa *«Ensino Preparatório para Adultos»* propõe-se essencialmente:

— no aspecto quantitativo, duplicar as actuais frequências dos cursos supletivos do ensino preparatório para adultos;

— no aspecto qualitativo, entende dever fazer-se no final do ano 1980/81 a avaliação dos actuais cursos e, a partir de 1981/82, proceder ao lançamento de cursos experimentais, de modo a poderem generalizar-se, a todo o País, novos métodos, processos e conteúdos, no respeitante aos actuais cursos, no início da segunda fase do PLANO.

O programa *«Apoio à Educação Popular»* situa-se na linha do disposto na Lei 3/79 quando esta determina que *«o Estado reconhece e apoia as iniciativas existentes no domínio da alfabetização e educação de base dos adultos, designadamente as de associações de educação popular, de colectividades de cultura e recreio, de cooperativas de cultura, de organizações populares de base territorial, de organizações sindicais, de comissões de trabalhadores e de organizações confessionais»*.

Nesta linha, o Programa não só reconhece as iniciativas existentes de educação popular, como se compromete a estimulá-las e a apoiá-las tanto pedagogicamente como financeiramente. E vai mesmo mais longe, pois avança a ideia de virem a ser *«capitalizáveis»* em termos de certificação oficial, as capacidades adquiridas pelos adultos no exercício duma actividade comunitária.

«ACÇÕES NA EMIGRAÇÃO»

— Em que medida os trabalhadores portugueses resi-

dentes no estrangeiro serão também abrangidos pelo PNAEBA?

— O programa *«Acções na Emigração»* dirige-se precisamente à população portuguesa residente no estrangeiro.

Está já constituído um grupo de trabalho a quem competirá formular, concretamente e de modo desenvolvido, o programa de alfabetização e educação de base a desenvolver junto dos emigrantes, definindo, designadamente, as metas, o calendário e as linhas de estratégia julgadas mais adequadas à sua execução. Mas o Relatório Síntese referido aponta já algumas grandes linhas para este programa que se concretizam sobretudo através de:

— Apoio e incentivo às acções desenvolvidas pelas associações de emigrantes, sobretudo no que se refere a apoio pedagógico (formação de formadores, produção e distribuição de materiais pedagógicos, etc.) e apoio financeiro;

— Total aproveitamento das estruturas e outros recursos existentes (designadamente financeiros) existentes nos países de residência;

— Coordenação das actividades dos vários organismos portugueses que actuam nos campos da cultura e da educação, junto dos emigrantes;

— Lançamento do ciclo preparatório, através dos cursos por correspondência a lançar em todo o País a partir de 1983.

Ao grupo de trabalho que referi competirá a elaboração do programa em termos de acções, metas, meios, etc.

Gostaria de referir, desde já, que me parece fundamental que as *acções na emigração* devam ter em atenção três aspectos:

— Um primeiro, relacionado com o problema da *identidade cultural* dos portugueses residentes no estrangeiro;

— Um outro, relacionado com o problema da *integração dos portugueses no quadro de vida dos países de residência*;

— E finalmente, um último que se relaciona com um *projecto de retorno*.



universidade de aveiro



Com a criação de centros universitários no Minho, Aveiro, Covilhã, Évora, Algarve e Açores, e de outros com carácter pré-universitário, tem-se vindo a concretizar, nos últimos anos, um processo de expansão e regionalização do ensino superior, que, tradicionalmente, estava confinado às cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

A Universidade de Aveiro iniciou a sua actividade no ano lectivo de 1974/75, começando por funcionar em instalações cedidas pelos CTT, com 46 alunos inscritos no curso de Engenharia Electrónica e Telecomunicações.

A respectiva Comissão Instaladora seleccionou, de início, os cursos considerados mais necessários e adequados ao desenvolvimento da região, tendo em conta, igualmente, as possibilidades de contratação de docentes e as limitações materiais impostas por condicionalismos de ordem financeira. Assim, nos anos lectivos de 1974/75 e de 1975/76, a Universidade de Aveiro lançou um conjunto de dez cursos, distribuídos pelas áreas de Tecnologia, Ciências do

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Ambiente e Formação de Professores.

Mais tarde, ao ser extinto o bacharelato nas Universidades portuguesas, os cursos e licenciaturas foram reestruturados, encontrando-se actualmente a funcionar os departamentos de Electrónica e Telecomunicações, Engenharia Cerâmica e do Vidro, Engenharia do Ambiente (com opções em Poluição e Planeamento) e Ciências da Educação e Formação de Professores (em Línguas e Culturas Modernas, Matemática e Desenho, Física e Química, e Biologia e Geologia).

Hoje, a Universidade de Aveiro é frequentada por cerca de sete centenas de alunos, integrando mais de 200 docentes e técnicos e cerca de 80 funcionários administrativos. Prevê-se que em 1980, de acordo com um projecto divulgado recentemente, a Universidade possa vir a albergar nove mil alunos. Para o efeito, foi já concluído um Plano Geral do complexo das novas instalações, obra que importará em cerca de dois milhões de contos e que será executada em três fases, durante dez anos.

CENTRO INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Desde a sua abertura, a Universidade de Aveiro dedicou uma particular atenção à formação de professores, domínio onde tem desenvolvido toda uma série de iniciativas inovadoras. Em

1978, foi nela criado o Centro Integrado de Formação de Professores (CIFOP), organismo interdisciplinar que visa a preparação de docentes para os vários níveis de ensino — desde o pré-primário, primário e secundário até ao ensino especial — e para a investigação em Ciências da Educação.

Prevê-se que o CIFOP — em que foram investidos cerca de 110 mil contos, com a cooperação do Banco Mundial — venha a alargar a sua actividade, em instalações adequadas, no ano lectivo de 1981/82, fornecendo um impulso decisivo à formação de professores nas áreas das Línguas, Ciências Exactas e Sociais, e Ensino Artístico e Vocacional. Depois, face à procura que os cursos registem, o CIFOP poderá alargar a sua acção a novas áreas (Economia, Ciências do Trabalho e Artes, nomeadamente).

Presentemente, catorze docentes estão a frequentar cursos de pós-graduação na Inglaterra, preparando-se para leccionar no CIFOP.

Espera-se, paralelamente, que a Universidade de Aveiro possa lançar em breve a licenciatura em Engenharia Geológica (com opções em Geologia do Ambiente, Geologia Marinha, Geoquímica e Geofísica Aplicada) e, ainda, licenciaturas em Matemática Operacional e em Biologia (com opções em Biologia Marinha e Tecnologia das Pescas).

No domínio das actividades escolares de pós-graduação, reciclagem, actualização de pro-

fessores e extensão universitária, encontra-se já a funcionar o curso de pós-graduação em Geoquímica e iniciar-se-ão proximamente os de Fotogrametria e de Fotointerpretação.

PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Contando com equipamento moderno e de qualidade, o departamento de Electrónica e Telecomunicações da Universidade de Aveiro tem registado franco desenvolvimento e iniciou actividades de cooperação com entidades oficiais e privadas, a nível da investigação aplicada e construção de protótipos, de que são exemplos um voltímetro e um programador de coordenadas.

Neste âmbito, a Universidade está a negociar a sua participação em projectos e estudos relativos à construção de centrais telefónicas automáticas (em colaboração com o Ministério dos Transportes e Comunicações), instrumentação, transmissão de dados por linha telefónica, propriedades ópticas dos diamantes, química das águas, caracterização das comunidades biológicas da ria de Aveiro e lagos da região, etc. De salientar, também, que os docentes e técnicos da Universidade se dispõem a dar o seu contributo para o fabrico e recuperação de equipamento cirúrgico, fabril e de navegação, se para tal forem solicitados. ■



MORTE DA ACTRIZ BRUNILDE JÚDICE

Brunilde Júdice, grande profissional do teatro português, faleceu em Lisboa com a idade de 81 anos.

Após o falecimento de seu marido, o grande actor Alves da Costa, Brunilde Júdice submetera-se a um isolamento quase total; isolamento esse que se acentuou após a morte de sua filha, a poetisa Ada Júdice, três anos depois.

Natural de Milão (Itália), onde nasceu no dia 11 de Maio de 1898, Brunilde Júdice era filha do tenor italiano Caruzon e da actriz e cantora portuguesa Maria Júdice da Costa. Veio para Portugal aos sete anos, tendo-se estreado no teatro em 31 de Dezembro de 1921.

Foi a primeira figura da companhia Fróis-Chaby e era considerada a nossa grande trágica no tempo do cinema mudo, quando ficaram famosas algumas das suas interpretações em filmes que marcaram toda uma época, tais como «Amor de Perdição», «Rosa de Alfama», «O Cúmplice» e «Mentira».

No decurso de uma carreira que se prolongou por mais de cinquenta anos, Brunilde Júdice interpretou cerca de 520 peças, tendo efectuado uma digressão ao Brasil — da qual regressou em 1937 —, integrada na companhia de Lucília Simões, e participando em quase todos os grandes elencos teatrais de Lisboa, com destaque para as suas actuações no Teatro Nacional de D. Maria II, integrada na Companhia de Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro.

DISCOS DE MÚSICA PORTUGUESA EM EDIÇÃO DA S.E.C.

Os discos de música erudita atingem, neste momento, preços que se podem considerar, na grande maioria dos casos, proibitivos. Por isso é de louvar a iniciativa que, desde 1978, a Secretaria de Estado da Cultura vem mantendo, ao lançar no mercado discos de longa duração, com obras dos mais importantes compositores portugueses, ao preço único de 210 escudos.

Nesta linha de rumo, está programado para o corrente ano o lançamento de gravações com obras de Joly Braga Santos, Fernando Lopes Graça, Luís de Freitas Branco, Luís Filipe Pires, António Vitorino de Almeida, Armando José Fernandes, Cláudio Carneiro, Francisco Lacerda e Rui Coelho.

De salientar que todos estes discos — de excelente qualidade — têm a acompanhá-los notas explicativas assinadas por críticas de reconhecida competência, o que mais reforça o carácter pedagógico desta iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura.

ANTOLOGIA DE ESCRITORES PORTUGUESES EDITADA NA BULGÁRIA

Uma editora da Bulgária, a «Noradna Cultura», lançou uma «Antologia dos Grandes Narradores Portugueses» organizada por Fanny Nazeni e Emília Iulzani. Os textos foram traduzidos, entre outros, por Simeon Waldimirov e E. Iulzani.

Entre os autores portugueses antologados contam-se os nomes de Manuel Teixeira Gomes, Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, João Araújo Correia, José Rodrigues Miguéis, Vitorino Nemésio, José Régio, José Loureiro Botas, José Gomes Ferreira, Miguel Torga, Branquinho da Fonseca e Manuel Mendes.



O cineasta Manuel de Oliveira dirigindo a rodagem de uma cena do filme «Amor de Perdição».

RETROSPECTIVA DE MANUEL DE OLIVEIRA EM GENEBRA

O Centro de Animação Cinematográfica de Genebra (CAC — Voltaire) vai apresentar este ano uma retrospectiva dos filmes de Manuel de Oliveira que preencherá uma semana dedicada ao cinema português.

O CAC-Voltaire, organização subsidiada pelo Governo suíço

e dirigida pelo crítico português Rui Nogueira, preenche um importante espaço na vida cultural de Genebra.

A referida retrospectiva da obra de Manuel de Oliveira contará com a colaboração do Instituto Português de Cinema.

EXPOSIÇÃO DE ARTES DECORATIVAS PORTUGUESAS

Foi recentemente inaugurada no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, uma Exposição de Artes Decorativas, que integra peças de vidro, têxteis e móveis concebidos e fabricados em Portugal entre os séculos XV e XVIII.

Para além de documentação sobre as diversas fases de fabrico de mobiliário e têxteis, estão patentes ao público arcas e móveis da Renascença, cadeiras, contadores e aparadores, camas de dossel e pequenos cofres, a par de peças de prata e de uma amostra de vidros (canecas, copos, galheteiros e lamparinas de azeite), que constituem o essencial da exposição, a qual ficará aberta ao público durante todo o corrente ano.

No capítulo dos têxteis, podem admirar-se alguns exemplares de tapetes de Arraiolos, cujos motivos decorativos se inspiravam inicialmente nas tapeçarias orientais e que depois foram adquirindo as suas próprias formas. Um pano de armar de linho branco

com bordados, datado de 1615 e uma colcha de seda do século XVIII, podem também ser vistos nesta exposição, o que permite fazer uma ideia de como alguns dos nossos antepassados decoravam as suas casas.

MUSEU NACIONAL DA LITERATURA

A Universidade do Porto vai ceder uma série de dependências a seu cargo, no antigo convento de S. Bento da Vitória, para a instalação do futuro Museu Nacional da Literatura.

O acordo foi estabelecido com a comissão instaladora do Museu que, após cumprimento das exigências burocráticas, iniciará as obras de restauro e adaptação, que deverão orçar em cerca de 100 mil contos, com inclusão do respectivo apetrechamento.

De imediato, a comissão instaladora do Museu Nacional da Literatura vai proceder ao levantamento do património documental e iconográfico dos escritores portugueses, tarefa em que terá a colaboração do Centro de Literatura da Universidade do Porto.

Uma série de fotos que nos recordam Fernando Pessoa em diversas fases da sua vida e, em baixo, parte do espólio literário do poeta, ainda arquivado em casa de sua irmã, antes de ser adquirido pelo Estado.

ESPÓLIO DE FERNANDO PESSOA

O património do escritor, poeta e ensaísta Fernando Pessoa foi entregue à Secretaria de Estado da Cultura, numa cerimónia efectuada na Biblioteca Nacional, em Lisboa.

O espólio, adquirido à família de Fernando Pessoa por seis mil contos, é constituído por 27 543 documentos diversos, entre manuscritos a tinta ou a lápis e outros dactilografados pelo próprio poeta. Este património, de notável valor cultural, ficará na secção de reservados da Biblioteca Nacional, até ser escolhido o local para a sua instalação definitiva.

Nas cláusulas de aquisição, o Estado comprometeu-se a que o património seja conservado nas melhores condições de segurança e preservação, e que o mesmo seja microfilmado, continuando ao dispor de todos os estudiosos nele interessados.



17

IV CENTENÁRIO DA MORTE DE LUÍS DE CAMÕES



Busto de Camões, da autoria do escultor António Gonçalves, num desenho a lápis de António Ramalho.

No âmbito das comemorações do IV Centenário da morte de Camões, que se prolongam por todo o corrente ano, a «Editorial Verbo» concretizou uma iniciativa de grande relevo: a edição das «Obras Completas de Luís de Camões». Esta monumental edição é sobremaneira valorizada com reproduções de trabalhos de importantes pintores portugueses do início do século, designadamente José Malhoa, Carlos Reis, Columbano, João Vaz e Condeixa, a par de outros trabalhos de artistas plásticos contemporâneos, tais como Lima de Freitas, Paulo Ferreira e Júlio Gil.

No que respeita à criação de prémios de ensaio, que irão galardoar estudos sobre a obra do poeta, para além do que já assinalámos em número anterior, há a salientar o lan-

camento do «Prémio Luís Vaz de Camões» pela «Editorial Caminho».

Entretanto, foi recentemente anunciado na imprensa que um «Congresso Camoniano» se irá reunir no próximo mês de Abril na Casa de Mateus, em Vila Real de Trás-os-Montes. Para este Congresso foram convidados diversos especialistas portugueses e italianos, prevendo-se, ainda, que além da apresentação de comunicações pelos participantes na reunião, se venha a realizar um programa de concertos de música quinhentista.

Por seu lado, o Instituto Italiano de Cultura tem vindo a organizar na sua sede, em Lisboa, uma série de conferências que se inserem igualmente no âmbito das comemorações do IV centenário da morte de Luís de Camões. Nestas

conferências, que prosseguirão ao longo do corrente ano, a obra do épico português tem sido tema para análise da Renascença italiana e da portuguesa, da qual Luís de Camões é considerado, a justo título, um dos expoentes máximos.

A mesma instituição anunciou ainda que a sua revista, intitulada «Estudos Italianos em Portugal», irá apresentar em próxima edição uma «cristomática» das «Rimas» camoneanas, com poemas que serão traduzidos para a língua italiana pela primeira vez. Recorde-se, a propósito, que o Instituto Italiano de Cultura havia já participado nas celebrações do centenário de «Os Lusíadas», em 1972, tendo apresentado na altura uma tradução integral do célebre poema de Camões em oitavas italianas, obra que foi editada em Milão.

INVENTORES PORTUGUESES PREMIADOS NO ESTRANGEIRO

Nenhum dos seis portugueses que participaram no Salão de Inventores de Bruxelas regressou de mãos vazias. A distinção máxima, porém, coube a João Garcia Bentes, que foi distinguido com a taça do Grande Prémio do Júri e diversas medalhas de ouro, obtendo, assim, o primeiro lugar entre todos os inventores representados no certame, facto que é inédito entre nós.

João Garcia Bentes, de 51 anos, empresário, apresentou no salão «Eureka-79» da capital belga o protótipo de um granulador cónico com regulação e protecção helicoidal hidráulica, máquina vulgarmente utilizada em pedreiras, nas operações de trituração.



Protótipo do granulador — com peso superior a uma tonelada — apresentado em Bruxelas pelo inventor João Garcia Bentes.

O granulador em questão, um protótipo com o peso de 1200 quilos, inclui um sistema diferente de quantos já existem fabricados pelos grandes «monstros» da indústria mundial, sendo também mais eficaz e mais simples.

Segundo previsões de João Bentes, é possível que em Abril próximo possa iniciar, na sua própria empresa, o fabrico em série desta máquina. De salientar que na capital belga o inventor português foi já abordado por personalidades de diversos países, designadamente da Bulgária, Canadá e Bélgica, que se mostraram interessadas no engenho.

De referir que a unidade industrial de que João Bentes é proprietário se dedica ao fabrico deste tipo de maquinaria, pelo que a sua invenção

«resulta de uma necessidade da empresa», segundo declarou.

Neste salão de Inventores de Bruxelas foram também distinguidos o eng.º Helder Brito Pinção, de Torres Vedras, por um «braço-elevador»; coronel António Monteiro Alves dos Santos, colocado no EMGFA, por um aparelho de afinação de precisão que substitui as cravelhas das violas; Olímpio Ferreira Constância, de S. Pedro do Estoril, por um economizador de gasolina; Augusto Antunes Simões, operário das oficinas de aeronáutica de Alverca, por um «descravador-chanfrador»; e João Silva, por um suporte publicitário para condicionamento de

quatro garrafas com abre-cápsulas incorporado.

Entretanto, dois portugueses foram distinguidos com a medalha de ouro do Salão Internacional dos Inventores de Genebra (Suíça). Os premiados são Mário Rocha Martins, que apresentou um colchão ortopédico de tensão variável e Duarte Fonseca, autor de um projecto de barragem ecológica mista.

A representação portuguesa conquistou em Genebra, além das duas citadas medalhas de ouro, uma de prata, atribuída a F. Magalhães, que apresentou um motor «Combi».

Outras invenções de portugueses — um sistema de elevação e um aspirador para quadros escolares — conseguiram, respectivamente, medalhas de «vermelho» e de bronze.



A atleta Lidia Faria.

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS HOMENAGEOU LÍDIA FARIA

Lidia Faria, a antiga atleta recordista e internacional do Sporting, recebeu a medalha de «Mérito Desportivo» que lhe foi conferida pela Câmara Municipal de Torres Vedras, concelho do qual é natural. Lidia Faria recebeu este galardão nove anos após ter abandonado a actividade desportiva.

Funcionária do jornal «Diário Popular» e colaboradora da secção desportiva deste vespertino lisboeta, Lidia Faria foi uma das figuras gradas do desporto nacional e as suas «proezas», tanto em Portugal como no estrangeiro, contribuíram em muito para a expansão do atletismo feminino no nosso país.

DIPLOMA «PAUL TISSANDIER» PARA AVIADOR PORTUGUÊS

O aviador português coronel Pelágio Castelo Branco, presidente, desde 1970, da Direcção do Aeroclub de Torres Vedras, foi distinguido pela Federação Aeronáutica (FAI) com o Diploma «Paul Tissandier» relativo ao ano de 1979, anunciou o Aeroclub de Portugal.

O diploma «Paul Tissandier» é atribuído àqueles que, em cada país, mais se distinguem ao serviço da aviação desportiva, tendo por tal razão o nome do seu fundador e primeiro presidente da FAI, Paul Tissandier.

EQUIPAS PORTUGUESAS EM PROVAS INTERNACIONAIS DE CICLISMO

Ciclistas portugueses estarão presentes na «Volta à Polónia», que se disputa de 1 a 12 de Julho, conforme ficou deliberado na reunião havida entre a direcção da Federação Portuguesa de Ciclismo, o presidente do Conselho Técnico e representantes das Associações.

Além desta participação-estrela foi também deliberada a participação de equipas portuguesas na «Corrida da Paz», de 9 a 24 de Maio, e na «Volta à França do Futuro», de 10 a 21 de Setembro.

BENFICA CONQUISTOU A 12.ª TAÇA DE HONRA

A equipa do Sport Lisboa e Benfica conquistou pela terceira vez consecutiva a «Taça de Honra da Associação de Futebol de Lisboa» — completando, além disso, uma coleção de doze troféus —, ao bater por 3-2 o Belenenses no jogo final da prova, disputado no Estádio de Alvalade. O terceiro lugar coube ao Sporting, que derrotou por 1-0 o Estoril.

Na edição deste ano apenas «encarnados» e «azuis» participaram na sua máxima força, enquanto as duas outras equipas apareceram com o «plantel» desfalcado de alguns titulares, a proporcionarem espectáculos de futebol de nível sensivelmente mais baixo do que o público estava habituado a presenciar. De salientar a exibição, na final, do brasileiro César, autor de dois dos três golos do Benfica.



Humberto Coelho, «capitão» da equipa benfiquista, ostentando a taça conquistada.

FALECEU O FUTEBOLISTA PASSOS



O futebolista Passos, fotografado no auge da sua carreira desportiva.

Manuel Passos Fernandes — simplesmente Passos para os amadores da modalidade e para toda a imprensa desportiva do País —, um dos grandes jogadores do futebol português, faleceu vítima de um colapso cardíaco, com 57 anos de idade.

Passos envergou a camisola do Sporting durante nove épocas e foi «internacional» dezasseis vezes, tendo conquistado grande notoriedade e contribuído decisivamente para as diversas conquistas do título de

campeão nacional levadas a cabo pela sua equipa. Distinguiu-se, especialmente, no lugar de defesa central, então designado por médio-centro, revelando extraordinárias qualidades de mobilidade e uma dureza serena a que jamais faltou uma grande dose de camaradagem e lealdade.

Natural de Machico (Ilha da Madeira), Passos começou a sua brilhante carreira de futebolista no Grupo Desportivo da CUF, de onde se transferiu para o

Sporting Clube de Portugal. Pertenceu à famosa equipa dos «cinco violinos» — designação dada por Tavares da Silva à linha avançada do clube leonino: Jesus Correia, Vasques, Peyroteo, Travassos e Albano —, na qual todos estes jogadores desempenhavam um papel extremamente importante.

O futebol português está de luto, pois com o desaparecimento de Passos é mais uma das suas glórias que se perde inexoravelmente.

20



Carlos Lopes, Fernando Mamede e José Sena: três nomes em destaque no atletismo português.

ATLETAS PORTUGUESES EM DESTAQUE

O atleta Fernando Mamede, do Sporting, venceu destacado o já tradicional «Cross Internacional das Amendoeiras», disputado em Vilamoura (Algarve), num percurso de 9650 metros.

Evidenciando a sua excelente forma actual, o atleta sportinguista comandou a corrida desde o início, lado a lado com o seu companheiro de equipa Carlos Lopes e seguido de perto pelo portista José Sena. Porém, quando Lopes foi obrigado a desistir, em virtude do agravamento de uma antiga lesão, Mamede acelerou, destacando-se de José Sena e do espanhol Prieto. O final da corrida verificou-se nesta ordem, mas com uma vantagem de Mamede de mais de 100 metros sobre o segundo classificado.

Saliente-se que na competição participaram dezenas de atletas portugueses e estrangeiros, entre os quais autênticos «ases» do atletismo, como é o caso do alemão Zimmermann, do escocês Muir e do belga Vogel.

De realçar que em provas anteriores Carlos Lopes havia sido mais feliz. Referimo-nos ao

«Cross Rond Point» do qual o atleta foi o grande vencedor. Esta prova disputou-se em Nancy (França) tendo sido organizada pelo jornal «L'Est Republicain». O fundista português percorreu os dez quilómetros do percurso em 29,12 minutos, tendo Fernando Mamede ficado em segundo lugar, a 18 segundos do vencedor. Em terceiro e quarto lugares ficaram, respectivamente, o inglês Newton, com mais 33 segundos, e o francês Delaby.

Este excelente comportamento de Carlos Lopes — o qual, recorde-se, começou 1980 da melhor maneira, vencendo a corrida de S. Silvestre disputada em Madrid — e de Fernando Mamede, e os bons resultados averbados por outros atletas, com especial destaque para José Sena, contribuem para incrementar as esperanças depositadas na selecção que representará o nosso país nas próximas Olimpíadas.

A este propósito, poderemos recordar ainda que Portugal ficou em segundo lugar na classificação colectiva da 27.ª edição do «Cross» intitulado «Juan Mu-

guerza», somando 21 pontos. Aniceto Simões classificou-se na sexta posição com 31,15 minutos e outros dois portugueses, António Leitão e Rafael Marques, ocuparam a sétima e a oitava posição, com 31,28 e 31,52 minutos, respectivamente.

O inglês John Wild foi o vencedor desta prova com 30,50 minutos, batendo o espanhol Santiago de La Parte, que registou mais três segundos, e o escocês Jim Brown (30,56 minutos).

A Inglaterra ganhou colectivamente, com 10 pontos, seguida de Portugal com 21, Espanha com 22 e Escócia com 31 pontos. Participaram na prova noventa atletas.

XADREZ: LUÍS SANTOS PARTICIPOU EM TORNEIO ESPANHOL

O xadrezista português Luís Santos classificou-se em 5.º lugar no «Torneio Internacional dos Reis», que se disputou na cidade espanhola de Zamora.

A competição, que foi ganha pelo colombiano Óscar Castro, contou com a presença de cerca de duas dezenas de xadrezistas.

A classificação dos cinco primeiros foi a seguinte: 1.º Óscar Castro; 2.º Juan Manuel Bellon; 3.º Luís Dieguez; 4.º Mário Gomez; 5.º Luís Santos.



Os nadadores Paulo Frischknecht e Rui Abreu.

NATAÇÃO: PAULO FRISCHKNECHT VENCEU EM LAS PALMAS

Pela segunda vez consecutiva, o nadador português Paulo Frischknecht conquistou o troféu «Cidade de Las Palmas», ao vencer a prova de 200 metros, com o tempo de 1 m e 56,70 s, à frente de David Lopes Zubero, presentemente o melhor nadador do país vizinho.

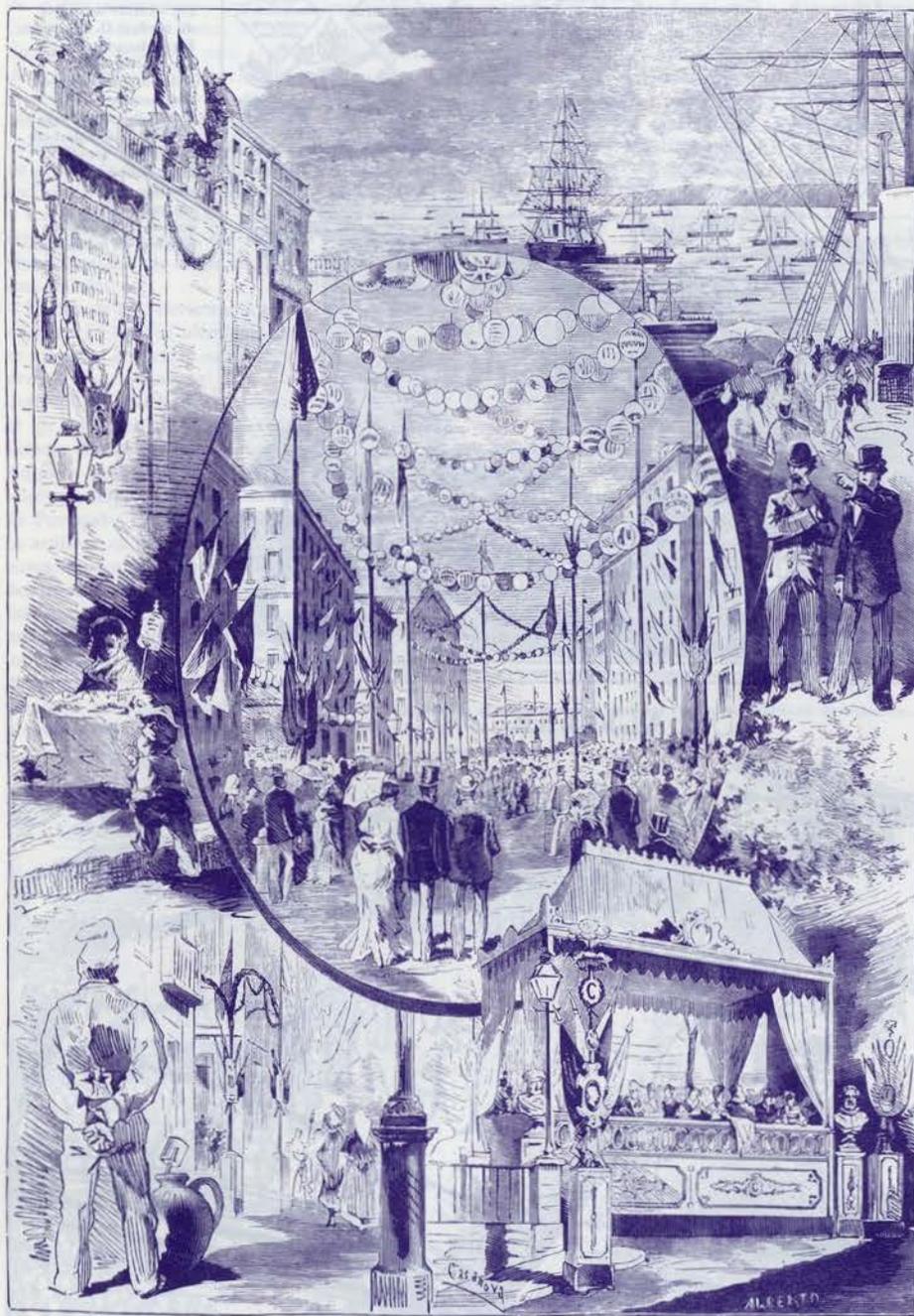
Um outro português, Rui Abreu, conquistou o primeiro lugar na prova 200 metros estilos, impondo-se com autoridade a todos os demais concorrentes. Na primeira das referidas provas

é de registar o comportamento excelente de todos os portugueses (quatro ao todo), com realce óbvio para Frischknecht que, com Gomes Pereira, partiu para Las Palmas com grande atraso de treino em relação aos adversários.

Anote-se ainda que o «Grande Prémio da Cidade de Las Palmas» foi disputado por nadadores pré-olímpicos de Espanha, Holanda e Inglaterra e da equipa sueca de Najaden.

1880 e 1580

III CENTENÁRIO da Morte de CAMÕES



Neste ano em que se celebra o IV centenário da morte do autor de «Os Lusíadas», recordamos, neste Suplemento, o que foram as comemorações do III Centenário, há exactamente um século, e a importância particular de que se revestiram. Em 1880, o «movimento de ressurreição nacional», que então alvorecia, colocou-se sob a égide de Camões, celebrando-se o tricentenário da morte do poeta, em 10 de Junho, com solenidades excepcionais a que o povo de Lisboa deu o seu entusiasmo e alvoroçado concurso. Ficava, assim, comprovado uma vez mais, o enorme poder de evocação patriótica da obra do grande épico, estimulando energias, despertando anseios, contribuindo para a difusão de um grande ideal, junto de todos os portugueses.

Base do monumento dedicado a Camões, inaugurado em Coimbra em 1881 e que hoje se encontra quase totalmente destruído.

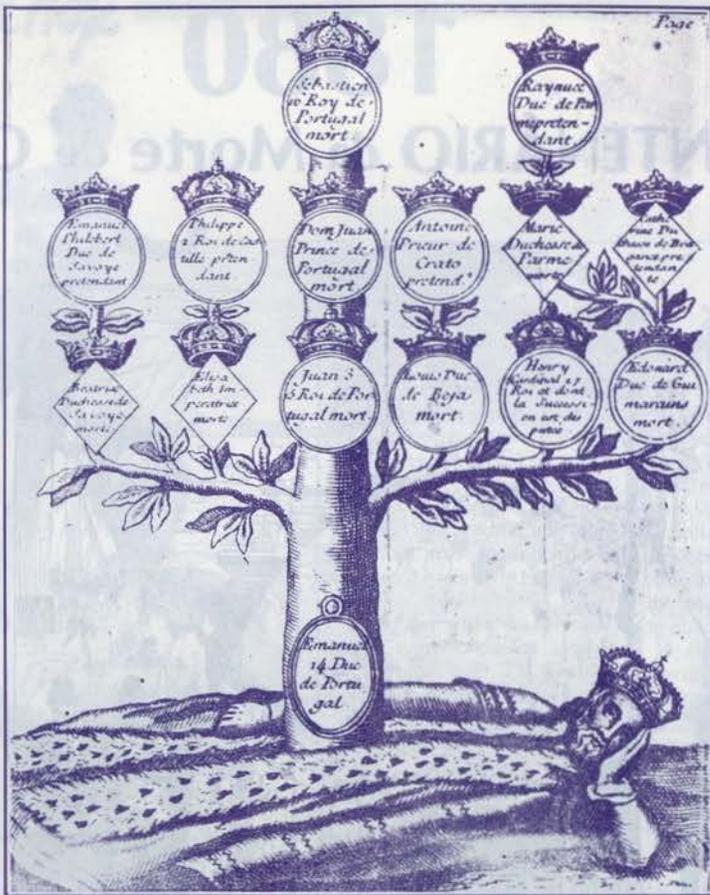
Reprodução de uma das gravuras que a revista «Occidente» publicou em 1880. Numa composição da autoria do ilustrador A. Cazanova, vemos cinco apontamentos sobre o ambiente festivo em que decorreram as comemorações do tricentenário da morte de Camões, na capital: na Rua do Alecrim, no Tejo, no Largo do Chiado, na Rua Augusta e na Rua Nova do Almada, local onde foi montado um pavilhão.

Tendo-se iniciado em 8 de Junho, as comemorações transformaram Lisboa num gigantesco bazar, onde, por toda a parte — nas ruas, nas lojas, nas casas —, a efígie de Camões se multiplicava numa simbólica manifestação de solidariedade nacional. Uma imensa vaga de forasteiros — que se espalhou até aos locais mais distantes do centro da cidade — aumentou a população da capital, contribuindo para dar a esta um aspecto inédito.



Perante o alheamento dos representantes do Estado e do Governo de então, os republicanos chamaram a si a organização das comemorações do tricentenário da morte de Camões — tornado símbolo da grandeza e imortalidade da Pátria —, realizadas em 10 de Junho de 1880. Neste dia, um imponente cortejo marca, em Lisboa, a primeira manifestação pública importante do republicanismo. A monarquia — e com ela todo um sistema económico, social e político — agonizava, impotente, frente às transformações de toda a ordem que se adivinhavam, tornadas inadiáveis pela evolução registada em toda a Europa.

Tirando dividendos de um paralelismo histórico, quiçá um tanto ou quanto forçado, os republicanos souberam decalcar a situação de 1880 da de 1580, com evidências flagrantes que eram compreensíveis pelo mais desprevenido dos cidadãos, tal o estado geral de distúrbio que o País vinha de novo a apresentar nos seus diversos sectores, com destaque para a inquietante situação económica e financeira e para o agravamento constante da já periclitante independência nacional, senão territorial (no que respeita ao Portugal continental), pelo menos política, no campo da iniciativa internacional.



Reprodução de uma gravura francesa de 1689, representando a árvore genealógica da descendência do rei D. Manuel I, com a representação dos diversos pretendentes que alegavam direitos à coroa de Portugal, por ocasião da morte do cardeal D. Henrique. Estabelecendo um contraponto, publicamos, em baixo, um desenho de Rafael Bordallo Pinheiro, de 1890, originalmente inserido no jornal humorístico «Pontos nos Iões», em que o autor prenuncia já a queda próxima da monarquia.



(Segundo as Sagradas Escrituras, os últimos serão os primeiros, e os primeiros... os últimos.)

A DERROCADA de 1580

Efectivamente, o século de quinhentos trouxera toda a riqueza do Oriente ao Tejo, mas tal riqueza apenas fazia escala em Portugal, indo fomentar o desenvolvimento de países estrangeiros, que nos forneciam-todas as coisas de que tínhamos necessidade para viver, dado Portugal ser um país eminentemente importador. As fomes sucediam-se e a coroa tinha que se endividar para com os mercados de cereais da Flandres, de modo a socorrer a fome generalizada.

Recorde-se, no entanto, que a crise não começara em 1580, vinha-se arrastando desde há algumas décadas.

Em fins de 1543 deviam-se somas enormes à Flandres, além das que se tomavam em letras, «a tal altos preços que quase se dobra o dinheiro em quatro anos». Morriam-se de fome sob os alpendres de Lisboa. A este propósito, diz-nos António Sérgio no seu trabalho «Breve Interpretação da História de Portugal»: «Eram estrangeiros os artifices, os barbeiros, os sapateiros; muitos mil órfãos e viúvas depereciam na ociosidade; e o fidalgo que se exibia na rua, com mula ajazada de ouro e muitos lacaios agaloados, recorria ao jejum de portas a dentro. D. Manuel mandava procurar trabalhadores no estrangeiro, e até bombardeiros e operários de construção naval.

Muitos dos navios que se empregavam no tráfico não eram construídos no País». Tal era a realidade, em rápido resumo, que se encobria sob uma mascarada de ostentação: de dia, o rei passeava-se pelas ruas da capital, exibindo animais exóticos e um fausto desmedido; de noite, eram os serões do Paço, afamados por toda a Europa. Mas no plano cultural, o país não era mais famoso: anteriormente a Inquisição suprimira

toda a possibilidade de um pensamento criador, destruindo, pois, os germes de humanismo científico da grande época dos Descobrimentos; assim, as raras tentativas para pôr a cultura nacional ao ritmo da Europa civilizada, encontraram poucas ocasiões de se manifestar em toda a sua pujança e criatividade.

Quando, em 1568, D. Sebastião foi declarado maior pelas Cortes, Portugal vivia em plena decadên-

cia militar, em completa mediocridade no âmbito das letras e das artes — fora uma ou outra excepção em que à época se não reparava — e, no que respeitava ao tão decantado comércio da Índia, este era francamente deficitário.

Em 4 de Agosto de 1578 (batalha de Alcácer-Quibir), o País atingira o máximo de degradação que se possa imaginar. O exército que o rei reuniu (imprudente e desvaireado rei que foi D. Sebastião), era aparatoso e luxuosamente equipado para tudo, menos para a guerra. As suas tendas eram de seda e os seus capitães vestiam como cortesãos que fossem a uma festa no Paço. Uma vez em Marrocos, as tropas bebiam e cantavam e o seu rei, arvorado em comandante (impulsivo e de todo em todo destituído das qualidades que possui um comandante), acumulou erro sobre erro, a ponto de os demais capitães pensarem em o prender. No dia da batalha, ordenou que ninguém se mexesse sem ordem sua; esqueceu-se, porém, de dar a ordem. O exército inimigo, formado em crescente, envolveu a hoste portuguesa e os mercenários que nela se integravam, submergindo-os a todos: foi o desastre completo que, sabido no reino, o aniquilou moralmente, destruindo o que ainda lhe restava de vigor.



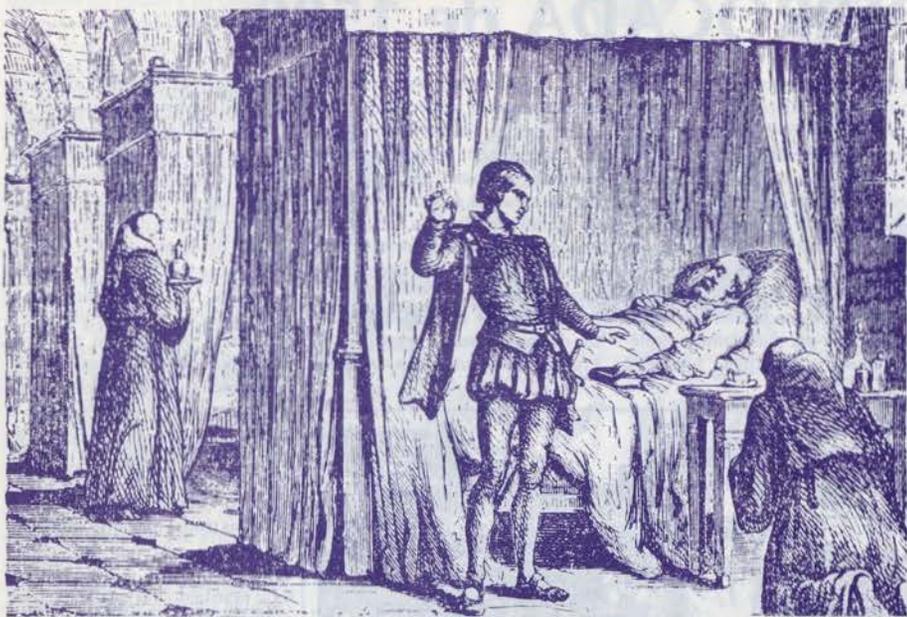
Reprodução de uma gravura francesa que nos recorda o «suplicio da fogueira», em Lisboa, no auge da acção da Inquisição.



Reconstituição da batalha de Alcácer-Quibir numa gravura da autoria de Miguel Leitão de Andrade, que, tendo participado na batalha, foi feito cativo, conseguindo, mais tarde, resgatar-se e regressar a Lisboa. À direita, um pormenor do quadro a óleo de Cristóvão de Moraes, datado de 1570, em que o artista retrata o rei D. Sebastião. Esta obra encontra-se actualmente exposta no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.



A PERDA da INDEPENDÊNCIA



A morte de Camões, segundo gravura executada em 1867 e destinada a ilustrar um artigo sobre Camões da autoria do literato francês Alphonse Izard: na imagem, ladeando o poeta moribundo, estão Frei José Índio, de joelhos, e um fidalgo. Cerca de um mês após a morte de Camões — que, segundo a lenda, ocorreu a 10 de Junho de 1580 —, Filipe II de Castela, aqui retratado numa gravura da época, ocupou o trono português.

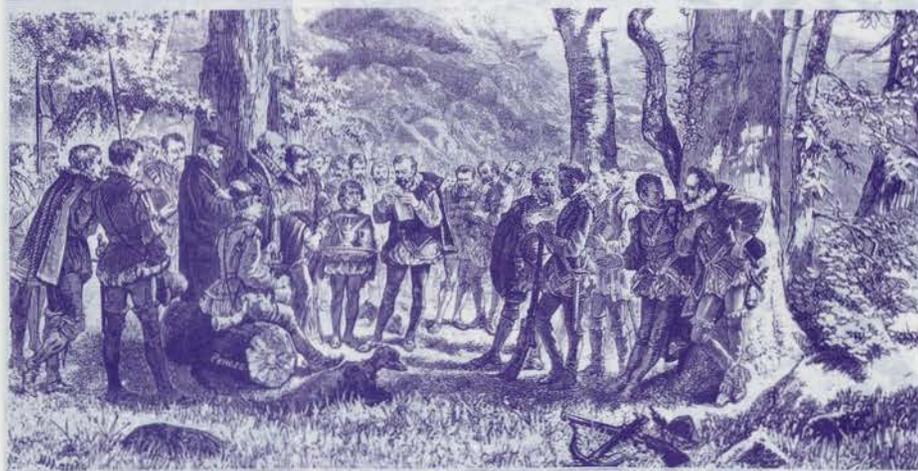
Com o desaparecimento de D. Sebastião nos areais de Alcácer-Quibir, sem deixar descendência directa ao trono, este é ocupado pelo velho cardeal D. Henrique, na altura com 66 anos, e, pior que isso, sete pretendentes afixavam as unhas para a coroa de Portugal. Entre todos, destacou-se Filipe II de Castela. Opôs-se-lhe, antes, a eloquência patriótica de Febo Moniz; depois, a audácia irregular e desorganizada de D. António. Prior do Crato, proclamado rei em Santarém. Porém, o Duque de Alba

invadiu Portugal pelo Alentejo, enquanto a esquadra castelhana se dirigia para Lisboa; e perto da cidade (em Alcântara) as tropas de D. António foram facilmente varridas. Após a fuga deste para França, Filipe II foi, finalmente, proclamado rei (Agosto de 1580). Foi um ano aziago: em 10 de Junho, segundo a lenda, Luís Vaz de Camões morrera pobre e miserável num leito de hospital, cedido, por caridade, depois de arrostar um fim de vida marcado por extrema indigência. Simbolica-

mente, parecia que o maior épico do epílogo renascentista português levava consigo o último canto, a derradeira apoteose que os Descobrimientos haviam inspirado. Não deixa, por isso, de ser pertinente o que nos diz Oliveira Martins, na sua «História de Portugal», quando, referindo-se a Luís de Camões e à perda da independência nacional, considera que «Os Lusíadas» foram um epitáfio. Na verdade, o mundo português que Camões conheceu era o da derrocada, o tempo que «converte

em choro o doce canto». Por um acaso do «destino» ou dos «fadados», segundo a terminologia do épico, Portugal perdia a sua independência e, simultaneamente, na pessoa de Camões, o único poeta que soubera utilizar genialmente a língua portuguesa, o poeta que, com raro poder de síntese e imaginação, debruçado sobre o passado histórico, cantara os feitos de todo um povo, em odisseia imorredoura.

Daqui a criação quase inevitável de um mito, de uma lenda, de um estado de coisas que, com cores carregadas aqui ou ali, iria servir, ao longo dos séculos, para forças sociais e grupos políticos retirarem dividendos e construir um paralelismo, quiçá não muito distantes. Foi este, aliás, o trabalho dos republicanos quando do III centenário da Morte de Camões; e foi essa visão da monarquia dos Braganças que, por decalque, apresentavam ao cidadão do País.



Segundo Aquilino Ribeiro, na sua obra «Luís de Camões» (tomo II), a primeira edição de «Os Lusíadas» saiu sem o escudo real, relegada para o mundo ignorado da literatura de cordel, ao contrário de todas as obras do género publicadas à época, lavradas pelos escribas «oficiais» — que votavam um solene desdém pelo idioma popular — e que eram, em geral, consagradas em louvor do rei.

De resto, quando Almeida Garrett, primeiro, e Teófilo Braga, depois (1880), nos descrevem o poeta a ler «Os

Lusíadas» a D. Sebastião (1572), todo exaltado no seu cadeirão, transmitem-nos uma bem triste fábula, que nenhum documento poderá comprovar.

Então o rei D. Sebastião iria alguma vez receber o pobre Camões, infeliz e maltrapilho, que estendia a mão à caridade pública e eclesiástica, regressado de longos anos de passado duro nas Índias e Áfricas como soldado raso, sem as «nobres virtudes da dignidade»? Receberia ele o poeta, em audiência especial, para declamação expressa da odisseia («Os Lusíadas») que não levava na frontispício o seu selo real? ■





Bordallo em 1880

O TRICENTENARIO



EDITAL

CUIDADO COM AS ALGIBEIRAS

O imposto de rendimento está votado.
(Quem bem me avia meu amigo?)



RAFAEL BORDALLO PINHEIRO

Zé povinho chega quasi a convencer-se de que os Lusíadas deve ser uma coisa talvez um pouco superior á carta constitucional.



Theophilo Braga por um lado e Ramalho Ortigão por outro, verrumam na cabeça do Zé Povinho, até lhe fazerem entrar a idéa do centenario.

Constituindo, inegavelmente, uma das mais belas obras de Rafael Bordallo Pinheiro, o popular semanário «O António Maria» teve influência marcante e inextinguível, no nosso país, no domínio da caricatura pessoal, social e politica. Integralmente concebidos e desenhados por Bordallo Pinheiro, os sucessivos números de «O António Maria» têm a marca do espantoso talento e da viva imaginação do seu autor. Nesta página e nas seguintes, publicamos uma selecção das caricaturas que «O António Maria» inseriu em 1880, a propósito das comemorações do tricentenário de Camões então realizadas.

CHRONICA DO CENTENARIO



MINISTROS!



A fim de que os officiaes da marinha franceza não deem mais caracter republicano ao cortejo, o governo fecha-os no ministerio dos estrangeiros, offerecendo-lhes bolos, a commenda de Christo e vinho.



O grande epico agradece aos pescadores da Povoia e Aveiro, presentes no cortejo, e elles mostraram ainda uma consistencia robusta, como nunca foi a constituição que a outorga implantou.



E abraça a marinha.



Mostra-se affectuoso para com as associações.



Admira os doutores de Capello.



Congratula-se com as escolas.



Consulta os medicos, cheio de reconhecimento.



Cumprimenta os bombeiros.



Agradece ao commercio.



Beija os estudantes.



Abraça os operarios.



Sorri aos pastores.



Dá com um gato morto nos sovins da companhia do gaz.



Aperia a mão á imprensa estrangeira.



Colloca por instantes a sua corda na cabeça da commissão executiva.



Deita a lingua de fora ás senhoras que não lhe deitaram flores.



Abraça o Zé Povinho pelo bem que se portou.



E manda o Jau com um bilhete de visita aos altos poderes do estado.



Mas pensando melhor, não manda nem Jau nem bilhete.

RAIMUNDO FIVHEIRA

CHRONICA DO CENTENARIO



RAFAEL JORDILLO PINHEIRO

Camões agradece aos altos poderes do estado não tarem ido á sua procissão e terem-n'o feito republicano: com o que muito ganhou a *idéa*.

O 10 de JUNHO de 1880



D. Luis I.

Primeiro que tudo, e apesar dos méritos e vantagens colhidas pelos

A formação do Partido Republicano está estreitamente associada ao movimento do tricentenário camoniano. O «levantamento do espírito público» dessa «famosa apoteose produziu entre nós a organização do partido republicano português», escreveu Magalhães Lima em «Episódios da Minha Vida». E Teófilo Braga, ao escrever, em 1880, a sua «História das Ideias Republicanas em Portugal», acrescenta: «A democracia portuguesa conta uma data gloriosa, que é o começo duma era nova: o 10 de Junho de 1880».

O tricentenário de Camões, celebrado num momento de paixão patriótica e entusiasmo cívico

republicanos nesse ano do III centenário da morte de Camões, convém que fique bem claro quanto era passional e abstracto o carácter da sua campanha e propaganda oposicionista ao Governo e à monarquia reinante; de resto, os próprios chefes republicanos são claros quando apontam a ausência de um programa definido e claro, como adiante teremos, muito sucintamente, ocasião de observar.

É na verdade a data de 1880, com a celebração pública e nacional da morte de Camões, que marca o arranque da trajetória ascensional de uma prática e de uma ideia política que irão culminar na revolução de 5 de Outubro de 1910.

A partir da proclamação da

UMA DATA GLORIOSA

marca, assim, uma fase de crescimento e vigor do movimento republicano português. Sob o nome do poeta da nacionalidade, as facções republicanas unem-se e desenvolvem uma fecunda acção comum.

Contudo, o programa do «Partido Republicano Unitário», tal como foi formulado em 1880, cinge-se a reivindicações de carácter exclusivamente político: igualdade civil e política; liberdade em todas as suas manifestações; governo do povo e pelo povo; justiça democrática. Quanto ao escopo económico e social, as únicas reivindicações que aí se fazem sentir são as seguintes, aliás bem

República espanhola (1868) e da Comuna de Paris (1871), o movimento republicano começa a organizar-se e a tender para a radicalização; é então sensível a acção de homens como Antero de Quental, Azevedo Gneco e José Fontana, promotores entre nós da Internacional. Contudo, a partir de 1879-80, Antero esmorece a sua actividade e acaba por se apagar como lutador político, ressurgindo episodicamente no ano do Ultimato (1890). Em 1878 funda-se em Lisboa o «Centro Republicano Federal». O movimento republicano liga-se então à acção de homens como Elias Garcia, director do periódico «A Democracia», Latino Coelho, Rodrigues de Freitas (eleito para o Parlamento em 1878), Sebastião de Magalhães

significativas: «a liberdade de troca assegurada por uma legislação liberal em assuntos económicos; abolição dos direitos de consumo cobrados pelo Estado». Na realidade, a partir desse momento, o republicanismo é tão só um liberalismo que, buscando incorporar uma mística patriótica, ou renová-la, concebe a «ideia dum ressurgimento da pátria portuguesa» (Basílio Teles, «Do Ultimato ao 31 de Janeiro»), mediante um «governo do povo e pelo povo».

E bem se poderá dizer que, nas mentes de Teófilo Braga, Sampaio Bruno ou Basílio Teles, esse é, o sonho político maior que emociona a sua insistente propaganda: aca-

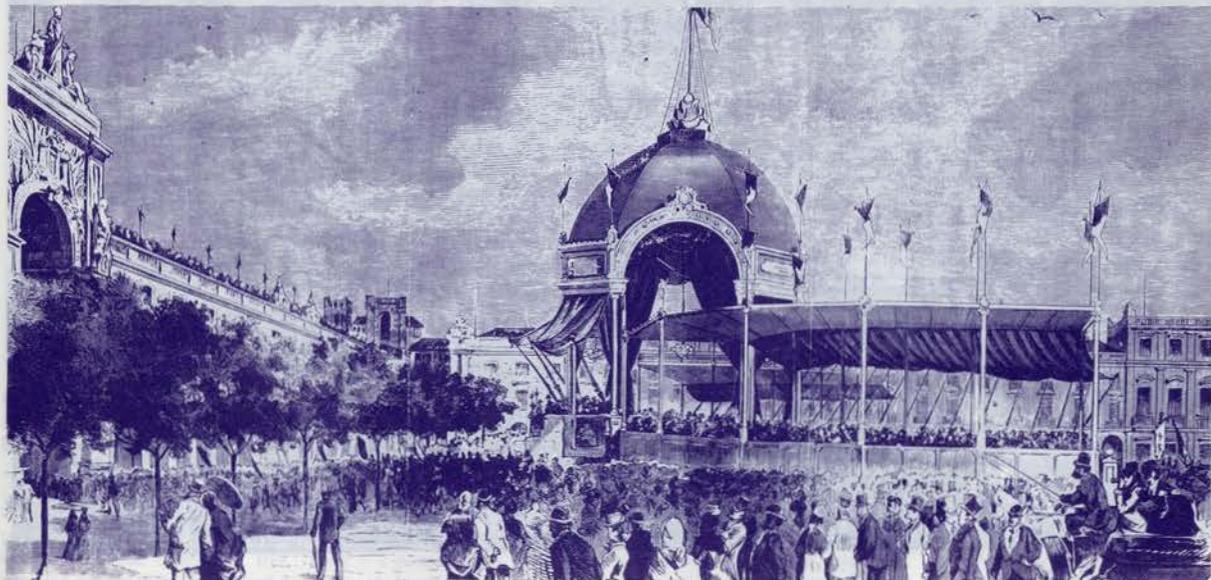


A REPUBLICA.

Cabeçalho de um órgão clandestino da imprensa republicana (1848).

Lima (mais tarde fundador de «O Século», em 1881), Teixeira de Queiroz e Manuel Arriaga.

bar com a monarquia; encerrar um caminho e abrir outro, ao lado, pelo qual o liberalismo pudesse vir a assumir carácter democrático e, portanto, efectiva e integralmente nacional. «Com que direito perguntam ao partido republicano por um programa?», considerava Basílio Teles, para logo responder com patriótica ira: «A monarquia em Portugal tem sido isto: a incompetência, o impudor, a opressão. A estes artigos de fé de regeneradores e progressistas compreende-se que não houvesse senão um acto de caridade a contrapor, por homens que não viam ideias a combater, mas atentados a punir: a demolição sumária do regime» (Ob. cit.).



O pavilhão real montado no Terreiro do Paço, onde D. Luis I assinou o auto do cortejo cívico, na manhã de 10 de Junho de 1880 (gravura extraída da revista «Occidente»).



A ACÇÃO DE TEÓFILO BRAGA

A ideia do centenário partira de um dos mais categorizados ideólogos do republicanismo: Teófilo

Braga. Havia sido ele quem lançara, de facto, no «Comércio Português» de Magalhães Lima, em Janeiro de 1880, a ideia de se celebrar condignamente o terceiro centenário da morte do épico que simboliza as esperanças e as virtudes de uma Pátria que se encontrava perigosamente vizinha do desespero e do entorpecimento. Em Abril, por sugestão do «Comércio de Lisboa», jornal de Luciano Cordeiro, reúnem-se na Sociedade de Geografia diversos jornalistas para deliberarem sobre a maneira de levar avante a ideia de Teófilo Braga. É então nomeada uma comissão composta por representantes da classe jornalística, elegendo-se no mês seguinte uma comissão executiva formada por

Eduardo Coelho («Diário de Notícias»), Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Rodrigues da Costa, Magalhães Lima, Jaime Batalha Reis, Pinheiro Chagas e o Visconde de Juromenha.

Nesse mesmo mês de Abril, a Câmara dos Deputados vota que seja considerada festa nacional a data de 10 de Junho. A comissão de jornalistas, pela pena de Ramalho Ortigão, explica então ao País que é intensa sua: 1) vulgarizar a obra de Camões; 2) «instigar o povo português à produção de todas as obras de arte em que ele possa manifestar o sentimento da tradição e dos destinos nacionais»; 3) aliar o nome de Camões «à fundação de uma forte significação moral»; 4) promover o espectáculo de um grande cortejo triunfal que

posa exprimir as «conquistas lentas, mas sucessivas da liberdade», desde a época em que viveu o poeta até à actualidade. O projecto, aprovado pela Câmara dos Pares, é depois sancionado pelo rei D. Luís.

Mas o tricentenário vai tomando cada vez mais o sentido de uma grande manifestação nacional anti-monárquica. Os estudantes de Lisboa unem-se à comissão executiva das celebrações, ao mesmo tempo que se generaliza pelo País o movimento cívico conducente à celebração do dia 10 de Junho. De resto, o tricentenário vai, aliás, ganhando uma tonalidade democrática iniludível, feita à base de oposição institucional e de aspirações republicanas.

AS COMEMORAÇÕES EM LISBOA

A 8 de Junho iniciaram-se as festas. A Praça de Camões é iluminada a gás e a electricidade e filarmónicas percorrem a cidade. No dia seguinte, inaugura-se o Bairro Camões, a Santa Marta, empreendimento de um dos magnates do regime. Latino Coelho lê na Academia das Ciências um elogio do épico e no teatro da Trindade realiza-se um sarau literário e artístico promovido pela comissão executiva académica.

No dia 10 de Junho realiza-se o famoso cortejo cívico, que percorre a cidade desde o Terreiro do Paço até à Praça de Camões. Do alto do castelo de S. Jorge são lançados foguetes; o desfile avança pela Rua Augusta, sobe o Chiado e envolve por fim a estátua do poeta, inaugurada treze anos antes.

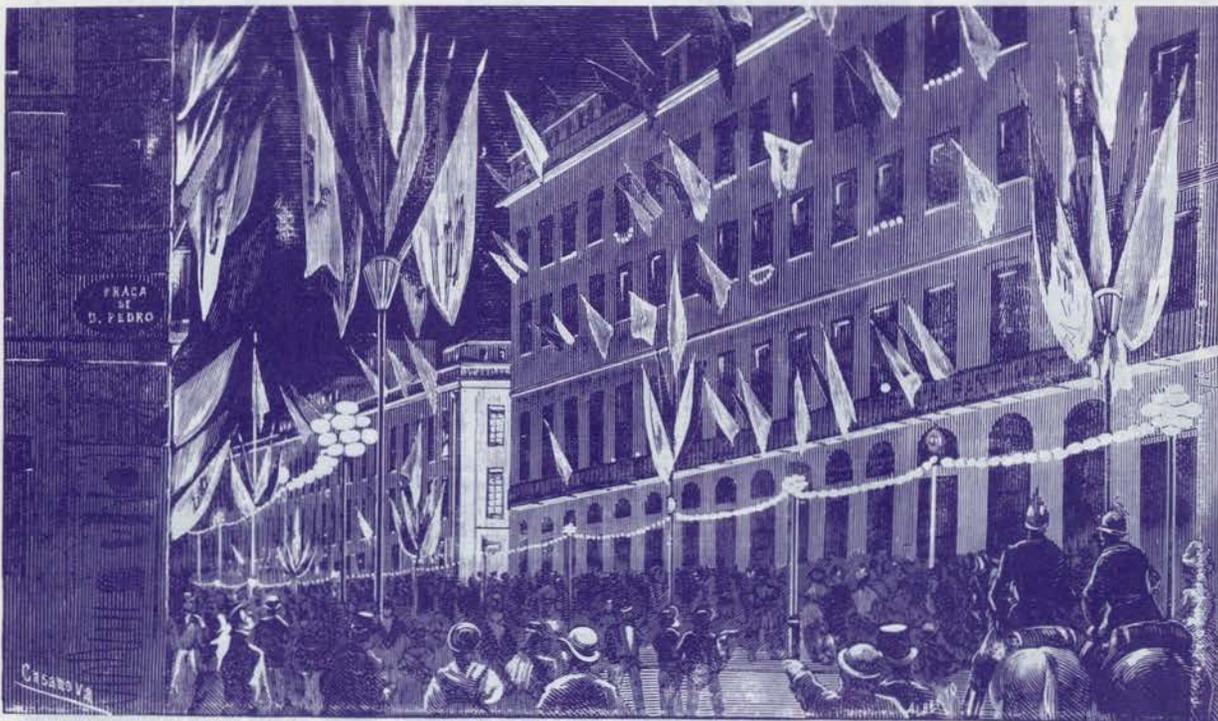
Com excepção de pequenos incidentes sem grande importância, o cortejo decorreu em perfeita tranquilidade, embora

tomando por momentos uma nítida feição anti-monárquica, como, por exemplo, quando os estudantes desfilaram em silêncio diante da tribuna real.

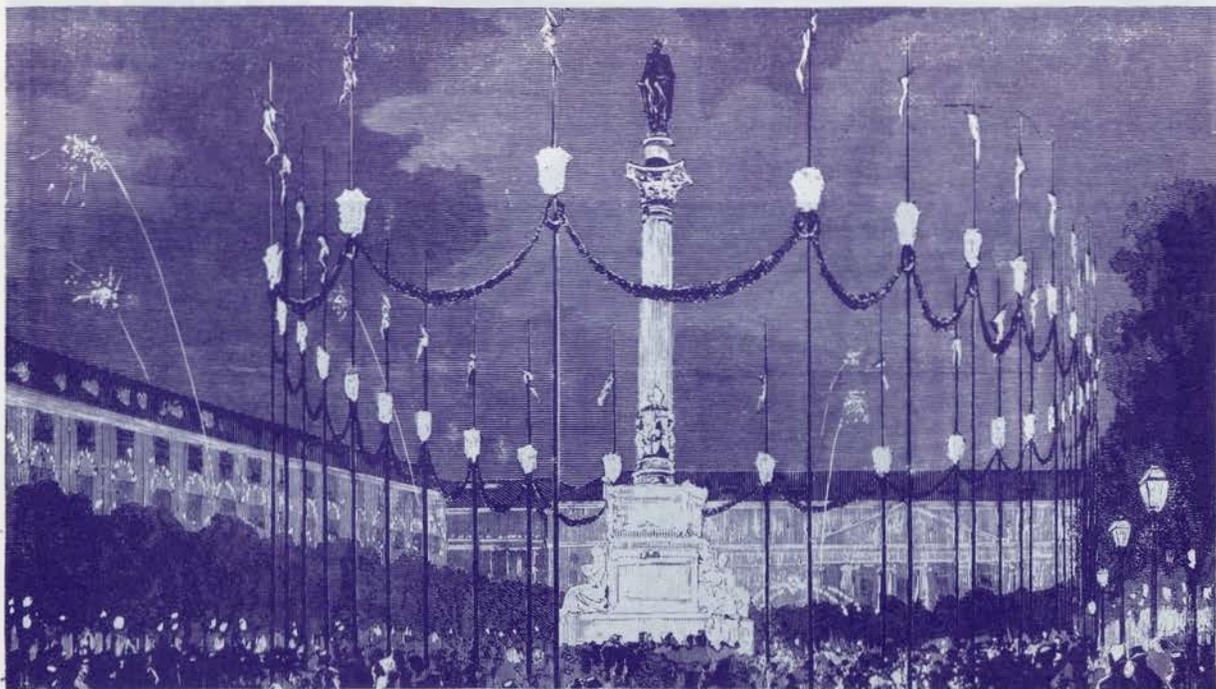
A noite, no Coliseu, o retrato do monarca foi, aliás, estrondosamente pateado. «O que é positivo é que a vibração do centenário abriu novos rumos à Nação e pôs em manifesta evidência novas figuras na cena portuguesa», escreveu Reis Santos em «O Movi-

mento Republicano e a Consciência Nacional», artigo publicado na obra «História do Regime Republicano» (tomo I).

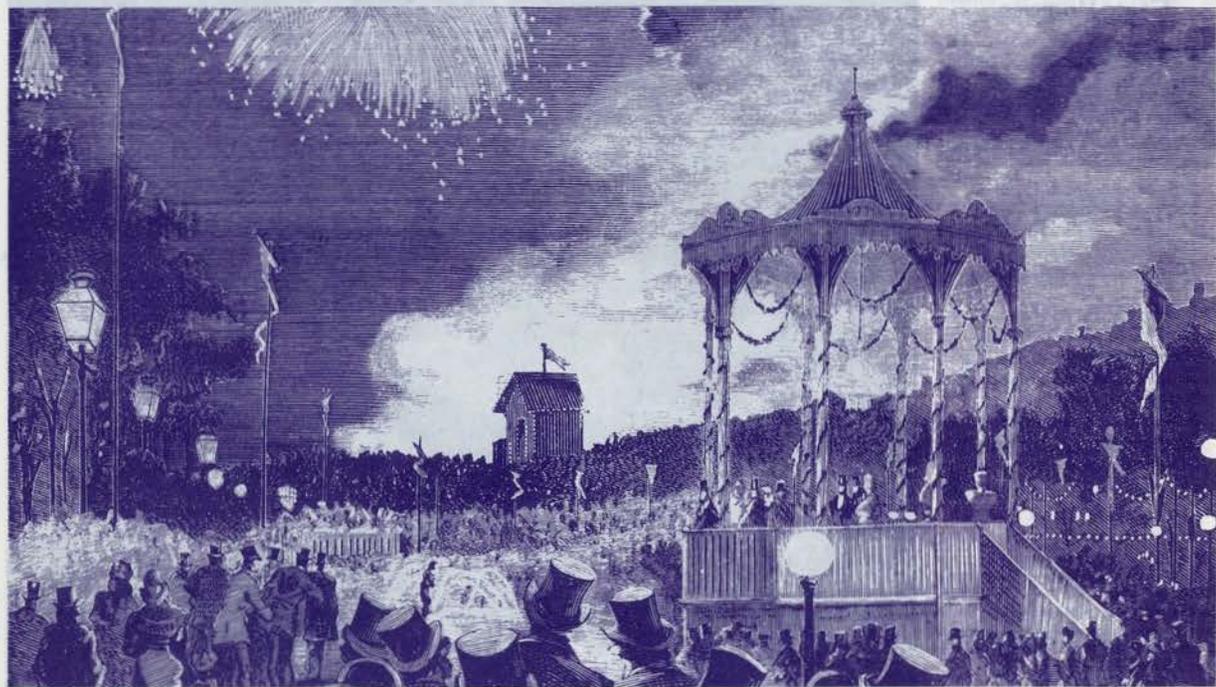
Certas figuras ligadas aos novos ideais republicanos conquistam prestígio a nível nacional. É o caso de Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Magalhães Lima e Manuel Arriaga, nomeadamente. Todos eles viriam a estar ligados ao regime republicano, exceptuando Ramalho Ortigão.



Para as celebrações do tricentenário de Camões a Rua Áurea, em Lisboa, foi festivamente decorada e iluminada por uma feira de globos a gás (gravura extraída da revista «Occidente»).



Na capital, nas três noites dos festejos do tricentenário de Camões, a Praça D. Pedro IV esteve também festivamente iluminada e engalanada. Em baixo, um aspecto da festa realizada nos jardins do palácio dos condes de Redondo, comemorando a inauguração do Bairro Camões, empreendimento situado em terrenos anexos (gravura extraída da revista «Occidente»).



PONTO DE PARTIDA DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO

O tricentenário da morte de Camões é, pois, o verdadeiro ponto de partida do movimento democrático que culminará, três décadas depois, com a revolução do 5 de Outubro de 1910. A vibra-

ção nacional e patriótica de 1880 viria a suceder o sobressalto do Ultimato (1890), a gorada revolução de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, e a intensificação da propaganda republicana.

O que os republicanos pretendiam — e conseguiram — era, afinal, consubstanciar na obra e vida do grande épico o projecto de uma

nova regeneração da Pátria, enxovalhada por falsas ou pretensas regenerações anteriores; mas, desta feita, trata-se de uma regeneração que busca trilhar a via da liberdade democrática e da implantação da República, chamando às responsabilidades efectivas da cidadania um povo que se encontrava adormecido, como que à margem do

tempo. Três séculos após a sua morte, Luis de Camões constituirá, neste 10 de Junho de 1880, um pretexto político, mas havia contribuído, afinal, pela grandiosidade da sua obra e pela intensidade sincera da paixão patriótica que catalizara para levantar «de novo/ /o esplendor de Portugal!»



OS LUSÍADAS
DE LUIS DE
CAMÕES.

Canto Primeiro.

A Sarmas, & os ba-
rões afinalados,
Que da Occidental praya Lusí-
tana,
Por mares, nunca de antes na-

vegados,
Passaram, ainda alem da Taprobana,
Em perigos, & guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana;
Entre gente remota edificáram
Novo Reino, que tanto sublimáram:

E tambem as memorias gloriosas
Daquelles Reis, que foram dilatando
A Fee, o Imperio, & as terras viciosas
De Africa, & de Asia, andarã deuaillado
E aquelles que por obras valerosas
Se vão da ley da Morte libertando.
Cantando e spalharey por todo parte,
Se a tanto me ajular o ingenho e arte.
A Cessẽ

Capa e primeira página da presumível primeira edição de «Os Lusíadas», datada de 1572. Nesta edição — geralmente designada por «Ee» — a cabeça do pelicano, na capa, aparece voltada para a esquerda.



Gravura sobre madeira, originalmente impressa em papel amarelado, executada a partir de um desenho da autoria de Columbano Bordallo Pinheiro, tendo servido de modelo o poeta João de Deus. Esta gravura foi publicada na obra «Luiz de Camões. Os Lusíadas. Edição consagrada a comemorar o terceiro centenário do poeta da nacionalidade portuguesa pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro» (Lisboa, 1880).

NOVO MERCADO EM BRAGA

O novo mercado de Braga, cuja construção deverá ficar concluída em 1981, terá uma área coberta superior a cinco mil metros quadrados, estando o seu custo calculado em cerca de 50 mil contos. Trata-se de um moderno edifício, cujo projecto se afasta da tradicional concepção arquitectónica dos mercados, dispondo de duas zonas distintas: a de venda e a de serviços.

BUSTO DE ANTÓNIO NOBRE NA PÓVOA DE VARZIM



António Nobre numa foto de juventude

No Jardim da Praça Camões, onde se situa o edifício da Escola Técnica, foi agora descerado um busto do poeta António Nobre, que cantou o pescador poveiro em vários dos seus poemas.

Coberto com a bandeira da cidade, o busto foi descerado pela sobrinha-neta do poeta, dr.^a Maria Angélica Nobre Campos Henriques, enquanto o presidente do município poveiro, José Azevedo, leu um dos sonetos de António Nobre, alusivo aos pescadores.

Recorde-se que este busto estava pronto há anos, à espera da escolha de um local apropriado, perto do mar, para a sua colocação. A concretização desta iniciativa ficou a dever-se ao Clube Rotário Poveiro.

“VOZ PORTUCALENSE”

O semanário diocesano «Voz Portucalense» comemorou o



MOLICEIRO DE PARDILHÓ PARA MUSEU DE MUNIQUE

Um barco moliceiro — típica embarcação da ria de Aveiro, utilizada na apanha do molicho — com a sua tenda, vela e demais apetrechos, foi embarcado no porto de Leixões, com destino a Bremen, na Alemanha Federal, de onde seguiu para Munique, onde ficará exposto no Museu das Obras-Primas da Ciência e da Téc-

nica, graças a uma oferta da Comissão de Turismo do Furdouro-Ovar.

Pintado por artesãos locais, o moliceiro custou 15 contos e foi construído em Pardilhó (Murtosa), localidade onde tradicionalmente se construíam as embarcações — ao que se crê, de inspiração fenícia — que deslizam sobre as águas do

rio Vouga.

Tendo 15 metros de comprimento e com o nome de «Eu e o Burro», o moliceiro — que tem 40 anos de existência — foi acompanhado nesta sua viagem por um homem da ria, que se encarregou da montagem de alguns dos apetrechos que compõem a embarcação.

seu 10.º aniversário de publicação.

Em artigo evocativo da data, o actual director do jornal, R. de Castro Meireles Machado, dirigiu uma saudação a D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto e fundador do «Voz Portucalense», o qual, aliás,

Voz Portucalense

também assinou um artigo, no mesmo número, em que se congratula pela coerência da linha de rumo do prestigioso periódico, sempre afirmada através de todas as vicissitudes.

FACULDADE DE ARQUITECTURA DO PORTO

A Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto foi oficialmente criada, através

de um Decreto-Lei publicado em suplemento ao «Diário da República».

Nesta nova Faculdade serão ministrados os cursos de arquitectura e planeamento urbano. Sob proposta do reitor da Universidade, o ministro da Educação nomeará uma comissão instaladora presidida por uma individualidade de reconhecido mérito técnico e científico e por dois a quatro vogais, com experiência docente ou científica em arquitectura ou disciplinas afins. A esta comissão pertencerá ainda o secretário da Universidade, com funções de natureza administrativa.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE TRÁS-OS-MONTES

Os Estados Unidos da América ofereceram ao Instituto Universitário de Trás-os-Mon-

tes e Alto Douro perto de mil e quinhentos contos em livros científicos e técnicos. A oferta integra-se no programa de cooperação estabelecido entre os Governos norte-americano e português, que utiliza fundos de doação e empréstimo.

É ao abrigo do mesmo programa que professores do referido Instituto se têm deslocado aos EUA, a fim de participarem em cursos de especialização nos sectores da produção animal e da política de solos.

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Oliveira de Azeméis dispõe desde há pouco de uma Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, organização de carácter cooperativo que se propõe apoiar o desenvolvimento da lavoura na área do concelho.

Funcionando na base da



atração das poupanças dos agricultores locais, a nova Caixa concederá empréstimos aos seus associados, a juro igual ao praticado pela Caixa Geral de Depósitos, estando também em estudo a possibilidade de, a médio prazo, passar a praticar uma taxa de juro mais baixa.

DELEGAÇÃO DOS BOMBEIROS DE ESTARREJA DESLOCOU-SE À VENEZUELA

Uma delegação da Associação dos Bombeiros Voluntários de Estarreja deslocou-se à Venezuela com o objectivo de contactar a comunidade portuguesa residente naquele país e natural do concelho de Estarreja, tendo em vista a obtenção de fundos que permitam a concretização do plano de obras de alargamento e modernização das suas actuais instalações.

A iniciativa desta deslocação, segundo referiu o semanário regionalista «O Concelho de Estarreja», partiu de um grupo de estarrejenses radicados na Venezuela.

As obras a efectuar na sede dos Bombeiros Voluntários da referida localidade estão orçadas em cerca de doze a catorze mil contos, e incluem, nomeadamente, a construção de um parque para viaturas, de uma parada e de uma camarata para os efectivos em serviço.

MONUMENTO AO EMIGRANTE EM MURTOSA

Na Murtosa, de onde saíram muitos emigrantes com destino, sobretudo, aos países

do continente americano, vai ser erigido um monumento ao trabalhador emigrante português, conforme tivemos já ocasião de anunciar em número anterior.

Para concretizar o financiamento desta louvável iniciativa de homenagem aos trabalhadores portugueses radicados no estrangeiro, procede-se, presentemente, a uma campanha de angariação de fundos. Para o mesmo efeito foi, entretanto, apresentado à Câmara Municipal de Murtosa um projecto de arranjo urbanístico do cruzamento da Avenida do Emigrante.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO DE CANTANHEDE



Ançã vai, em breve, poder contar com abastecimento de água ao domicílio. Mas não será só Ançã a ser contemplada com este melhoramento, pois estão previstas obras com o mesmo fim em Outil, Pena, Portunhos, Vale de Água, Granja, Gândara e Loureira.

A iniciativa fica-se a dever à Câmara Municipal de Cantanhede e o montante global das despesas previstas deverá rondar os 40 mil contos.

“ELÉCTRICOS” DE COIMBRA

Os «eléctricos» de Coimbra circularam pela última vez, no cumprimento de uma decisão camarária que os fez substituir por autocarros, mais modernos e, obviamente, mais rápidos e funcionais.

Sacrificados pelas exigências do progresso, que requer

uma viação cada vez mais acelerada, os velhos «eléctricos» de Coimbra vão agora recolher a um museu municipal de antiguidades.

Recorda-se que Coimbra era uma das três únicas cidades portuguesas que dispunha de «eléctricos» como meio de transporte colectivo. As duas restantes são Lisboa e Porto, onde ainda circulam, mas presumivelmente por pouco tempo, já que os respectivos municípios têm em estudo planos para a sua substituição.

MUNICÍPIO DE COIMBRA

A nova Câmara Municipal de Coimbra tem nove vereadores e não onze, como inicialmente se previra, de acordo com uma decisão do Tribunal da Relação daquela cidade.

O Tribunal tomou essa resolução num processo de recurso interposto pelo Partido Socialista contra a decisão da Assembleia Municipal de Coimbra que fixou em nove o número de vereadores do executivo camarário, alegando que o concelho tinha menos de 100 mil eleitores.

A lei eleitoral estabelece que em municípios com uma população eleitoral entre 50 e 100 mil indivíduos, o executivo da edilidade será composto por nove vereadores e que haverá onze vereadores naqueles que tenham mais de 100 mil eleitores. O concelho de Coimbra, pela actualização geral do recenseamento eleitoral, concluída em Janeiro de 1979, tinha 109 109 eleitores inscritos. No entanto, devido a casos de morte e ausência, esse número baixou para menos de 100 mil à data das últimas eleições autárquicas.

Foi na consideração deste facto comprovado que a Relação de Coimbra elaborou a sentença. A Câmara Municipal de Coimbra passou, assim, a contar com quatro vereadores da Aliança Democrática, três do PS e dois da APU.

79.º ANIVERSÁRIO DE “A COMARCA DE ARGANIL”

Completo recentemente 79 anos de publicação o jornal regionalista «A Comarca de Arganil», de que é director João Castanheira Nunes.



No editorial do número do aniversário são evocados os fundadores do laborioso trisemanário e os seus mais destacados colaboradores, reafirmando-se também a intenção de continuar a servir, o melhor possível, aquela região das Beiras e os seus habitantes.

Entre as largas dezenas de periódicos regionalistas no País, «A Comarca de Arganil» tem-se feito notar pelo seu diversificado e completíssimo noticiário local.

Formulando sinceros votos de que aos actuais 79 anos muitos outros se venham a somar, desejamos os maiores sucessos ao conhecido trisemanário arganilense.

OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO CONCELHO DE SEIA

A construção de esgotos e a execução do plano de abastecimento de água às povoações de Sazes da Beira, Aldeia de S. Miguel, Santa Comba e Carragosele, do concelho de Seia vão custar ao município local cerca de 20 mil contos.

Assim, as correspondentes obras vão ser proximamente adjudicadas, destinando-se 10 845 contos a esgotos e 7 105 contos ao abastecimento de água.

Fachada principal da unidade fabril da Renault, na Guarda, onde têm funcionado as linhas de montagem da empresa.



GUARDA: PROJECTO RENAULT

O novo plano da Régie Renault de construir uma fábrica de automóveis em Portugal não afectará as actuais instalações de montagem de que a empresa dispõe na Guarda. Estas sofrerão, até 1983, um processo de reconversão, no sentido de passarem a produzir peças e produtos similares, de molde a que continue a ser garantido em-

prego aos numerosos operários que ali trabalham.

Esta revelação foi feita perante a assembleia municipal da Guarda pelo presidente da Câmara, que disse ter obtido garantias expressas nesse sentido por parte dos responsáveis da Renault, com quem contactou.

Recorda-se que o projecto da Renault prevê a instalação

de uma fábrica de automóveis e de produção de motores e caixas de velocidade. A sua localização, porém, ainda não está oficialmente determinada, embora — como se sabe — a Renault tenha já entrado em contacto com o município de Aveiro, com vista à aquisição de um terreno, onde, segundo se pensa, irá instalar uma das unidades previstas no plano.

PAÚL: UMA INICIATIVA AGRO-INDUSTRIAL



Uma unidade industrial de aproveitamento e desenvolvimento agrícola, comportando capitais mistos de accionistas portugueses e israelitas, deverá em breve ser instalada em Paúl, concelho da Covilhã.

A iniciativa está, no entanto, dependente de um estudo das potencialidades da região em matéria agrícola, a elaborar por um especialista israelita em projectos deste tipo, o qual deverá visitar Paúl em data próxima.

ACTIVIDADES DO MUSEU DE CASTELO BRANCO

Os responsáveis pelo «Museu de Francisco Tavares Proença Júnior», de Castelo Branco, vão comemorar a 2 de Março o próximo centenário do nascimento do pedagogo Faria de Vasconcelos, natural daquela cidade.

Na ocasião, haverá uma conferência sobre a obra do homegeado e uma exposição bibliográfica. Entretanto, ainda em Março, e dentro do programa de actividades do Museu, será inaugurada uma exposição de pintura de Ribeiro Farinha.

Em Abril, estará patente no Museu uma outra exposição, dedicada ao tema «Geomorfologia e Turismo: a Beira». Por outro lado, encontra-se presentemente exposta ao público uma mostra de colchas de Castelo Branco.

Todas estas actividades se inserem num plano de valorização de factos e figuras da região. Segundo o director

do Museu, «através de exposições, conferências, comemorações e edições de trabalhos, dar-se-á a conhecer aos outros aquilo que, em essência, pode caracterizar os habitantes da Beira interior».

MONTARGIL: EXPOSIÇÃO DE IMPRESA JUVENIL

O Grupo de Promoção Sócio-Cultural de Montargil promoveu uma curiosa iniciativa, certamente inédita entre nós: trata-se da «Exposição de Imprensa Juvenil», denominada «Impregil-80».

A iniciativa visa, segundo os seus organizadores, «a divulgação da imprensa juvenil e tudo o que neste campo está sendo realizado».

Ao mesmo tempo, o grupo de promoção sócio-cultural de Montargil tem em preparação o primeiro encontro de imprensa juvenil que se realizará em 1981, igualmente nesta localidade.

CERÂMICA DAS CALDAS DA RAINHA



Uma peça tradicional da cerâmica caldensa.

Iniciaram-se os trabalhos do Secretariado das Feiras das Caldas da Rainha, com vista à realização do certame intitulado «II Feira Nacional de Cerâmica — Cerâmica 80» que, tal como o anterior, se realizará no Parque D. Carlos, desta localidade, no mês de Julho, e que se destina a divulgar os diversos ramos de tecnologia do barro; da cerâmica industrial ao artesanato, dos equipamentos às matérias-primas, da embalagem à exportação.

A antecedência com que estão a decorrer os trabalhos preparatórios desta iniciativa justifica-se, aliás, plenamente, dado o êxito alcançado no certame de 1979, onde estiveram presentes 150 expositores nacionais e estrangeiros, e que registou mais de cem mil visitantes, tendo-se verificado um volume de vendas na ordem dos 80 mil contos.

Estas razões levaram o respectivo Secretariado a criar recentemente um Gabinete de Imprensa, o qual proporcionará aos órgãos de informação todos os elementos necessários ao seu trabalho.

mosaico

programa da TV francesa
para trabalhadores imigrados



FR3

todos os domingos, 10.30 às 12 horas

produção ICEI (Information Culture et Immigration)

**a participação de Portugal é assegurada pela Radiotelevisão Portuguesa
em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração**

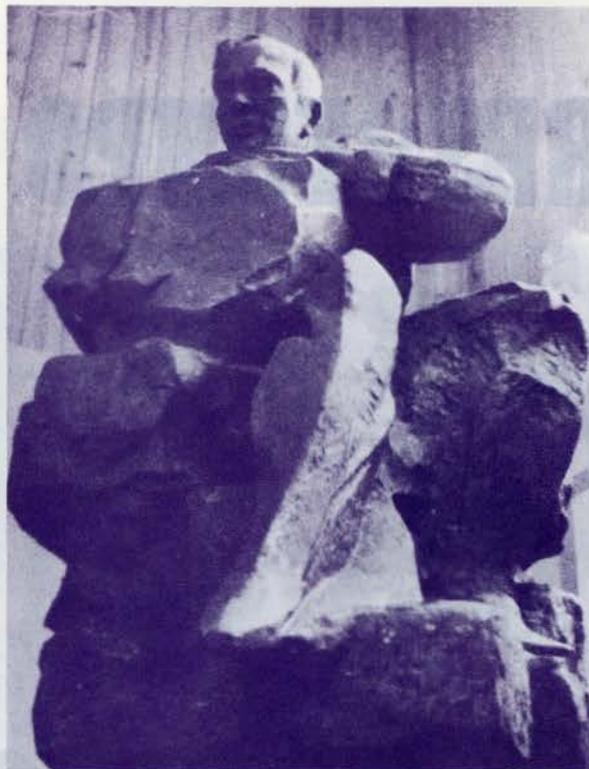
A correspondência deverá ser enviada para:

«MOSAICO»

ICEI (Information Culture et Immigration)

43 bis rue des Entrepreneurs

75015 Paris



LEIRIA: ESTÁTUA A AFONSO LOPES VIEIRA

No âmbito das comemorações do primeiro centenário do nascimento de Afonso Lopes Vieira, foi inaugurada em Leiria, terra natal do poeta, uma estátua em sua homenagem. Trata-se de uma estátua de bronze, com 1,70 m de altura, e que fica situada na

margem esquerda do rio Lis, sobranceira ao Jardim Luís de Camões. A obra é da autoria do mestre escultor Joaquim Correia, que gratuitamente participou com o seu trabalho nesta homenagem a um dos mais conhecidos vultos da poesia portuguesa deste século.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA DESENVOLVE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

A Universidade de Évora vai pôr em prática um projecto de fabrico de gás a partir de matéria orgânica. Este ambicioso projecto, agora divulgado pelo reitor daquela instituição, «vai ser apoiado pelo Centro Nacional francês de Investigação Científica».

A par do ensino e da investigação científica, a Universidade de Évora tem desenvolvido todo um conjunto de actividades orientadas para o apoio às populações da região sul do País, realizando até agora vários trabalhos em colaboração com as autarquias

locais e diversos departamentos do Estado, com especial destaque para a protecção a monumentos arqueológicos, o estudo do impacto ecológico da barragem do Alqueva e das aptidões agrícolas do terreno, além de projectos de utilização de zonas verdes e arranjos paisagísticos.

Recorde-se que a Universidade, de Évora actualmente com uma população escolar de 1600 alunos, conta com o apoio financeiro de organismos norte-americanos e suecos, e constitui um exemplo de descentralização do ensino superior.

PROMOÇÃO TURÍSTICA DA REGIÃO ALGARVIA



Eleva-se a mais de 65 mil contos o orçamento da Comissão Regional de Turismo do Algarve (CRTA) para o corrente ano, dos quais 23 mil serão gastos em promoção.

Este orçamento, bem como o respectivo plano anual de actividades da CRTA, foi divulgado durante um recente encontro da sua comissão administrativa com representantes da imprensa.

Das verbas a dispender na promoção do Algarve no estrangeiro têm especial significado os 2680 contos programados em acções a desencadear em Espanha, uma vez que a CRTA pensa que «o mercado espanhol está nitidamente a voltar-se para o Algarve». Como efeito, no primeiro semestre de 1979 houve um aumento de 43,8 por cento de dormidas de turistas espanhóis, em relação a igual período de 1978.

No decorrer da referida reunião com a imprensa, o presidente da CRTA, Ribeiro da Cunha, definiu os objectivos prioritários daquele organismo, de entre os quais se destaca a «defesa intransigente do património turístico do Algarve, especialmente o seu litoral».

MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

As obras portuárias actualmente em curso no barlavento algarvio importam em mais de um milhão de contos.

As zonas onde essas obras assumem maior expressão são as de Baleeira (Sagres), Portimão e Lagos.

Na Baleeira, as obras em curso, cujo termo está previsto para 1980, comportam a construção de um cais de 120 metros para descarga de pes-

cado, de um varadouro, duas estacadas de amarração e um molhe de abrigo com cerca de 350 metros de comprimento.



Portimão: aspecto do actual porto de pesca.

Em Lagos, a obra principal consiste na implantação de uma doca de pesca com mais de 80 mil metros quadrados.

Finalmente, em Portimão, os projectos em curso de melhoria das instalações portuárias visam essencialmente dotar o porto comercial de condições que o habilitem a receber, no futuro, navios de grande calado utilizados nos cruzeiros turísticos pelo Mediterrâneo, nos quais se pensa incluir o Algarve.

FARO: CENTRO DE ESTUDOS ETNOGRÁFICOS

Por iniciativa do padre José Pedro, que contou com a adesão de diversas personalidades, foi recentemente criado em Faro o Centro de Estudos Etnográficos do Conservatório Regional do Algarve, cujo principal objectivo é a recolha e estudo dos costumes, tradições, trajes, danças e cantares da região, os quais se encontram em risco de adulteração.

Anexo ao referido Centro e ao Coro do Conservatório Regional do Algarve, funcionará um Grupo Folclórico e de Teatro Rural. De realçar que os primeiros trabalhos do Centro incluirão uma recolha de cantares, danças e trajes nas regiões de Monchique e do Cachopo.

AÇORES: TEMPO DE RECONSTRUÇÃO

38 O presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, numa comunicação que dirigiu ao povo do arquipélago através da Rádio e da Televisão, salientou de forma especial a solidariedade, interna e externa, que envolveu as famílias sinistradas pelo abalo sísmico ocorrido no primeiro dia do ano.

Essa solidariedade, segundo Mota Amaral, comprova como os Açores e o seu povo são estimados «e as nossas instituições de Governo próprio reconhecidas e prestigiadas».

Após referir que os problemas a resolver «são muitos e grandes» e que horas difíceis se deparam ao povo açoriano, sublinhou que o Governo Regional está consciente das suas responsabilidades e que não hesitará em adoptar as medidas necessárias às presentes condições de emergência.

«Mas não é só — observou Mota Amaral — para as tarefas de reconstrução que o dealbar da nova década nos chama. Este apelo vem juntar-se ao desafio do desenvolvimento e da justiça social, no quadro da autonomia democrática, já lançado ao povo açoriano».

O dr. Mota Amaral afirmou, depois, que é determinação do Executivo Regional impulsionar a realização do que está programado pelos diversos departamentos governamentais para o ano de 1980. As adaptações que porventura se mostrarem imperiosamente necessárias hão-de fazer-se — disse — mas sem perder de vista, mesmo nas ilhas sinistradas, os projectos que visam o futuro delas e da região no seu conjunto, em especial portos e aeroportos.

O reforço dos laços que unem aos Açores as comunidades de emigrantes açorianos espalhados pelo mundo e a presença dos Açores nas instituições internacionais dedicadas às questões do regionalismo, foram pontos também focados por Mota Amaral nesta sua comunicação.

Entretanto, o presidente da Assembleia Regional dos Açores, Álvaro Monjardino, que durante dez dias estabeleceu contactos com as comunidades açorianas radicadas nos Estados Unidos e no Canadá, sublinhou, em declarações à imprensa, ter encontrado aquelas comunidades muito sensibilizadas para o que se passou no arquipélago e sobremaneira empenhadas num movimento espontâneo de solidariedade. A este propósito, e referindo-se aos açorianos residentes no estrangeiro, o



39 dr. Álvaro Monjardino afirmou que «nos momentos de crise sabem comportar-se, quase diríamos como uma peça única. Agora — acrescentou — o que é preciso é que a próxima vídeo ou cassette para lá enviada não mostre ruínas, mas sim andaimes e construções».

A terminar as suas declarações, o presidente da Assembleia Regional dos Açores referiu que, na sua recente passagem por Lisboa, tinha dado a conhecer ao Presidente da República os resultados dos contactos que manteve nos EUA e Canadá com as comunidades portuguesas originárias daquela Região Autónoma.

De salientar que, para além das verbas extraordinárias já postas à disposição do Executivo açoriano pelo Governo da República, através de diversos departamentos do Estado, para financiamento das acções de auxílio e reconstrução, o movimento de solidariedade que, de imediato, se gerou, tanto a nível nacional como internacional — envolvendo desde as ofertas de cidadãos anónimos, até subsídios de organizações e instituições humanitárias —, permitiu minorar os efeitos da catástrofe e contribuir para o lançamento coordenado de numerosas iniciativas de apoio às populações sinistradas.

Recorda-se que o sismo atingiu três ilhas — Terceira, S. Jorge e Graciosa — com particular violência, causando 61 mortos e dezenas de feridos com diferentes graus de gravidade. Dez pessoas foram dadas como desaparecidas e 21 296 ficaram desalojadas, de acordo com os dados oficiais.

Nestas três ilhas açorianas atingidas pelo abalo de terra, ficaram destruídas 5278 habitações e mais de seis mil necessitam de grandes reparações.

Em Angra do Heroísmo, dos 4607 fogos habitacionais da cidade apenas 1380 estão em condições de habitabilidade. Por seu turno, nas freguesias rurais do concelho, dos 11 220 fogos existentes, 3943 ficaram destruídos e cerca de quatro mil necessitam de grandes reparações.

No concelho de Praia da Vitória, também na ilha Terceira, dos 7524 fogos, 765 precisam de ser reconstruídos.

Na ilha de S. Jorge, dos 2241 fogos existentes, 450 foram destruídos, enquanto na Ilha Graciosa há 120 fogos destruídos.

PROJECTO DE INSTALAÇÃO DE ZONAS FRANCAS

Projecta-se a criação, a breve prazo, de zonas francas nos Açores, para o que foi constituído um grupo de trabalho encarregado de estudar as condições objectivas da sua viabilidade e instalação.



Eng.º José Correia da Cunha.

Na sequência de uma reunião desse grupo de trabalho, que se realizou em Angra do Heroísmo, o seu presidente, eng.º Correia da Cunha, fez um balanço das actividades já realizadas, tendo considerado que a criação de uma ou mais zonas francas na Região Autónoma é uma via a explorar para o desenvolvimento económico dos Açores. Em sua opinião, as ilhas são áreas privilegiadas para a instalação de zonas francas.

Sobre a actividade do grupo de trabalho a que preside, Correia da Cunha revelou que foi feita já uma inventariação das várias possibilidades que

o arquipélago oferece para a instalação de zonas francas. Uma dessas possibilidades seria o estabelecimento de uma zona franca na ilha de Santa Maria, ligada à exploração do seu aeroporto.

Outra hipótese ainda seria a criação de uma zona franca relacionada apenas com uma instalação de centros de gestão, ou seja, uma zona franca muito ligada aos circuitos financeiros, mais do que propriamente a empreendimentos de índole industrial. Esse tipo de zona franca poderia perfeitamente situar-se numa ilha como a do Faial.

Outro tipo de zona franca estaria relacionado com a eventual construção do porto da vila da Praia da Vitória, com a possível integração do aeroporto das Lages como estrutura de apoio.

SEMINÁRIO SOBRE RECURSOS HÍDRICOS

O Governo Regional dos Açores prepara a realização no arquipélago, no próximo ano, de um seminário internacional sobre problemas relacionados com a falta de água, especialmente dedicado aos países de expressão portuguesa.

O seminário, que foi sugerido pelo secretário regional do equipamento social, João Bernardo Rodrigues, após uma recente visita ao Brasil, será organizado em correspondência com a decisão das Nações Unidas de consagrar a década de 80 aos problemas da água no mundo.

PORTO OCEÂNICO

As possibilidades de implantação de um porto oceânico, com capacidade para receber 200 navios por mês, na baía da Praia da Vitória, estão a ser estudadas por uma empresa internacional, a «Marine International Venture».

Dentro de quatro meses, aquela empresa dará ao Governo Regional dos Açores, com quem celebrou contrato nesse sentido, a resposta sobre o estudo de credibilidade a nível internacional de um porto com tais características.

CAIXA ECONÓMICA DO FUNCHAL

A Caixa Económica do Funchal vai abrir proximamente agências em todos os concelhos madeirenses, segundo anunciou o presidente da sua comissão administrativa, Henrique Abrantes.

Fundada em Abril de 1879, com base numa associação de socorros mútuos, a Caixa Económica do Funchal, única instituição de crédito genuinamente madeirense, desenvolve a sua acção no sentido de apoiar o desenvolvimento económico e social desta Região Autónoma, para o que praticou uma política de captação de poupanças tanto no plano interno como junto das várias comunidades de emigrantes madeirenses.

Daí, o movimento francamente ascensional da sua actividade, de que são exemplos o facto de, em 1978, ter iniciado operações de crédito aos emigrantes e ter passado a operar no estrangeiro e o facto, ainda mais significativo, de a sua carteira de depósitos à ordem ter ascendido, em 1979, a cerca de três milhões de contos, quando em 1978 não foi além de milhão e meio de contos.

OFERTA DE AMBULÂNCIA AO POVO DE SANTANA

O cônsul da Suécia no Funchal, Lernart Cederlund, procedeu à entrega de uma ambulância, oferecida por um cidadão sueco, ao povo do concelho de Santana.

Durante a cerimónia, que decorreu na edilidade local, o presidente da Câmara agradeceu em nome da população e salientou que a dádiva vai permitir resolver um grave problema, já que era o táxi o único meio de transporte que os doentes utilizavam para se deslocarem ao hospital mais próximo, no Funchal.

A ambulância, equipada com todo o material para situações

NOVO AVIÃO LIGA MADEIRA E PORTO SANTO



O novo «Twin Otter» quando se encontrava em exposição num hangar da TAP-Air Portugal, em Lisboa.

A partir de Janeiro último, Funchal e Porto Santo passaram a estar ligadas por 27 voos semanais, efectuados com um avião «Twin Otter». Tal número aponta para um acréscimo de 24 ligações entre as duas cidades, relativamente ao número de voos que a TAP estabeleceu anteriormente. Os referidos voos dividem-se, durante a semana, da seguinte forma: quatro às segundas, quartas, quintas e sábados, cinco aos domingos e seis às sextas-feiras. O único dia em que o avião não opera é, portanto, a terça-feira.

O «Twin Otter» foi baptizado com o nome de «Porto Santo», tendo custado cerca de 56 mil contos. Com a aquisição deste tipo de avião, a TAP/Air Portugal pretende assegurar com regularidade as ligações aéreas entre as ilhas da Madeira e Porto Santo, interrompidas quando da saída, em 30 de Setembro do ano passado, do «Beechcraft» que ali operava. O «Twin Otter» tem duas tripulações e um pequeno centro de manutenção na ilha de Porto Santo.

Ao mesmo tempo que se processa o reforço das ligações entre as duas ilhas, a TAP/Air

Portugal emitiu um novo tipo de bilhete para passageiros da Região Autónoma, disposição que, segundo informou o delegado da empresa no Funchal, tem por objectivo facilitar os serviços, simplificar a vida dos passageiros e evitar a existência de reservas que posteriormente poderiam não ser ocupadas, com inevitáveis prejuízos para a empresa e potenciais clientes.

Daí que a TAP só venda bilhetes «com reserva confirmada», podendo o utente cancelar a viagem até 72 horas antes do voo.

de emergência, foi oferecida por um cidadão sueco que trabalha numa instituição de assistência.

“ILHA 2”



«Ilha 2» é o título de uma recolha de poesia de diversos

autores, que foi recentemente ediada pela Câmara Municipal do Funchal, pretendendo — segundo se lê na respectiva nota introdutória — constituir «a segunda pedrada no charco da literatura de um aqui e agora que se pretende mais vivo e participativo». Recordar-se que em 1975 um grupo de jovens poetas madeirenses lançou a publicação «Ilha».

Com prefácio da poetisa e ensaísta Natália Correia, a obra contém 54 poemas assinados por diversos poetas naturais da Madeira. Na cerimónia de lançamento, que decorreu na sede do município funchalense, estiveram presentes o vice-presidente da Assembleia Regional da Madeira e o secretário regional do Planeamento e Finanças, entre outras personalidades

ADMISSÃO DE GUARDAS FEMININAS

No Comando Regional da Madeira da Polícia de Segurança Pública esteve aberto um concurso para admissão de elementos femininos nos quadros daquela corporação.

O prazo de inscrições terminou em Fevereiro, seguindo-se o período de provas de admissão em Maio próximo. Este concurso destina-se à admissão de 34 guardas, dois subchefes e um chefe.

HOMENAGEM À COMUNIDADE CHINESA

Mais de quinhentas pessoas assistiram a uma recepção oferecida pelo governador de Macau em homenagem à comunidade chinesa do território, a primeira que se realiza desde há duas décadas.

O jantar-convívio reuniu no Palácio do Governo as mais altas entidades e representantes dos diversos sectores da população chinesa, em ambiente cordial e festivo.

Usando da palavra na altura

as diversas comunidades residentes em Macau, o governador apelou no sentido de serem feitos esforços para uma maior cooperação a bem do progresso de Macau.

Na ocasião, o representante da comunidade chinesa, Ho Yin, dirigiu-se em termos elogiosos ao governador, agradecendo o convite que lhe havia sido dirigido e disse ser o primeiro que recebera para uma recepção daquele tipo.



Ho Yin, representante da comunidade chinesa de Macau.

dos brindes, o general Melo Egidio salientou a amabilidade e gentileza de que sempre foi alvo por parte da comunidade chinesa, acrescentando que a recepção se destinava precisamente a agradecer e retribuir tal atenção. Referindo-se à convivência e amizade existentes entre

Por outro lado, Ho Yin referiu-se também à estreita cooperação registada entre portugueses e chineses, dentro da especificidade e condicionalismos de Macau, garantindo os seus esforços com vista a uma intensificação desse relacionamento.

ORÇAMENTO GERAL DE MACAU

O orçamento geral de Macau para 1980 ascende a 303 milhões de patacas (cerca de 3030 milhões de escudos) e representa um aumento de 360 mil contos em relação ao do ano transacto.

A verba aprovada pelo conselho consultivo para o Plano de Fomento (52,2 milhões de patacas) é, contudo, inferior à do orçamento anterior, facto que é justificado pelo Governo local pela necessidade de ser efectuada uma previsão mais realista face às possibilidades de execução dos empreendimentos programados.

Do orçamento geral para 1980 destacam-se as verbas destinadas a financiar a reestruturação

dos serviços públicos, os aumentos salariais da função pública e outros encargos com o funcionamento dos serviços.

Recorde-se que o Governo deste território sob administração portuguesa apresentou e viu aprovado, em Dezembro último, o seu programa pela Assembleia Legislativa de Macau.

Desse programa salienta-se a intenção de aumentar o produto interno bruto, aproveitar as potencialidades turísticas do território, melhorar e ampliar os sistemas de transportes e comunicações e intensificar o ensino do português e a difusão da cultura portuguesa, bem como preservar e enriquecer o património cultural e artístico.

ÁFRICA DO SUL

BOLETIM PORTUGUÊS DA CIDADE DO CABO

O Consulado-Geral de Portugal na Cidade do Cabo continua a publicar um boletim mensal, intitulado «Notícias Portuguesas da Cidade do Cabo da Boa-Esperança». Para além de inúmeras informações práticas de grande interesse para os portugueses ali residentes, esse boletim — de distribuição gratuita — insere noticiário diverso sobre o nosso país, prestando particular atenção às notícias relacionadas com a Região Autónoma da Madeira, dada a grande quantidade de madeirenses que integram a nossa comunidade no Cabo.

«I FESTIVAL DA CANÇÃO PORTUGUESA»

Realizou-se recentemente no Pavilhão da União Portuguesa, em Joanesburgo, o «I Festival da Canção Portuguesa da África do Sul». Os diversos intérpretes foram acompanhados por uma das mais prestigiosas orquestras ligeiras daquele país, a «Johannesburg Promenade Orchestra», o que contribuiu para que esta iniciativa registasse momentos de elevado nível musical.



Foto: «POPULAR» (Joanesburgo)

Sónia Ribeiro, a «Mini-Rainha» da comunidade portuguesa de Joanesburgo.

A promoção deste Festival ficou-se a dever ao conjunto das associações recreativas e agre-

miações desportivas da comunidade portuguesa radicada na África do Sul, sendo largamente comentada pela imprensa comunitária local e tendo permitido revelar nomes prometedores no âmbito da canção ligeira portuguesa.

Entretanto, no Salão «Jack Hall», também em Joanesburgo, teve lugar um concurso para eleição da «Mini-Rainha da Comunidade Portuguesa», cuja organização se ficou a dever à agremiação «Sport Benfica». A «mini-rainha» eleita foi a pequena Sónia Ribeiro, que representava o «Inter de Primrose».

JOVEM PORTUGUÊS CAMPEÃO DE KARATE

Num torneio de Karate organizado neste país e no qual participaram 20 atletas do exército sul-africano enfrentando uma selecção de Vaal Triangle, o jovem português Fernando da Silva, de 18 anos, «cinturão-castanho» que representava a escola de Karate da Associação Portuguesa de Futebol de Vunderbijlpark, teve meritória actuação, confirmando as suas excelentes capacidades. Acrescenta-se que Fernando da Silva já se sagrou por duas vezes campeão do Vaal Triangle e, de outra vez, campeão da província do Transvaal.

ALEMANHA FEDERAL

«DIÁLOGO DO EMIGRANTE»: 10 ANOS DE PUBLICAÇÃO

O «Diálogo do Emigrante», jornal de língua portuguesa que circula na República Federal da Alemanha, completou no passado mês de Janeiro o seu 10.º ano de existência. O periódico, propriedade das «Missões Católicas Portuguesas» naquele país, foi publicado pela primeira vez a 15 de Janeiro de 1970, sendo então editado apenas quinzenalmente. Contudo, mercê do esforço dos que nele traba-

ham, passou a sair três vezes por mês para corresponder ao incremento registado na sua circulação.



O «Diálogo do Emigrante», cujo actual director é J. Lourenço, insere habitualmente várias secções dedicadas, sobretudo, à informação social, legislação laboral e direitos dos emigrantes, para além de noticiário sobre Portugal e reportagens dedicadas às associações portuguesas existentes em diversas cidades alemãs. Presentemente, o «Diálogo do Emigrante», com sede em Münster, possui delegados e representantes em Portugal, Holanda, Luxemburgo, Suíça, França e Inglaterra.

CENTRO PORTUGUÊS DE EMDEN

O Centro Português de Emden, cidade alemã onde vivem mais de quinhentos portugueses, é desde há algum tempo uma feliz realidade.

O novo Centro dispõe de uma biblioteca, secções musical, de teatro e desportiva — esta última destinada às crianças e jovens —, acabando-se assim por realizar uma velha aspiração da comunidade.

Os portugueses residentes em Emden, orgulhosos de poderem hastear a bandeira nacional no seu centro de convívio esperam poder, assim, minorar os efeitos negativos, que uma estadia prolongada longe da terra natal sempre acarreta no campo das

tradições e da cultura, nomeadamente.

ENSINO DA LÍNGUA MATERNA A CRIANÇAS ESTRANGEIRAS

Na sua mais recente edição em língua portuguesa, a revista «A Alemanha Lugar de Trabalho», editada pelo Ministério Federal do Trabalho e Assuntos Sociais e destinada aos trabalhadores estrangeiros na RFA, refere-se a uma medida oficialmente adoptada no estado federado de Niedersachsen e que, por certo, terá particular interesse para os portugueses ali residentes.

Assim, o ministro da Cultura do referido estado determinou que as crianças estrangeiras matriculadas nos estabelecimentos de ensino locais possam, de futuro, optar pelo ensino da sua língua materna em vez do inglês.



Cabeçalho da revista «A Alemanha, Lugar de Trabalho».

Com semelhante medida, o ministro da Cultura espera poder reduzir o número de crianças estrangeiras que não conseguem obter o diploma do ensino escolar, melhorando desta forma as suas possibilidades de emprego no futuro. De salientar, no entanto, que esta regulamentação é válida para as crianças estrangeiras somente a partir da 6.ª classe.

Esta decisão tem particular relevância, uma vez que, segundo dados oficiais, nos últimos dez anos o número de crianças estrangeiras residentes na Alemanha Federal aumentou 12 vezes. Por isso, em média, a percentagem de alunos estrangeiros que frequentam o ensino básico e médio na RFA oscila actualmente entre os 6 e 18 por cento.

ARGENTINA

IMIGRAÇÃO DE PORTUGUESES

A Argentina vai elaborar durante o corrente ano, um plano de imigração tendo em vista receber trabalhadores de Portugal e Espanha, segundo revelou à ANOP o embaixador argentino em Lisboa, Walter Constanza.

O director nacional de Imigração da Argentina, precisou, segundo a mesma fonte, que se trata de um projecto-piloto fundamentado nas necessidades populacionais do seu país. O chefe da missão diplomática argentina em Lisboa está, entretanto, a efectuar diligências para que de imediato se obtenham condi-

ções para os trabalhadores portugueses que manifestaram o desejo de emigrar para aquele Estado da América Latina.

O embaixador Walter Constanza, que se encontra no nosso país desde finais de Setembro do passado ano, adiantou, por outro lado, que deverá ser assinado em breve, na capital portuguesa, um acordo de cooperação económica e comercial entre os dois países.

Recorde-se que, actualmente, se encontram radicados na Argentina cerca de 60 mil portugueses.

AUSTRÁLIA

UMA NOVA ASSOCIAÇÃO

Na Austrália Ocidental foi recentemente criada uma nova

associação portuguesa, iniciativa que se fica a dever ao esforço empreendido por Mário da Silva António — um português de 33 anos que é professor de educação física e de línguas — e por vários outros compatriotas que o apoiaram entusiasticamente.

Tendo-se apercebido do natural isolamento que a situação geográfica lhes impunha, diversos membros desta nossa comunidade decidiram organizar-se e fundar uma associação que lhes possibilitasse suprir as carências culturais por todos sentidas e, simultaneamente, desenvolver o ensino da língua portuguesa.

Assim, uma vez constituído o grupo promotor da feliz iniciativa, foi realizada uma reunião que facilmente permitiu obter

um consenso geral quanto à viabilidade e necessidade de concretização de tal projecto.

Foi então criada a «Western Australia's Intercultural Portuguese Association» — assim se denomina a nova associação —, tendo ficado definidas como suas tarefas prioritárias o ensino da língua, história, geografia e cultura portuguesa. Entretanto, os dirigentes da WAIPA solicitaram já às entidades oficiais de Portugal a concessão de apoio, sobretudo no que respeita a livros e material didáctico. Todos os interessados em contactar esta nova associação deverão dirigir a sua correspondência para o seguinte endereço: Mário da Silva António/F/1 'Aruma', Lefroy Road, Beaconsfield 6162/Western Austrália.

BAHREIN

SITUAÇÃO DA COMUNIDADE PORTUGUESA

«A aceitação dos portugueses por parte dos árabes é geralmente superior àquela de que desfrutam aqui os nacionais de outros países», afirmou à ANOP, em Manama, o eng.º José Manuel Velez, primeiro cônsul honorário de Portugal no Bahrein.

«Os portugueses têm demonstrado boa adaptação ao meio

ambiente e condições notáveis de boa convivência social e profissional com os árabes», revelou ainda José Manuel Velez — que foi nomeado para aquele posto consular há cerca de seis meses, conforme na altura tivemos ocasião de noticiar —, acrescentando que para tal facto «devem contribuir decisivamente as inúmeras características individuais que se reconhecem comuns aos dois grupos étnicos e a que, certamente, não será estranha a influência da dominação árabe em Portugal».

O nosso cônsul honorário, que ocupa igualmente um lugar de chefia nos estaleiros da Asry, em comissão de serviço da Lisnave, salientou também que as «condições de vida dos portugueses são bastante boas: habitação condigna com ar condicionado, assistência médica, transporte, seguros, uma viagem anual a Portugal para toda a família e o pagamento das despesas escolares».

Recorde-se que a comunidade portuguesa no Bahrein é consti-

tuída, fundamentalmente, por técnicos da Lisnave e suas famílias, ascendendo a cerca de 600 pessoas. A escola portuguesa ali existente é frequentada por 108 alunos.

Pequeno emirato do Golfo Pérsico, o Bahrein é particularmente rico em petróleo e tem 240 mil habitantes, formando um Estado independente desde 14 de Agosto de 1971. Da presença portuguesa de outrora restam ainda numerosos vestígios, designadamente fortes, fortins e canhões.



Para além da Lisnave — que projectou e coordenou os trabalhos, e forneceu equipamentos —, mais de 50 empresas nacionais contribuíram para a construção do estaleiro da ASRY (Arab Shipbuilding and Repair Yard), no Bahrein. O montante global dos serviços e equipamentos fornecidos pela indústria portuguesa aproximou-se de dois milhões de contos. O estaleiro foi inaugurado em finais de 1977, estando a sua gestão a cargo da Lisnave.

44 INCREMENTO DA ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS

De acordo com recomendações contidas no «Report Galbally», o Governo da Austrália decidiu conceder, para um período de três anos, um subsídio de 350 mil dólares australianos destinado a fomentar a assistência aos imigrantes, o que permitiu a sete organizações comunitárias passarem a empregar assistentes sociais nos seus serviços de apoio a trabalhadores estrangeiros.

As organizações que receberam este auxílio governamental foram as seguintes: Westside Centre, de Sydney, sob orientação da Balmain Uniting Church Mission; Inter-Church Trade and Industry Mission, de Sydney; Turkish Welfare Association (Melbourne); Catholic Immigration Office (Melbourne); Karratha YWCA (Austrália Ocidental) e, finalmente, o Ethnic Communities Council of Mt. Isa (Queensland).

BRASIL

15.º ANIVERSÁRIO DO PROGRAMA «CARAVELA DA SAUDADE»

O programa de televisão «Caravela da Saudade», que comemorou recentemente o seu 15.º aniversário, é um êxito que se repete todos os domingos de manhã, na Rede Tupi, numa produção de Alberto Andrade e de Júlio Andrade.



Capa do número especial da revista «Caravela».

Para comemorar o acontecimento, o ginásio do Ibirapuera, da cidade de São Paulo, acolheu

AGOSTINHO DUARTE: UM PINTOR CONSAGRADO

A obra de Agostinho Duarte, pintor português recentemente premiado com o «3.º Prémio Camões» — que galardoou o seu trabalho intitulado «Camões e a sua Época», em concurso promovido pelo Clube Português de São Paulo —, tem vindo a ser crescentemente citada e comentada nas secções de crítica de arte dos jornais daquela cidade brasileira.

Nascido em Oliveira do Hospital (Coimbra) em 1928, Agostinho Duarte viveu em Moçambique até 1975, tendo fixado residência no Brasil, em Chapecó, no estado de Santa Catarina, em 1976. Iniciou as suas exposições neste país a convite do «Lions Clube» de São José, tendo realizado mostras, posteriormente, em Florianópolis e parti-



Agostinho Duarte, junto de um dos seus trabalhos.



cipado, mais tarde, numa exposição colectiva dedicada aos melhores pintores de Santa Catarina.

Agostinho Duarte é autor de uma obra que se multiplica hoje por cerca de 5100 telas, em grande percentagem vendidas no Brasil, sendo actualmente um dos artistas plásticos que mais quadros vende no estado de Santa Catarina. Considerado um

pintor de «temática africana» pela imprensa brasileira, ele próprio afirma que pinta impulsionado por uma irresistível recordação da África, continente onde viveu durante 22 anos. Entretanto, a convite do «Clube Português de São Paulo», Agostinho Duarte realizará uma nova mostra dos seus trabalhos em meados de Junho, na cidade de São Paulo.

CANADÁ

NOVA SEDE PARA A CAIXA ECONÓMICA PORTUGUESA DE MONTREAL

Segundo anunciou o quinzenário português «O Emigrante» que se publica no Canadá, a «Caixa Económica Portuguesa

À cerimónia de lançamento da primeira pedra da futura sede da CEPM assistiram várias individualidades canadianas e diversos representantes da comunidade portuguesa local, conforme documenta a foto que publicamos — reproduzida do jornal «O Emigrante» —, na qual estão,



Foto: «JORNAL DO EMIGRANTE» (Montreal)

de Montreal», instituição federada nas Caixas Económicas do Quebec, vai ter nova sede em edifício expressamente construído para o efeito e que ficará situado no Boulevard Saint Laurent, frente ao Parque de Portugal, na cidade de Montreal.

em primeiro plano, Celestino Andrade, gerente da Caixa, o conselheiro municipal Richard G. Gadin, o presidente da Federação das Caixas Económicas do Quebec, o deputado federal Jaques Guilbault e o presidente da CEPM, Casimiro Xabregas.

ESTADOS UNIDOS

30.º ANIVERSÁRIO DO PROGRAMA DE RÁDIO (PORTUGAL DE HOJE)

O programa de rádio «Portugal de Hoje» completou 30 anos de existência ao serviço da comunidade portuguesa radicada na Califórnia.

Dirigido por Joaquim Esteves, natural dos Altares, Ilha Terceira (Açores), o «Portugal de Hoje» iniciou a sua programação em 1949, com transmissões de apenas 30 minutos, tendo alcançado audiência e importância crescentes ao longo dos anos.

Actualmente, os produtores de «Portugal de Hoje» dispõem de uma estação de rádio de onde são transmitidos 90 por cento dos programas portugueses da Califórnia.

COMPOSITOR DE «OS MARRETAS» É FILHO DE PORTUGUESES

É filho de portugueses naturais dos Açores e chama-se Joe Raposo o principal compositor da popular série televisiva «Os Marretas» — transmitida semanalmente, durante longos meses, pela RTP e pelas principais estações de TV de todo o mundo —, segundo revelou a revista «Horizontes», editada pela Embaixada dos EUA em Lisboa.

Os pais de Joe Raposo, José Soares e Maria Ascensão, originários da ilha de São Miguel, foram muito jovens para os Estados Unidos e vivem actualmente em Fall River, no estado de Massachussetts.

Joe estudou música na Universidade de Harvard e, mais tarde, passou dois anos a estudar em Paris com Nadia Bou-

langer, famosa professora de músicos tão eminentes como Walter Piston e Aaron Copland. Após ter regressado de Paris, Joe foi dirigir o departamento de Teatro Musicado do Conservatório de Boston.

Uma das canções mais conhecidas de Joe Raposo é «It's Not Easy Being Green», cantada originalmente pelo «marreta» Cocos e gravada mais tarde por Frank Sinatra e Ray Charles. Outra célebre canção da sua autoria é

45



Joe Raposo e seus pais com o presidente dos EUA, James Carter.

Em 1969 foi contratado por Jim Henson, criador de «Os Marretas», para escrever a música desta conhecida série televisiva. Joe Raposo deveria trabalhar somente duas semanas, mas acabou por ficar até 1974. «Os Marretas» começaram a ser exibidos nos EUA em 9 de Novembro de 1969 em 130 estações de televisão. Dez anos depois a série alcançou fama mundial e foi já transmitida em 90 países, entre os quais Portugal.

Joe Raposo é «o grande jovem génio da música popular americana», segundo afirmou Frank Sinatra.

«You Are a Good Man, Charlie Brown», baseada na popular banda desenhada «Peanuts».

Joe Raposo tem uma carreira musical longa e variada, tendo já escrito para cima de 350 canções que foram gravadas por Frank Sinatra, Bárbara Streisand, Tony Bennet, The Carpenters, Paul Williams, Lena Horne, José Feliciano e Tom Jones, entre outros grandes nomes do espectáculo.

Referindo-se a Joe Raposo, Frank Sinatra declarou recentemente que ele é o «grande jovem génio da música popular americana».

Contando actualmente 40 anos de idade, Joe vive em Nova Iorque e diz ter aprendido contraponto aos seis anos de idade, andando à volta da sala de concertos enquanto o pai ensaiava obras de Mozart. O facto é que ele quase nasceu músico, na medida em que o pai foi intérprete de música clássica, compositor e regente de orquestra e a mãe tocou piano. Foi neste ambiente de amor à música que Joe cresceu e iniciou os seus estudos, tendo-lhe seus pais ensinado piano, violino e viola-baixo; anos depois, aprenderia ainda, sozinho, a tocar guitarra.



Foto: «HORIZONTES USA»

FRANÇA

ASSOCIAÇÕES
PROTESTARAM CONTRA
PROJECTOS DE LEI
SOBRE IMIGRAÇÃO

No decurso de um colóquio realizado em Paris, 34 associações de trabalhadores estrangeiros debateram os projectos de lei sobre imigração que tanta polémica têm vindo a causar. Assim, os representantes dessas associações e de diversas organizações ligadas aos problemas dos imigrantes — nomeadamente o MRPA, Serviço Episcopal da Emigração, SITI, CIEM, «Justiça e Paz» e CIMADE —, assinaram uma moção final onde se afirma a dado passo: «Os textos dos projectos de lei nos seus objectivos e nas suas disposições contrariaram gravemente os Direitos do Homem inscritos na Constituição Francesa e na Carta Internacional dos Direitos do Homem. Põem em causa as tradições de acolhimento e de asilo oficialmente proclamados, encorajando o racismo, e são contrários aos princípios da solidariedade internacional».

4 MILHÕES
DE IMIGRANTES

Segundo uma estimativa do Ministério francês do Interior, mais de 4 milhões de trabalhadores estrangeiros vivem actualmente em França, não estando incluídos neste número os imigrantes clandestinos, avaliados em cerca de cem mil. Assim, a citada estimativa refere a existência naquele país de 880 000 portugueses; 830 000 argelinos; 528 000 italianos; 486 000 espanhóis; 376 000 marroquinos; 176 150 tunisinos; 80 500 turcos; 80 000 polacos e 77 000 jugoslavos, para além dos imigrantes originários de países da CEE. Desse conjunto de trabalhadores estrangeiros, 58 por cento estão radicados em três regiões de França, na sua totalidade, distribuídos da seguinte forma: 36 por cento na região

de Paris, 13 por cento na de Rhône-Alpes e 9 por cento na de Provence-Côte d'Azur.

ESTATUTO EDITORIAL
DA REVISTA
«PRESENÇA
PORTUGUESA»

A revista «Presença Portuguesa», publicação mensal de inspiração cristã, dirigida por Bernard le Franc e que vai no seu 14.º ano de edição, inseriu no seu último número o respectivo estatuto editorial. Por se tratar de uma iniciativa invulgar em órgãos de imprensa das comunidades portuguesas, entendemos justificar-se aqui uma transcrição integral desse estatuto editorial que constitui, a diversos títulos, um documento exemplar neste domínio:

«Presença Portuguesa» é uma revista mensal que se publica em Paris e se destina a todos os portugueses em França.

Fundada há treze anos, edição do S.I.T.I. (Service Interdiocésain des Travailleurs Immigrés) não tem fins comerciais e funciona como um serviço prestado pela Igreja às Comunidades Portuguesas.

O seu objectivo resume-se em informar com isenção e verdade e formar com seriedade e critério. Definindo-se como publicação mensal de inspiração cristã pretende ser uma forma de anunciar a mensagem do Evangelho, pela notícia e pelo comentário, a partir das realidades da vida. Por isso, apresenta-se aberta a vários modos de expressão na unidade do seu objectivo.

Não acoorreada a qualquer partido político, é um espaço de reflexão e de análise para ajudar o emigrante português na defesa dos seus direitos como pessoa humana e como trabalhador.

Meio de união e encontro entre os portugueses em França «Presença Portu-

guesa» quer ser a sua voz para gritar as suas injustiças e atropelos e para afirmar a sua identidade cultural, promovendo e defendendo os seus valores e o direito à diferença.

«Presença Portuguesa» afirma-se inequívoca na promoção da Solidariedade, da Justiça e da Verdade.

«Presença Portuguesa» como jornal para emigrantes, assume as suas responsabilidades em relação aos objectivos definidos.»

NORUEGA

CLUBE PORTUGUÊS
AMIZADE

O «Clube Português Amizade», associação da nossa comunidade radicada em Oslo, recebeu um subsídio de 20 mil escudos, que lhe foi atribuído pela Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, através do Instituto de Emigração.

De salientar que o «Clube Português Amizade» tem desenvolvido interessante trabalho associativo e inúmeras iniciativas no âmbito da cultura e do ensino da língua portuguesa aos filhos dos emigrantes residentes na capital norueguesa.

Entretanto, as aulas de português promovidas pelo clube continuam a funcionar, todas as terças-feiras, numa escola norueguesa, tendo como professor Manuel Lains. Os interessados poderão obter informações complementares sobre este curso de português no seguinte endereço: Skedsmo Kommune, Skolestyre, p B 55 — 2011-Strømmen.

RODÉSIA

CÔNSUL-GERAL
DE PORTUGAL
EM SALISBÚRIA

Após terem cessado, em 21 de Dezembro do ano findo, as sanções impostas pela Organização

das Nações Unidas à Rodésia, foi recentemente nomeado para ocupar o cargo de Cônsul-geral de Portugal em Salisbúria o dr. João Versteeg.

SUÉCIA

«RÁDIO LUSITÂNIA»

Destinado aos portugueses residentes na Suécia e produzido por iniciativa de um grupo de jovens associados do «Lusitânia Futebol Clube», o programa radiofónico intitulado «Rádio Lusitânia» continua a ser regularmente emitido para a região de Estocolmo, em frequência modulada (88 metros), todos os sábados das 12 às 13 horas (hora local) e também aos domingos, das 20,30 às 21,30 horas, segundo informa o jornal «Abril», editado para os emigrantes portugueses residentes nos países escandinavos.

Saliente-se que «Rádio Lusitânia» é um programa inteiramente emitido em língua portuguesa, propondo-se difundir não só música como informação relativa a Portugal, conforme havíamos já anunciado em número anterior.

SUIÇA

DEBATE SOBRE
A INTEGRAÇÃO
DE EMIGRANTES

Com a presença de portugueses imigrados na Suíça, teve lugar o «1.º Congresso de Emigrantes», que foi promovido pela organização suíça «Entre Solitaires», a qual luta a favor da integração dos estrangeiros que naquele país vivem e trabalham.

Estiveram presentes nesse Congresso cerca de 600 emigrantes, entre portugueses, italianos e gregos, sendo condecorado, por unanimidade, o actual projecto federal sobre condições de trabalho de estrangeiros, que obrigará estes a manterem-se sob o estatuto de trabalhadores temporários.

Segundo os congressistas, a futura lei não deve ser um ins-

trumento regulador do mercado de trabalho mas, pelo contrário, deverá promover a integração social dos trabalhadores imigrados. De referir que a organização «Ètre Solidaire» lançou uma proposta de lei neste sentido, que pode vir a ser submetida a votação popular ainda durante o corrente ano.

Recorde-se que os emigrantes e seus familiares constituem actualmente um sexto da população suíça. Em Novembro do ano findo, o Governo Federal tornou ligeiramente mais brandas as condições de admissão de trabalhadores estrangeiros, mas a iniciativa não foi bem recebida pelos organismos sindicais suíços.

«LIVRO BRANCO» SOBRE PROBLEMAS DOS EMIGRANTES

«Livro Branco dos Estrangeiros na Suíça» é o título de um pequeno volume que foi editado conjuntamente pela Comunidade

de Trabalho «Ètre Solidaire» e pelos Centros de Contacto suíços com os trabalhadores estrangeiros residentes em Genebra e Lausana.

O livro, para além de outras matérias de particular interesse sobre as condições de vida (alojamento e regime de assistência social, nomeadamente) dos imigrantes na Suíça, insere uma pormenorizada perspectiva histórica da imigração neste país.

VENEZUELA

EXPOSIÇÃO LUSO-VENEZUELANA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TURISMO



EXPOSICION LUSO-VENEZOLANA DE COMERCIO INDUSTRIA Y TURISMO

Como tivemos ocasião de noti-
ciar oportunamente, em número

anterior, a Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Luso-Venezuelana está empenhada na organização, em Caracas, de uma feira-exposição dedicada a Portugal e às principais actividades económicas do nosso país.

Porém, dado o interesse suscitado, a enorme afluência de interessados e as características pouco propícias dos meses de Dezembro e Janeiro para a realização do certame, a respectiva comissão promotora decidiu, para melhor dimensionar o programa inicial, transferir a data da feira-exposição para o final do primeiro trimestre do ano em curso, tendo sido fixado o

período de 15 a 25 de Março para a sua efectivação.

AUXÍLIO PARA OS TIMORENSES RESIDENTES EM PORTUGAL

Num exemplar gesto de solidariedade humana, e por iniciativa do semanário «O Lusitano»,



«O Lusitano» é o semanário de língua portuguesa publicado em Caracas, Venezuela, e de maior circulação.

que se publica em Caracas, os portugueses radicados na Venezuela enviaram roupas e calçado para os refugiados timorenses que actualmente vivem no vale do Jamor (Lisboa). Assim, 28 caixas com o peso de 400 quilos, transportadas pela TAP/Air Portugal, foram entregues ao padre Apolinário Guterres, presidente da «Comissão dos Refugiados de Timor», através do correspondente em Lisboa do jornal «O Lusitano».



ele joga com os trunfos todos!

e você?...

Quando entra no seu carro joga com todas as probabilidades a seu favor?

No ano anterior registaram-se 42.000 acidentes de viação, 3.000 pessoas encontraram a morte na estrada.

Ponha o cinto de segurança. Jogue pelo seguro.

Ao colocar o cinto de segurança você adoptou a melhor probabilidade de ficar vivo em caso de acidente.

Lembre-se que o cinto de segurança é a primeira regra de saber viver no carro.

Use-o sempre.



CAMPANHA DE SEGURANÇA RODoviÁRIA

48 Esta secção está aberta a todos os leitores. Nela inserimos, total ou parcialmente, as cartas que nos são dirigidas e as respectivas respostas — elaboradas, quando necessário, pelos Serviços Técnicos da SEE, que simultaneamente, se encarregam de responder directamente aos interessados —, sempre que as mesmas, pelos temas que abordam, possam eventualmente interessar a outros leitores. Toda a correspondência dirigida a esta secção deverá ser enviada para:

Revista «25 de Abril / Comunidades Portuguesas»
Secretaria de Estado da Emigração
Palácio das Necessidades — 1.º Piso
Largo do Rilvas
1354 Lisboa CODEX Portugal

«Sou emigrante no Canadá desde 1958 e tenho ideias de regressar à minha terra natal nos próximos dois anos.

Gostaria de saber se o Governo Português tem algum acordo com o Governo Canadiano acerca da reforma (Old Age Pension) para os emigrantes portugueses que a queiram receber em Portugal.

Como só tenho 42 anos, também gostaria que me informassem se sou obrigado a viver aqui até à idade da reforma que é presentemente, de 65 anos, para assim poder receber a reforma em Portugal.

Augusto F. Machado
(Canadá)

P.S.: Acho que a vossa Revista é um excelente instrumento de informação para os Portugueses espalhados pelo mundo.»

Ainda não existe qualquer acordo de segurança social entre Portugal e o Canadá, embora já se tenham efectuado conversações entre os Governos dos dois países no sentido do estabelecimento futuro de um acordo.

Parece-nos que o senhor terá toda a vantagem em informar-se directamente junto dos Seguros Canadianos, ou com o apoio do Consulado Português da área, quanto aos seus eventuais direitos, mesmo sem acordo de segurança social, em virtude de já estar a residir no Canadá há bastantes anos.

«Agradeço-vos, muito reconhecida, a prontidão com que atenderam o meu pedido de fazer chegar às mãos da Sr.ª Dr.ª Manuela Ramalho Eanes a carta que desejava lhe fosse entregue mas que não sabia como mandar. Muito e muito obrigada!

Já recebi resposta da Dr.ª Manuela Eanes, a qual (...) me favoreceu muito, pondo à minha disposição a ida a Portugal, ao meu tratamento no Instituto de Oncologia, e garantindo-me onde dormir e também a nossa alimentação pelos dois meses que necessito aí estar para ser tratada. Isto durante cinco anos, visto que todos os anos necessito ir, embora me ache melhor, pois são doenças de muitas surpresas desagradáveis! Este ano não fui por não ter onde ir ficar, para dormir e alimentar-me. (...) Agradeço-vos mais uma vez, com respeitosos cumprimentos, a velhinha de 74 anos que jamais esquecerá tão grande favor. (R. P. de Moçambique)»

«Li no número 40 (Setembro), na página «Os Leitores Escrevem», uma carta do senhor F. C. (Alemanha Federal) e acho que esse senhor tem perfeitamente razão quando diz que somos esquecidos para tudo. Tenho falado com vários colegas que são da mesma opinião e ainda vão mais longe! Pois eu posso-me queixar também de várias coisas que me têm atrasado a minha situação, pois estou em França há 16 anos e quanto tenho ganho, quanto tenho mandado para Portugal. Comprei um terreno e só depois de o ter comprado, é que soube que não era urbanizado. Ora quis fazer uma casa para rendimento, meti todos os requerimentos e projectos e nunca tive resposta. Como toda a gente construía clandestinamente no mesmo local, tive um amigo que vive no País e que me aconselhou a fazer igual (...). Ora, hoje toda a gente tem electricidade e eu não, pois como estou fora, não posso andar todos os dias com o chapéu na mão diante dos senhores da Câmara e da companhia eléctrica. Pois dizem que tem de ser tudo legalizado: estou de acordo e estou a fazer o necessário; mas como os outros todos a têm, existem duas leis no nosso país? E a companhia das águas que meteu água

em todas as casas, sendo uma companhia nacional, também, tem ela mais direitos que a eléctrica? Serão estas as facilidades dos Emigrantes?

Senhor Director, uma outra coisa peço a V. Ex.ª para publicar na Revista: quando estou no nosso país, sou vizinho da fronteira de Valença e penso que nas outras fronteiras se passa o mesmo problema. Pois hoje por um quilo de bacalhau ou um litro de azeite toda a gente vai a Espanha ou para comer uns pastéis de bacalhau no meio dos pinheiros a três ou quatro quilómetros da fronteira; não crítico e acho bem, mas formam-se bichas de dois e três quilómetros, mesmo em dias de semana. Ora ainda agora em Novembro estive no nosso país e vi que dois ou três emigrantes iam para os países onde trabalham e têm de fazer a bicha igual. Ora, sabendo que ainda têm de passar outras fronteiras e fazer muitos quilómetros, não seria possível deixar passar esses emigrantes em prioridade? Pois falei nisso na fronteira, mas a resposta é sempre a mesma: que não mandam. Peço ao senhor Director para publicar isto porque assim talvez as nossas altas autoridades pudessem fazer um gesto para os emigrantes. J. P. (França)»

«Começo por me apresentar: sou filho de imigrantes, tenho 20 anos e encontro-me na incapacidade parcial de trabalhar, isto devido a um acidente de trabalho.

Resolvi escrever, primeiro para lhes agradecer por tudo o que fazem na revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», segundo para lhes dizer que no n.º 41/Outubro 1979 a reportagem sobre a protecção do lince ibérico e da Serra da Malcata me interessou enormemente.

Se vos escrevo mais, é por causa deste último, pois gostaria de me documentar sobre os animais selvagens que se encontram em Portugal e principalmente os animais ameaçados de extinção; ficaria muito grato se fosse possível enviar-me documentação.

É meu desejo regressar a Portugal este ano, e gostaria fazer parte dum serviço de protecção da Natureza e dos animais; gostava de saber se é preciso uma formação e o que devo fazer para essa.

Esperando que o meu pedido seja bem recebido, agradeço desde já a vossa amabilidade.

António Sousa (França)»

Dado que não dispomos da documentação que nos solicita, aconselhamo-lo a escrever aos organismos oficiais e entidades abaixo indicadas que poderão, igualmente, prestar-lhe informações sobre a formação necessária aos técnicos do sector:

— Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico
Rua da Lapa, 73
1200 — LISBOA

— Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal
Serviço de Caça
Av. João Crisóstomo, 26
1000 — LISBOA

— Liga da Protecção da Natureza
Faculdade de Ciências de Lisboa
Rua da Escola Politécnica
1200 — LISBOA

— Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem
Rua da Boa-Hora, 85-r/c.
Esq.º
4000 — PORTO

«Sou assinante da Revista «25 de Abril» e trabalho em França desde 1963. A minha profissão é alfaiate de senhoras e tenho descontado sempre do meu salário para o Seguro Social (Caixa Industrial).

Penso ir para Portugal e desejo ser informado sobre qual a Caixa para que terei de pagar as minhas quotas e qual o regime em que fico abrangido. Tenho 46 anos de idade.

André da Costa (França)»

Após várias diligências, fomos informados de que, em Portugal, deverá fazer os seus descontos para a Caixa do Comércio, ficando sujeito ao regime geral da Previdência Portuguesa se trabalhar por conta de outrem e ao regime especial dos trabalhadores independentes se trabalhar por conta própria.

«Sou um fiel leitor e assinante da revista «Comunidades Portuguesas» e é sempre com grande interesse que me consagro à leitura dos diferentes artigos aí inseridos.

No entanto resolvi escrever-vos para pedir algumas informações e conselhos para poder orientar melhor o meu futuro profissional.

Emigrei em 1968 com meus pais para França e desde essa data tenho tido actividade escolar, conseguindo inscrever-me na Universidade de Direito de Paris XIII. Para o ano uni-

versitário de 1979-80, definitivamente bem orientado estou a seguir o programa do segundo ano. No final deste segundo ano deverei obrigatoriamente escolher entre a opção Direito Público ou Direito Privado. Em vista dos resultados do ano anterior foi-me aconselhado seguir a dominante Direito Público. Tendo em vista um eventual regresso ao meu País ou, pelo menos, permanecer sempre cidadão português, pergunto: que perspectivas profissionais se me apresentam?

Por outro lado e falando agora dos estudos, concretamente, desejava saber se o Governo português tem em relação aos filhos de emigrantes frequentando as Universidades francesas alguma política de auxílio, quer seja de carácter financeiro quer seja cultural. Esta pergunta vem a propósito de uma conversa que tive com um estudante emigrado argelino o qual está ligado ao Governo do seu país por um contrato de dois anos que lhe permite obter certas subvenções. No final do contrato, a esse estudante está assegurado um futuro no seu país.

Tendo em vista a minha idade, 23 anos, e o facto de ter frequentado 2 anos o liceu português, bem como a minha situação familiar, a saber que sou filho único, solteiro, que conselhos e informações podem fornecer (...)?

J. S. (França)»

Se tirar o curso de Direito Público em França, para obter a equivalência em Portugal terá de a solicitar aos serviços competentes do Ministério da Educação, equivalência essa que tendo valor académico não constituirá, por si só, título bastante para o exercício de uma actividade profissional.

Se tencionar interromper os estudos em França e pretende continuá-los em Portugal, terá

também de obter as necessárias equivalências. Para tal poderá remeter-nos, com a devida antecedência, por fotocópia, a documentação comprovativa dos estudos feitos, devidamente autenticada pelo Consulado de Portugal da área da sua residência.

Quanto à prestação de auxílio financeiro para ajuda das despesas com a frequência do curso de Direito, a Secretaria de Estado da Emigração não tem possibilidade de dar satisfação à pretensão exposta. No entanto, sob o ponto de vista cultural aconselhamo-lo a contactar o sr. Conselheiro Cultural junto da Embaixada de Portugal em Paris.

«Venho por intermédio desta carta pedir o favor de me comunicarem qual o acordo que existe entre Portugal e a França, assim como entre Portugal e o Canadá, sobre Segurança Social, Reforma, etc.

Pois eu e minha esposa fomos emigrantes em França desde Janeiro de 1962 até Novembro de 1966 e em seguida emigramos para o Canadá — portanto desde Novembro de 1966 —, onde nos encontramos há 13 anos, o que, em conjunto com os anos em França, faz um total de 18 anos de emigração. Quais as nossas garantias no futuro (Segurança Social, Reforma, etc.)? Como já estamos no grau de saturação — pois eu já estou com 50 anos de idade e minha esposa com 52 —, pensamos voltar de todo para o nosso Portugal, onde já construímos uma casa (...), no ano próximo. Gostava também de saber se me é possível levar as minhas duas espingardas de caça (calibre 12), assim como a minha pistola de defesa (calibre 9 mm.) e um grande móvel estêreo (rádio, gira-discos e gravador incluídos).

Arnaldo dos Santos
(Canadá)»

1 — Existe um acordo de 49 Segurança Social entre Portugal e França; portanto os descontos que o senhor efectuou para a Segurança Social francesa serão tomados em consideração para a verificação do direito de velhice ou de sobrevivência, sendo para esse efeito totalizados com os descontos eventualmente feitos em Portugal.

Aconselhamo-lo por isso a conservar os documentos comprovativos da sua actividade profissional em França, tais como cartão de matrícula na Segurança Social e se possível certificados de trabalho das entidades patronais onde trabalhou, documentos que apresentará na Caixa Nacional de Pensões, quando chegar à idade de pedir a reforma.

2 — Quanto às eventuais regalias pelos descontos efectuados para os Seguros Canadianos, em virtude de não existir ainda acordo de Segurança Social entre Portugal e o Canadá, o senhor deve informar-se directamente junto dos Seguros desse país se tem quaisquer direitos, e, no caso afirmativo, organizar todo o seu processo aí, antes de regressar para Portugal.

3 — Relativamente à importação de armas de caça, e de móveis e utensílios que constituam o recheio de sua casa, procedemos já ao envio de duas Notas Informativas, as quais contêm os esclarecimentos que pretende.

4 — Quanto à importação da sua arma de defesa «calibre 9 mm.», o Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública informou-nos que não será autorizada a importação, dado ser considerada «arma de guerra».

As armas de defesa cuja importação pode ser efectuada são dos calibres seguintes: pistolas, 6,35 mm.; revólveres, até ao calibre 32.

Tratando-se de uma destas armas, as diligências a efectuar são as seguintes:

a) Deixar a arma depositada na Delegação Aduaneira da fronteira por onde entrar no País:

50 b) Requerer a autorização de importação;

c) Após o levantamento da arma na Alfândega e munido do respectivo livrete, deverá requerer licença, para uso e porte de armas de defesa, no Comando da P.S.P. da área da sua residência.

Os emolumentos alfandegários a liquidar no acto da importação serão calculados pela respectiva Delegação Aduaneira, em face da arma que o senhor apresentar.

«(...) Em 1977 comprei em Torres Novas, freguesia de Salvador, uma casa que estava e está ocupada pela minha sogra e pelo meu cunhado já casado. Como é ali que vou gozar as minhas férias, é óbvio que não cobro qualquer renda. Esta casa fica-me desviada da vila. Agora tenho andado em negócio com uma outra casa de maior dimensão, esta dentro da vila e pertencente a outra freguesia e que está ocupada por dois inquilinos.

Gostaria de saber se após a compra eu poderia optar pela escolha, e se poderei avisar os inquilinos de que daqui a cinco anos preciso da casa para minha habitação, e se sou obrigado a alguma indemnização. O que é que a lei prevê no caso de chegarmos a um acordo, sobre indemnizações? Qual a importância máxima?

J. A. M. V. (A. Federal)»

O senhorio que tiver diversas casas arrendadas só pode denunciar o contrato relativamente àquela que, satisfazendo às necessidades de habitação própria e da família, esteja arrendada há menos tempo.

Nesta matéria, deverá ainda atender-se às seguintes disposições da Lei n.º 55/79, de 15 de Setembro.

Se o inquilino tiver 65, ou mais anos de idade, ou se residir na casa há vinte anos,

ou mais, nessa qualidade, o direito de denúncia do contrato de arrendamento apenas poderá ser exercido pelo senhorio que, sendo já proprietário, comproprietário ou usufrutuário da casa à data do seu arrendamento, pretenda regressar ou tenha regressado há menos de um ano ao País, depois de ter estado emigrado durante, pelo menos, dez anos.

O senhorio não goza daquele direito quando a invocada necessidade de habitação ou os requisitos previstos na lei tenham sido intencionalmente criados.

O mesmo direito também não pode ser exercido pelo senhorio de fracção autónoma de imóvel constituído em propriedade horizontal quando este regime for posterior ao arrendamento, salvo se tiver adquirido a fracção por sucessão.

Nada obsta, porém, a que mediante acordo entre o proprietário e o inquilino, este desocupe a casa. Nesta hipótese, e dado tratar-se de um acordo firmado entre as partes, a eventual indemnização a pagar pelo senhorio (ou qualquer outra compensação em benefício do inquilino) não se encontra fixada na lei, nem existem, como é óbvio, limites mínimos ou máximos.

«(...) Sou proprietário de uma fracção autónoma individualizada pelas letras «BX», correspondentes ao segundo andar esquerdo-frente de um prédio urbano (...) situado na freguesia e concelho de Oeiras, desde o dia 24 de Agosto de 1972.

Este foi-me vendido pelo (...) proprietário construtor e residente no mesmo prédio, pessoa com quem mantive boas relações desde que o contrato de compra e venda foi assinado.

Estas relações de amizade que, de ano para ano, se intensificaram, levaram-me a aceitar o pedido de

sua filha (...) que se aproximou de mim do seguinte modo:

«Meu pai vai oferecer-me a mim e meu futuro marido uma casa aqui muito perto, que está acabando de construir e que deve estar pronta dentro de três ou quatro meses; para não adiar o meu casamento, ficava-lhe grata se nos autorizasse a viver nos seus aposentos dentro deste pequeno período de tempo. Desculpe o meu atrevimento, mas como o Senhor só usa a casa durante as suas férias, lembrei-me de lhe pedir este favor.»

Consentimos, eu e minha esposa, a que a dita Senhora e seu futuro marido usassem os nossos aposentos para os meses por ela pedidos, sem qualquer remuneração ou compromisso. Isto aconteceu em Setembro de 1976 e, desde então, têm-me sido recusados os direitos à minha casa pela dita Senhora, com quem eu quis ser atencioso porque os tinha, a ela e a seus pais, como merecedores da minha amizade.

Não acredito que haja lei que possa recusar-me os direitos à minha casa, primeiramente, quando nela aceitei a presença de uma família que tinha como amigos e apenas por um período de três ou quatro meses (...).

J. E. P. (Estados Unidos)»

Pelos elementos que nos indica, pode concluir-se que se trata de uma ocupação ilegal.

Com efeito, embora a filha do vendedor do andar tenha ocupado este com o consentimento do senhor, tal ocupação tornou-se abusiva a partir do momento em que cessou a sua autorização.

Assim, não sendo possível obter o despejo mediante um acordo com os ocupantes, nem através do simples recurso às autoridades policiais, o senhor deverá instaurar em tribunal

a competente acção possessória de restituição.

«(...) Disseram-me que havia uma circular de 1977 ou 1978, segundo a qual todo o emigrante que quisesse voltar para o seu País tinha a sua casa e não precisava de dar indemnização.

O filho do meu inquilino comprou um apartamento e o pai vai para casa do filho. Neste caso, eu tenho de dar alguma indemnização?

C. J. D. (França)»

Se o seu inquilino abandonar a casa de livre vontade, o senhor não é obrigado a pagar-lhe qualquer indemnização, nem ele tem direito a exigí-la, visto que pretende sair e ir viver para outra casa em companhia do filho.

Apenas há lugar ao pagamento de uma indemnização, igual a 30 meses de renda, quando o senhorio necessita da casa para habitação própria e, na falta de acordo com o arrendatário, intenta em tribunal, em determinadas condições, a competente acção de despejo.

«Peço a V. Ex.ª se digne informar-me de quais os direitos actuais, para um emigrante, no caso de comprar uma casa que esteja ocupada por inquilinos.

A. P. A. (França)»

Um emigrante que queira ocupar uma casa que esteja arrendada, fica sujeito ao cumprimento de determinados requisitos legais. Para melhor esclarecimento sobre este assunto, procedemos já ao envio de uma nota informativa sobre «Acções de despejo em casas pertencentes a emigrantes».

Nada impede, porém, que por via de acordo, nomeadamente mediante o pagamento de quantia igual à indemnização legal, o inquilino deixe a casa desocupada. Neste caso,

portanto, não será necessário esperar os 5 anos, exigidos por lei, para intentar uma acção de despejo.

«Sendo trabalhador imigrante na República Federal da Alemanha, venho escrever esta carta em virtude de me ser impossível deslocar-me aí pessoalmente. O motivo que me leva a fazê-lo é o seguinte: em 1977 fui de férias a Portugal e tive um desastre com um compatriota que destruiu por completo o meu carro. Na altura, estava presente a Guarda Republicana que não quis decidir de quem era a culpa e achou que o melhor era enviar o caso para tribunal, como sucedeu. Como não tinha tempo, era impossível resolver a minha situação, e resolvi meter um advogado e procurador para me ajudar. Pois já decorreram 2 anos e até agora não me deu qualquer informação sobre o meu processo. Acontece que em Maio do ano passado eu fui a Portugal por motivos de falecimento de um familiar e dirigi-me a ele para perguntar como ia o meu processo, tendo-me ele dito que o melhor era dar baixa do processo porque não via possibilidades de me ajudar, porque ambas as companhias, a filial do meu seguro em Lisboa e a companhia do outro, sem pedirem satisfação a ninguém, baseando-se na minha ausência, e sem que o processo tivesse saído do Tribunal, resolveram que a minha companhia aqui na Alemanha fosse obrigada a mandar o dinheiro para o arranjo do carro do outro indivíduo que era um táxi de uma cooperativa do Algarve. Não será possível, dentro das vossas possibi-

lidades, ajudarem-me para que a companhia de seguros desse compatriota também tenha que contribuir para os meus prejuízos? Para terminar (...) quero acrescentar que o processo se encontra no Tribunal de Vila Real de Santo António.

M. J. S. (Alem. Federal)»

Uma vez que nos refere que o seu advogado não teve possibilidades de o ajudar, é de presumir que o senhor foi considerado o principal culpado no acidente, pelo que não poderá exigir qualquer indemnização da parte da companhia de seguros do outro veículo, tendo, pelo contrário, a sua companhia de seguros que suportar os danos causados no mesmo.

Quanto aos prejuízos verificados no seu carro, se não tiver um seguro que os cubra, terá o senhor que responder por eles.

Finalmente, para um maior esclarecimento do problema, solicitamos que nos indique o nome e morada do seu advogado, no caso de ser necessário efectuar alguma diligência junto do mesmo.

«Com os meus melhores cumprimentos venho por este meio solicitar a V. Ex.^o o favor de me elucidarem no assunto que a seguir exponho, pois como emigrante desde 1954 e desonhecendo a actual vigência, muito agradecido fico desde já pela informação que por vós me possa ser dada.

Tendo eu na minha terra natal um prédio de duas moradias que estão alugadas ao mesmo inquilino e como tenciono regressar definitivamente a Portugal e não tenho outra casa de minha propriedade, não terei eu direito pelo menos

a uma? E poderei eu escolher a que mais me satisfaz?

Há alguma lei que permita ao emigrante dar ordem de despejo uns meses antes de regressar ao País ou terei de alugar uma casa depois do meu regresso e esperar que o dito inquilino se digne sair?

Terá ele direito a alguma indemnização, uma vez que continuará numa das ditas moradias?

A. D. T. (Suazilândia)»

Dado que o senhor tem duas moradias, só poderá requerer a denúncia do contrato de arrendamento relativamente a uma delas, embora possa fazê-lo em relação àquela que se ajuste melhor às suas necessidades familiares.

Nada impede, porém, que mediante acordo entre o senhor e o arrendatário este deixe a casa desocupada.

Na hipótese de tal acordo não ser possível, o assunto apenas poderá ser apreciado e decidido a nível judicial.

Neste caso deverá constituir advogado que o represente e defenda os seus interesses.

«Venho através desta minha carta pedir um esclarecimento (...):

1) Comprei o ano passado um andar, através da «Poupança-Crédito», no valor de 1000 contos.

2) Fiquei isento de sisa, e segundo me diz o meu procurador, também da contribuição predial durante 10 anos.

3) A pergunta é a seguinte: se for pagar as contribuições daqui a 10 anos, pago referente ao que me custou o andar, ou estou sujeito a que as Finanças façam nova avaliação ao andar, e então pagarei consoante o valor do mesmo nessa altura?

A. M. M. (Holanda)»

51
Quanto à questão que nos põe relativamente à contribuição predial, o senhor apenas é obrigado a liquidar a mesma, de acordo com a última avaliação do prédio feita pela respectiva comissão concelhia ou do bairro; portanto, se durante os 10 anos em que está isento, não houver qualquer outra avaliação, a contribuição incidirá sobre o rendimento colectável agora determinado.

No caso do prédio (urbano) estar arrendado o rendimento colectável é igual às rendas efectivamente recebidas em cada ano. liquidadas de uma percentagem para despesas de conservação e dos encargos suportados pelo senhorio (art.^o 113.^o do Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola); nos prédios urbanos não arrendados o rendimento colectável obtém-se deduzindo do valor locativo a percentagem e encargos anteriormente mencionados (art.^o 125.^o do mesmo Código).

«Sou leitor da Revista «25 de Abril» há já dois anos, leitura que nos dá todos os meses, a nós que vivemos longe da nossa Pátria, um raio de sol português.

Desejava, na vossa rubrica «Os Leitores Escrevem», lançar um pedido de correspondência com moças portuguesas de qualquer idade — eu tenho 25 anos — para troca de amizade. Sou igualmente colecionador de selos de Portugal. (...)

José dos Santos Silva
Maison Centrale de
St. Maur
Bt. A — 476 — Cle. 248
36250 Saint Maur
França.»

52

É frequente as co-produções internacionais não agradarem nem ao público nem aos críticos dos países intervenientes. Na realidade, uma produção desse tipo exige da parte do realizador e seus assistentes uma grande capacidade de direcção de actores, naturalmente de escolas diferentes, de forma a conseguir a unidade e harmonia de interpretações indispensáveis a um filme de ficção.

«SINAL VERMELHO», produção luso-espanhola, não consegue fugir àquela regra, agravada neste caso pela diferença de solicitações profissionais de que os actores portugueses e espanhóis beneficiam ao longo do ano, dificultando a referida harmonia. De qualquer forma, o filme valoriza-se pela forma corajosa como aborda um tema, infelizmente tão actual, que aflige a nossa sociedade: o tráfico e consumo da droga.

FICHA TÉCNICA

Título: Sinal Vermelho
Realização: Rafael R. Marchent
Fotografia: Colorido
Tempo: 1 h 37 min.
Tema: Policial/Social (Combate à Droga)
Classificação etária: Maiores de 14 anos
Principais intérpretes: António Vilar; Mara Cruz; Paul Naschy; Helen Harp.



António Vilar em duas cenas de «Sinal Vermelho».

«SINAL VERMELHO»



NOVAS PRODUÇÕES ADQUIRIDAS

Estão já disponíveis, para utilização no Circuito de Cinema da SEEC, as cópias recentemente adquiridas dos seguintes filmes:

«O GRÃO DE MILHO»

«PIT — O COELHINHO VERDE N.º 3»

«A FUGA»

«MADRUGADA»

«MARANOS — TEIXEIRA DE PASCOAES»

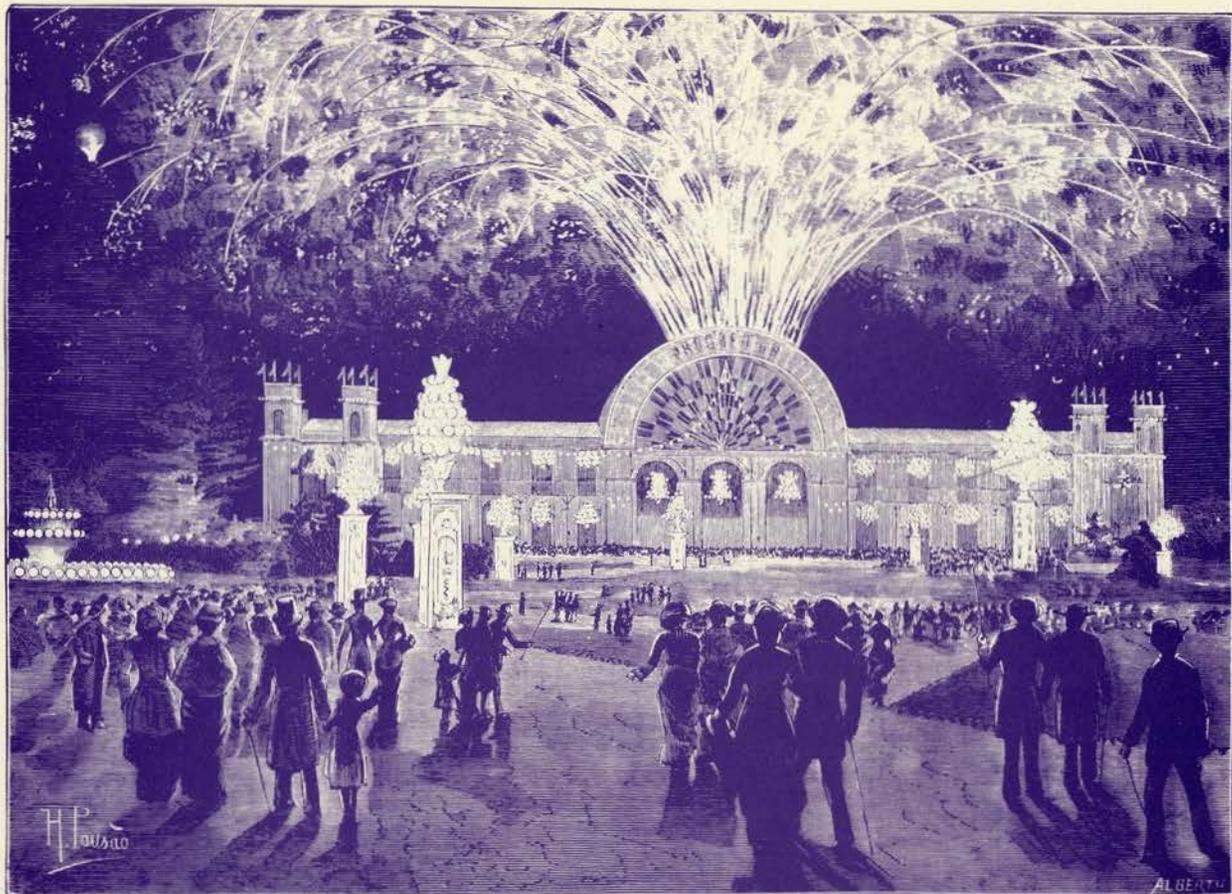
(desenho de animação)

(desenho de animação)

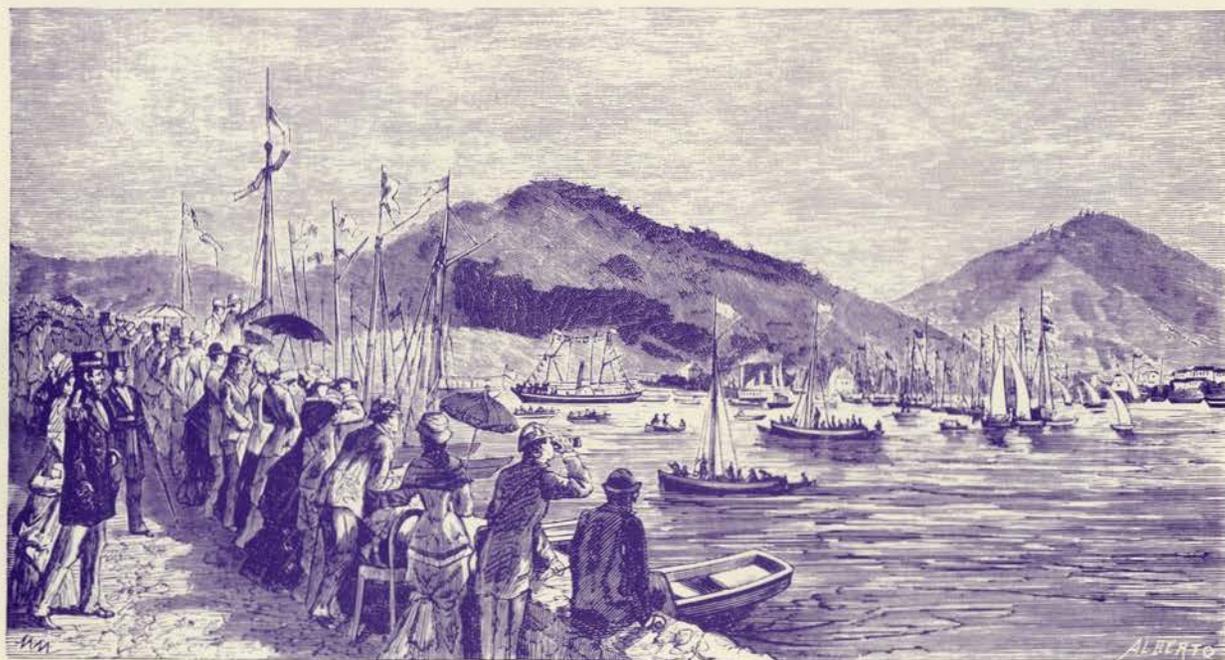
(longa-metragem de ficção)

(longa-metragem de ficção)

(documentário cultural)



FESTAS DO CENTENARIO DE CAMÕES — ILLUMINAÇÃO E FOGO DE ARTIFICIO NO PALACIO DE CRYSTAL DO PORTO
13 DE JUNHO DE 1880 (Desenho do natural por H. Pousão)



FESTAS DO CENTENARIO DE CAMÕES — BRAZIL — A REGATA DO DIA 13 DE JUNHO NA BAHIA DE BOTAFOGO
(Segundê uma photographia de Victor Telles)

2 juin 1880

Paris

Camões est le poète
du Portugal. Camões est
la plus haute expression d'un
peuple extraordinaire qui,
à peine compté sur le globe, a
su le faire compter dans l'histoire,
qui a su saisir la terre comme
l'Espagne et la mer comme
l'Angleterre, qui n'a reculé devant
aucun obstacle et qui, parti de
peu, a su faire la conquête de
tout.

Nous saluons Camões.

Victor Hugo

Victor Hugo a Camões

Recebeu-se em Lisboa a seguinte carta de Victor Hugo: «2 de junho de 1880.

Paris.

Camões é o poeta de Portugal. Camões é a mais alta expressão d'este povo extraordinario que mal apparece no globo, conseguiu fazer-se mencionar na historia, soube dominar a terra como a Hespanha, e o mar como a Inglaterra, não recuou ante nenhum acontecimento, nem se curvou ante algum obstaculo, e saído do pouco soube conquistar tudo.

Nós saudamos Camões.

Victor Hugo.»